

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-07-19

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Rocha, J. S. (2019). Da revolta monárquica de Mafra ao golpe de Sidónio Pais: A geografia de quatro anos de conflito violento permanente. In António José Telo, Nuno Andrade e João Vieira Borges (Ed.), *A frente interna da grande guerra*. (pp. 141-244). Porto: Fronteira do Caos.

Further information on publisher's website:

https://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1UO300F204134.5126&profile=bibam&source=~!dglb&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!421164~!1&ri=1&aspect=subtab117&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=A+Frente+Interna+na+Grande+Guerra&index=.GW&uidex=&aspect=subtab117&menu=search&ri=1&limitbox_5=LOC01+=+BIBAM

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Rocha, J. S. (2019). Da revolta monárquica de Mafra ao golpe de Sidónio Pais: A geografia de quatro anos de conflito violento permanente. In António José Telo, Nuno Andrade e João Vieira Borges (Ed.), *A frente interna da grande guerra*. (pp. 141-244). Porto: Fronteira do Caos.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Da Revolta Monárquica de Mafra ao Golpe de Sidónio Pais.
A Geografia de Quatro Anos de Conflito Violento Permanente.

Jorge Silva Rocha

Nos quatro anos que medeiam entre a implantação da I República e o início da Primeira Guerra Mundial consolida-se em Portugal, fruto do descontentamento que entretanto se foi instalando pela lenta e incompleta concretização dos ideais da República, um quadro geral marcado pela existência simultânea de diferentes tipos de clivagens no seio da sociedade portuguesa, velhas e novas, constatáveis na crescente divisão e confronto entre classes sociais, entre dirigentes e funcionários, entre patrões e operários e, entre republicanos e monárquicos, ou seja entre o urbano e o rural.¹

O fosso entre o Portugal rural, conservador e profundamente arraigado aos valores tradicionais e aos ensinamentos da igreja católica, e o país urbano, reformista e rendido às tendências internacionais, era demasiado profundo e inviabilizava no imediato a implementação do programa republicano. A execução de tão profundas e radicais transformações acabaria inevitavelmente por levar ao conflito e ao confronto, inúmeras vezes directo e físico, entre os diversos actores do panorama social português.

Ainda sem as condicionantes ditadas pela conjuntura de guerra, desde o início do ano de 1914 que era perceptível em Portugal uma tensão social permanente. Na primeira metade de 1914 atinge o seu auge um processo que, iniciado em 1911, levou ao surgimento e afirmação de clivagens em diversos campos da sociedade portuguesa propiciadoras do aparecimento de bem identificados e maioritariamente antagónicos, actores e forças que viriam a marcar a cena político-social portuguesa nos anos da Primeira Guerra Mundial.

À cabeça das razões fomentadoras da agitação social surgia ainda a divisão entre republicanos e monárquicos críticos do regime e contrários ao envolvimento de Portugal na frente europeia da Guerra. Motivo de séria preocupação entre os republicanos intervencionistas, esta oposição à participação de Portugal na Guerra era pública e abertamente defendida pela generalidade dos monárquicos portugueses que, longe de constituírem um bloco homogéneo, contavam nas suas hostes com apoiantes quer da causa aliada quer dos desígnios Austríacos e Alemães. Inserindo-se num bloco conservador mais vasto existente na sociedade portuguesa, estes monárquicos do «ramo Miguelista» declaravam-se admiradores da ordem e disciplina alemãs, facto que contribuiu para que lhes fosse atribuído o epíteto de germanófilos.

A emergência de uma difusa *Causa Monárquica*, embora desprovida de uma organização formal, é perceptível logo nos primeiros anos da República. Organização sem ligação oficial a qualquer força partidária, bater-se-ia pelo regresso à ordem constitucional monárquica e pela restituição do trono a D. Manuel II.

Esta causa monárquica, abalada na sua unidade pela existência de claras e divergentes ligações dos diversos sectores monárquicos que a constituíam a antagónicas forças políticas republicanas, actuaria quase sempre «na sombra» e a sua acção não chegaria a alcançar um impacto político digno de relevo.² Não obstante a cisão política existente entre os diferentes «clãs», foi possível congregar a acção das diferentes facções monárquicas no sentido da promoção e apoio às sublevações contra a República que, com início em 1911, iriam marcar os anos da I República.

A questão religiosa, com fortes reflexos na sociedade portuguesa e, em particular, as determinações da *Lei da Separação das Igrejas* aprovada em 1911³, mantinha a sua actualidade e propiciava também graves conflitos. Reclamada com insistência pelos republicanos, a Lei apresentava, em abstracto, características que em condições ideais teriam levado a uma positiva modificação do tradicional relacionamento entre o mundo político e o religioso. No entanto, no momento da sua aplicação, a Lei acabaria por se revelar fonte de grande número de situações de conflitualidade social e religiosa, derivadas da intransigência e da falta de razoabilidade

¹ FREIRE, João, *Portugal Face à Grande Guerra em 1914-1915*, Lisboa: Edições Colibri, 2014, p. 9 *et seqs.*

² CARVALHO, Paulo Archer de, “Causa Monárquica”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I-A-E. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014, p. 600 *et seqs.*

³ Lei da Separação do Estado e das Igrejas de 20 de Abril de 1911

ditada por muitos dos artigos que lhe davam forma.⁴ Assim, a *Lei da Separação* não só levou ao confronto entre as mais altas instâncias católicas e políticas do país como também teve influência decisiva no afastamento ocorrido entre as hostes católicas mais tradicionais e os ideais republicanos do regime.

A conjuntura portuguesa dos anos da Grande Guerra é também seriamente afectada pelo ressurgimento e afirmação de um movimento social, sobretudo operário, com fortes ligações ideológicas iniciais ao anarquismo e que, procurando garantir o sucesso da sua acção social e política, gradualmente abandonou os seus ideais reformistas fundadores e enveredou pela acção directa e pela crescente aceitação da doutrina do anarco-sindicalismo.⁵ A eclosão da guerra provocou no seio do movimento social anarquista português uma divisão entre pacifistas e antimilitaristas.⁶

A corrente anti-intervencionista libertária viria ater a sua máxima expressão e a exercer a sua forte acção influenciadora em especial nas organizações sindicais existentes no Norte de Portugal.⁷ Em consequência, será também nesta região que acabarão por ganhar força as demonstrações públicas de descontentamento contra as consequências imediatas derivadas do conflito em curso assumindo o anarquismo portuense a organização e liderança de um movimento de contestação que seria fortemente reprimido pelas autoridades. A partir de 1915 este movimento passou a manifestar-se contra a escassa disponibilidade de produtos de primeira necessidade e contra os elevados preços dos poucos géneros alimentícios disponíveis, procurando estabelecer uma relação causal directa entre tais dificuldades e o desenrolar da guerra na Europa, mas também com o crescente e forçado envolvimento de Portugal no conflito.

Num contexto económico muito difícil e em face da crescente repressão exercida pelas autoridades sobre as acções promovidas pelas organizações sindicais, foi sem surpresa que se assistiu ao surgimento das designadas «revoltas da fome». Mais do que a manifestações de contestação e luta contra a intervenção de Portugal na Guerra, a partir do verão de 1914 assiste-se em Portugal a uma luta interna que mobiliza as classes populares da sociedade portuguesa contra as crescentes dificuldades sentidas na obtenção de géneros essenciais, seja pela sua escassez seja pelos seus exorbitantes preços.

O descontentamento entre as classes mais humildes relativamente às apregoadas virtudes da República tornou-se evidente, em especial, no Portugal rural onde as populações acabaram por enveredar pelo caminho da greve e por adoptar posições reivindicativas e de contestação gradualmente mais musculadas.⁸ Greves que acabariam também por afectar o incipiente sector industrial português e que o patronato procurou conter e reprimir com o apoio das forças da ordem.

As modestas conquistas alcançadas nos primeiros cinco anos da República pela acção reivindicativa dos operários e que se traduziram em alguma melhoria salarial, de condições de vida e de estabilidade de preços de géneros essenciais, acabarão por ser anuladas pelo agravar da situação económica portuguesa sobretudo a partir de 1916. A partir desse ano, o movimento operário ganha novo fôlego e intensifica as acções de luta contra a carestia de vida. A partir de meados de 1917, intensificam-se as greves em diversos sectores de actividade, ao mesmo tempo que ganha visibilidade uma generalizada onda popular de protesto e luta violenta contra o açambarcamento de géneros e a carestia que se expressa pelo assalto frequente a padarias e armazéns de víveres em especial nas cidades de Lisboa e Porto mas também um pouco por todo o país.⁹ A partir do início de 1918, intensificar-se-á a acção repressiva das autoridades sobre os movimentos grevistas e as organizações sindicais. «A máquina repressiva do Sidonismo é extensa e variada (...)».¹⁰

Para a constante irrequietude e afrontamento do regime por parte de largos sectores da população portuguesa contribuiu também a instabilidade do sistema político surgido com a República. Um sistema de

⁴ NETO, Vitor, “Lei da Separação do Estado e das Igrejas”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II-F-M. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014, p. 635 et seqs.

⁵ FREIRE, João, *Portugal Face à Grande Guerra em 1914-1915 ...*, p. 13 et seqs.

⁶ HENRIQUES, Mendo Castro, “Belicistas e Pacifistas na Grande Guerra - Alemães e Franceses” in *Actas XXIII Colóquio de História Militar, Da Paz à Guerra*, Lisboa: CPHM, 2015, p. 569-577.

⁷ PEREIRA, Joana Dias, “Anarcossindicalismo”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I-A-E. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014, p. 114-122.

⁸ SAMARA, Alice, PIRES, Ana Paula, “Greves e Movimentos Grevistas”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II-F-M. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014, pp. 189-192.

⁹ PEREIRA, José Pacheco, *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal: A Greve Geral de Novembro de 1918*, Lisboa: Portucalense Editora, 1971, p. 37.

¹⁰ TELO, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português – Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa: Ulmeiro, 1977, p. 180.

partido dominante que a propaganda republicana tinha apregoado como laico e fundado no parlamentarismo, mas que durante largo tempo não reconhecera capacidade legal à maioria dos cidadãos portugueses para poderem exercer o direito de voto. Seria precisamente a cisão ocorrida no seio desse partido dominante, o *Partido Republicano Português* (PRP) e a sua fragmentação em três organizações partidárias fortemente influenciadas pelos respectivos líderes, a determinar em grande medida o ambiente de conflito vivido em Portugal nos anos da Primeira Guerra Mundial.¹¹

O programa idealizado pelos *Republicanos* para o governo de Portugal revelara as suas debilidades logo a partir de 1911. A República, forma de governo em que o povo exerce a soberania por intermédio de delegados eleitos, seguiu uma prática institucional onde sobressaía um governo de assembleia, com poderes ilimitados e que negaria, até 1918, a faculdade de eleger um Presidente aos cidadãos eleitores. Demonstrando claro retrocesso em relação aos tempos da Monarquia, à data do início da I Guerra Mundial apenas era reconhecida capacidade para votar a metade dos portugueses maiores de idade optando os *Republicanos* até 1916 por um método de sufrágio limitado, reservado apenas aos detentores das adequadas habilitações ou capacidades, ainda muito distante do sufrágio universal.

Na década que se seguiu à implantação da República, e com apenas uma excepção até ao final da mesma¹², os governos democráticos ganharam sempre as eleições em contextos propícios à existência de fraudes eleitorais pela inexistência de sufrágio universal. Tendo defendido a existência de um governo regenerador formado em exclusivo pelos antigos revolucionários que trabalharia em prol do país, terá sido a contragosto que os *Republicanos* viram surgir novos partidos no panorama político de então.

O PRP tinha-se fragmentado logo em finais de Outubro de 1911, data do congresso realizado em Lisboa. As acaloradas discussões e o ambiente de generalizada balbúrdia vivido no decurso do mesmo deixaram perceber a existência de divisões significativas no seio do partido, divisões que acabaram por se cristalizar em partidos políticos. O grupo maioritário, encabeçado por Afonso Costa, que queria «uma república para os republicanos» e que não se coíbia de confrontar abertamente a Igreja Católica, herdaria o nome oficial do PRP, ou *Partido Democrático*, como era comumente conhecido, e também o seu aparelho partidário. Um segundo grupo liderado por António José de Almeida, formado por elementos que tinham participado activamente na Revolução de 5 de Outubro e que defendiam a existência de uma República inclusiva e laica, mas sem antagonizar a Igreja Católica, constituiu-se como partido político no início de 1912 com a designação de *Evolucionista*. Também em 1912, um terceiro grupo de dimensões bastante reduzidas, que se agregara em torno de Brito Camacho, fundaria a *União Republicana*.¹³

A partir desse ano a principal característica da vida política nacional será a instabilidade, facilmente comprovável pela frequência e sucessão de alterações ocorridas no parlamento, na presidência e nos governos do País. As causas imediatas dessa instabilidade são várias e manter-se-ão ao longo dos 16 anos que iria durar a *Primeira República*. Desde logo a intervenção excessiva do Congresso dos Deputados na vida política do país, reunido em sessões parlamentares quase ininterruptas. O Parlamento condicionava claramente o tranquilo desenrolar da actividade governativa, fosse pelas excessivas interpelações aos membros do governo, pela constante acção obstrutiva das pequenas formações partidárias da oposição ou pelas constantes querelas ocorridas entre parlamentares que, mais do que a prossecução e defesa dos interesses do País, buscavam o desagravo e a concretização de agendas pessoais.

No período compreendido entre 1914 e 1918, a instabilidade governamental acabará por ser uma constante. Empenhados na obtenção de proveitos partidários, tantas vezes mera fachada para a defesa de interesses pessoais, os Executivos sucederam-se uns aos outros num ambiente político caracterizado pela dependência de maiorias parlamentares de difícil manutenção e pela incapacidade de forjar relações de entendimento com os partidos da oposição.¹⁴ Embrenhados em argumentações em torno da existência de corrupção política, da má concepção da legislação eleitoral e da fraude eleitoral, os oposicionistas insistiam na ideia de que a jovem República estava refém dos Democráticos e de um modelo que reputavam de ditatorial. Os *Democráticos*, por sua vez, ameaçados nos seus intentos respondiam com igual dose de animosidade às iniciativas das formações partidárias da oposição, contribuindo desse modo para a existência de um ambiente de tensão generalizada, que fomentou a suspeita mútua e inviabilizou qualquer possibilidade de aproximação e entendimento.

Neste contexto generalizou-se a convicção entre as forças oposicionistas de que só pela força e pela acção violenta seria possível criar as condições necessárias à definição de um novo rumo de governação para o país.

¹¹ FREIRE, João, *Portugal Face à Grande Guerra em 1914-1915 ...*, p. 12 et seqs.

¹² Eleições de 10 de Julho de 1921.

¹³ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa: Editorial Presença, p. 244 et seqs.

¹⁴ *Idem*, p. 303 et seqs.

Num ambiente de permanente crispação política, os conflitos e as Revoluções, mais ou menos violentas, acabaram por suceder-se com reduzido intervalo entre si. Entre 1914 e 1918 foram investidos 10 Governos e 4 Presidentes caíram na sequência de movimentos armados, revoltas ou crimes políticos. No mesmo período ocorreram por todo o País um total de 98 eventos violentos graves de diverso tipo.¹⁵

Para este ambiente de conflitualidade contribuiu também o posicionamento dos diferentes governos no que respeita ao envolvimento de Portugal na Primeira Guerra Mundial e que variou, sobretudo, em função dos ideais defendidos sobre aquela matéria pelos titulares do mais alto cargo dos diversos executivos.

O debate público, de viva voz ou por intermédio da imprensa em torno da iminência de uma guerra em solo europeu, é inexistente em termos políticos até aos primeiros acontecimentos do mês de Julho de 1914. A partir de então a evolução e intensificação da conjuntura de guerra por toda a Europa é acompanhada de perto em Portugal e deu origem a acesas discussões onde cedo se constataram claras clivagens entre os diversos sectores de opinião envolvidos na discussão sobre o modo de melhor defender os interesses nacionais portugueses. O grosso da opinião pública parecia não ter dúvidas de que a vitória no conflito pertenceria aos Aliados, pelo que se o país nele viesse a participar devia fazê-lo coligando-se aos futuros vencedores, garantindo dessa forma a manutenção da posse das suas colónias africanas e o ambicionado reconhecimento da jovem República portuguesa.¹⁶

No seio da classe política a divisão sobre esta questão era também notória. O primeiro governo de Afonso Costa cai em Janeiro de 1914, seguindo-se uma crise política que levará algum tempo a ser debelada pelo Presidente da República, Manuel de Arriaga. Empenhado na obtenção de uma solução que acomodasse minimamente as aspirações das diferentes forças partidárias, Arriaga empossou Bernardino Machado como chefe do governo, um executivo marcado por enormes fragilidades. Como escreve Filipe R. de Meneses «uma semana de guerra bastou para o Governo de Bernardino Machado se encontrar sob fogo cruzado entre as forças que recomendavam paciência e os que clamavam pela beligerância.»¹⁷ Por essa altura os seguidores do *Partido Evolucionista* de António José de Almeida declaravam-se favoráveis do apoio à política dos Aliados ingleses mas só em caso de verdadeira necessidade enquanto os *Unionistas* de Brito Camacho defendiam o envio de efectivos e meios para a defesa das colónias, abstendo-se Portugal de uma intervenção directa nos confrontos em solo europeu. Os *Democráticos* eram, assim, o único grupo político defensor de uma intervenção directa e activa de Portugal no conflito.

Como previra Afonso Costa em 1912 num afamado discurso proferido em Santarém, a questão da participação de Portugal no conflito acabaria por marcar indelevelmente a República. Alheada das grandes questões internacionais, a generalidade da população portuguesa não prestou interesse significativo pela questão até Agosto de 1914, momento em que romperam as hostilidades em solo europeu.

O ponto de não retorno do envolvimento nacional no conflito ficou definido no dia 17 de Outubro de 1914, data da aceitação formal do pedido formulado pela Inglaterra. No dia 19 tiveram lugar os primeiros confrontos com tropas alemãs em Angola e no dia 20 manifestou-se subitamente em Mafra a primeira revolução declaradamente anti-guerrista. Instigada por elementos monárquicos, teve como resultado prático a ocupação da *Escola de Tiro de Mafra* em protesto contra a mobilização para a Guerra. Estava dado o mote para um movimento de contestação que haveria de crescer nos diversos sectores da sociedade civil nacional e, inevitavelmente, também no seio da instituição militar. Um movimento que, longe de encontrar a sua força motriz nas questões relacionadas com a participação na Guerra, acabou por ser o espelho da dura realidade social e económica que há largos anos se vivia em Portugal.

1914

¹⁵ 1914 - 22 eventos; 1915 - 46 eventos; 1916 - 10 eventos; 1917 - 16 eventos e 1918 - 4 eventos.

¹⁶ “Interesse nacional, interesse colonial e interesse republicano apontavam, pois para a intervenção na guerra ao lado dos Aliados”. MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa: Editorial Presença, 1998. ISBN 978-972-23-2334-5, p. 303 *et seqs.*

¹⁷ MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa*, Lisboa: Dom Quixote, 2015, p. 27.

“Creio que poucos maduros gostarão de zaragata como eu. Aprecio o restolho, dá-me ideia de que o português ainda tem sangue nas veias, descende realmente dos que nunca albergam capilé no coração.”¹⁸

Ainda antes de todos os condicionalismos e agitação social derivados da eclosão da Primeira Guerra Mundial, o dia-a-dia da população portuguesa era desde o início do ano de 1914 marcado por frequentes episódios de contestação e conflito popular de diverso tipo e por um crescente número de ocorrências violentas.

O Governo de Afonso Costa empossado um ano antes revelava já as suas fragilidades. Na sessão do dia 9 de Janeiro do Senado o Senador João de Freitas atacava pessoalmente Afonso Costa, acusando-o de favorecimentos de alguns dos seus antigos clientes enquanto advogado.¹⁹ Depois de muita agitação, que se estendeu das bancadas da assistência à sala das sessões onde a maioria dos Senadores está em pé e desferindo murros de protesto nas carteiras, os *Democráticos* abandonavam a sessão indignados com as acusações feitas contra Presidente do Ministério.

Em meados do mês surgiu o primeiro grande surto de greves que, afectando inicialmente o sector ferroviário, rapidamente e por solidariedade alastrou a outros sectores de actividade. A partir do dia 15 e até final do mês «(...) o imenso monstro negro, a enorme serpente de ferro, que respira fornalhas e devora distâncias, imobilizou-se, enroscou-se, parou. (...)».²⁰

A greve da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses surge como corolário de velhas reivindicações dos ferroviários e teve como catalisador a questão da Caixa de Reforma do Pessoal e forma como a Companhia regulamentou as condições de aposentação do seu pessoal sem que fossem tidas em conta as propostas da comissão de delegados do pessoal ferroviário e do seu sindicato. A greve isolou Lisboa do resto do País e afectou as ligações por caminho de ferro entre a capital e o Norte e Oeste de Portugal bem como todas as ligações internacionais. O Conselho de Administração da Companhia, respaldado pelo apoio do governo de Afonso Costa, procurou restabelecer as ligações pressionando o pessoal com ameaças de despedimento para todos aqueles que não regressassem prontamente ao seu local de trabalho.

Apesar dos representantes do pessoal ferroviário terem declarado as intenções pacíficas dos grevistas, cerca de 7.000, verificaram-se vários actos de sabotagem que afectaram a infra-estrutura ferroviária em diversas zonas do país que resultaram no descarrilamento de comboios e no corte de linhas telegráficas. Actos que foram considerados pelo governo como sabotagens e que levaram o Ministério do Interior a enviar forças da Guarda Nacional Republicana e da Guarda Fiscal para a manutenção da ordem pública nas principais estações de caminho de ferro de Lisboa (Rossio, Sta. Apolónia, Alcântara Terra, Cais do Sodré, Braço de Prata, Campolide) bem como para as estações de Setil, Entroncamento e Aveiro na linha do Norte e Mafra, Malveira e Caldas da Rainha na linha do Oeste.²¹

Com o País paralisado devido à greve dos ferroviários, Brito Camacho, contribuído para o adensamento do ambiente de confusão e conflito então vivido, requer que sem demoras se dê início à discussão com vista à revisão da Lei da Separação.

Naquele final do mês de Janeiro as afrontas às autoridades administrativas sucediam-se um pouco por todo o lado, de Norte a Sul de Portugal continental.

Em Pombal, no dia 27, ficou ferido o Administrador do Concelho em exercício na sequência de ofensas físicas «corporais» a que fora sujeito. Gaiteiros contratados para uma manifestação marcada para a essa noite juntaram-se em frente à taberna cujo dono os tinha contratado. Foi distribuído vinho e organizado um cortejo que seguiu com os gaiteiros à frente, tocando *A Portuguesa*. A população seguia pelas ruas gritando vivas aos chefes dos partidos oposicionistas e morras ao chefe do Governo e seus correligionários ao mesmo tempo que eram lançados foguetes. O Administrador interveio tentando interromper o cortejo por considerar que estava a ser desrespeitado o Hino nacional e porque não podia consentir que estivessem a ser lançados foguetes sem licença da respectiva autoridade administrativa.

¹⁸ Jornal *A Defesa*, nº 1096 – Pombal – 1 de Fevereiro de 1914 – pp. 1-2.

¹⁹ «O Sr. Afonso Costa (...) tem praticado actos imorais de corrupção passiva e de nepotismo, que o mais complacente critério moral não pode deixar de reprovar acerbamente.» Diário do Senado, sessão nº 19, 9 de Janeiro de 1914.

²⁰ Ilustração Portuguesa, nº 413, 19 de Janeiro de 1914, p. 65.

²¹ A Guarda Nacional Republicana empenhou nesta operação que durou 14 dias um total de cerca de 1500 homens. ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ50/LIVRO 64/Nº41. Da actuação das forças policiais terá resultado a prisão de inúmeros grevistas havendo também relatos de feridos e mesmo mortos entre eles, factos que não foi possível confirmar e muito menos quantificar inequivocamente a partir das fontes consultadas.

Nesse mesmo dia em Pedrogão Grande, mais concretamente na freguesia da Graça, elementos ligados ao *Partido Evolucionista* iniciaram uma campanha de propaganda e incitaram o povo à revolta contra o *Partido Democrático* por, supostamente, ter sido o responsável pela anulação da eleição para a junta de freguesia local. Desta propaganda e incitamento ao confronto resultou o assalto na noite de 27 para 28 à casa de um indivíduo *Democrático*.

No dia 1 de Fevereiro, dia para o qual tinha sido agendada a repetição da eleição para a freguesia da Graça, elementos *Evolucionistas*, fazendo-se acompanhar de um grupo de «caceteiros» conhecidos na vila e arredores pelos seus ideais «reacionários», chegaram à povoação e invadiram tumultuosamente a assembleia, «insultando a autoridade administrativa e tentando obstar a que os eleitores Democráticos fizessem uso dos seus legítimos direitos». Dentro da sala da assembleia estiveram sempre indivíduos que não eram eleitores, armados de varapaus, que conturbaram incessantemente o acto eleitoral ao ponto do Administrador do Concelho se ter visto obrigado a abandonar o recinto onde se efectuava a eleição retirando-se para a cede de Concelho, Pedrogão Grande.

Mais tarde, e conforme os relato dos acontecimentos constante do relatório efectuado pelas autoridades administrativas sobre os acontecimentos,

«(...) ao proceder-se ao escrutínio os arruaceiros de chapéu na cabeça e munidos de varapaus (...) de novo invadiram a sala impedindo violentamente que os Democráticos pudessem fiscalizar o acto. Logo que tiveram conhecimento do resultado da eleição, prepararam uma nova arruaça desrespeitando o nosso correligionário (...) e com ele o Partido Democrático, não o tendo linchado porque um grupo de correligionários o rodearam (...)»

As agressões ocorridas no local do escrutínio continuaram depois no seu exterior e propagaram-se a toda a vila com uma gravidade pouco comum.

«(...) ao mesmo tempo que dos dois carros em que vinha o grupo [Evolucionista] partiam muitos tiros soltando-se gritos subversivos, morras ao Partido Republicano, acompanhando tudo isto de grandes arruaças. As violentas pancadas vibradas sobre o Administrador prostraram-no sem sentidos fazendo-lhe um terrível ferimento na região parietal esquerda com laceração dos tegumentos e grave hemorragia, sendo alvejados outros correligionários [Republicanos] que vieram em seu socorro. Depois com gritos de revolta, sublevaram o povo tentando impedir que o médico municipal socorresse os feridos (...)»

No decurso desta onda de violência foram assaltadas a Repartição de Finanças; a farmácia «Moderna» tida como ponto de reunião frequente, e de refúgio nesta ocasião, de alguns republicanos; a casa do médico municipal e de outros elementos destacados da povoação.

Das perseguições e confrontos que se prolongaram até ao dia 2 de Fevereiro, resultaram feridos com gravidade um indivíduo que tinha sido proposto para a função de tesoureiro da repartição de finanças «com uma bala no quadril»; um dos instigadores dos confrontos e também um amanuense aposentado da Câmara.²²

Em Lisboa as manifestação oposicionista contra Afonso Costa continuavam ao mesmo tempo que se reclamava amnistia para todos os presos políticos e reabertura das associações sindicais entretanto encerradas pela força.

No dia 9 de Fevereiro Afonso Costa abandonou a Presidência do Ministério e num ambiente de crise ministerial Bernardino Machado foi chamado pelo Presidente Manuel de Arriaga a constituir um ministério extrapartidário, fórmula entendida como sendo a única capaz de proporcionar um ambiente político suficientemente calmo para a governação do País. Do seu programa de governo constavam, entre outras, propostas de cessação do confronto e promoção do entendimento entre o Governo, monárquicos, sindicalistas e católicos, estes últimos aliciados com a promessa de uma futura revisão da *Lei da Separação*.

No dia 20, cumprindo-se uma das promessas de Bernardino Machado, era aprovada por maioria absoluta uma proposta de lei de amnistia geral de presos de diverso tipo e de desterrados, incluindo os bispos que à data se encontrassem nessa condição, que levará à libertação cerca de 2.300 indivíduos.²³

²² ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ50/LIVRO 64/Nº75

²³ Escreve João Chagas no seu diário “Cedendo ás pressões da duqueza de Bedford e ás dos energúmenos de dentro que falam muito mais em nome dos monarchicos do que dos seus sentimentos de clemencia, deuse a correr a amnistia, que atira sobre a Republica dois mil adversarios odientos. Oxalá este acto de pusilanimidade não a ponha á mercê”. CHAGAS, João - Diario de João Chagas - 1914, Lisboa : Parceria António Maria Pereira, 1929. p. 51.

Seis dias depois o Administrador do Concelho de Montalegre reportava ao Governador Civil de Vila Real acontecimentos de «certa gravidade», acontecimentos que este que por sua vez comunicou ao Ministério do Interior. Os relatos dizem respeito à invasão da sala do tribunal de Montalegre por um número significativo de indivíduos onde aos gritos de «fora - juiz parcial - não pode continuar aqui - estamos cheios – infame, etc.», insultaram e injuriaram o Juiz de Direito.²⁴ Incapaz de fazer frente à turba violenta, o Juiz retirou-se da sala mas os manifestantes permaneceram no edifício onde acabaram por invadir a Administração do Concelho onde agrediram a pontapés o funcionário aí presente.

Durante a alteração terão sido disparados diversos tiros sendo que um deles teria sido disparado perto do Presidente da Comarca com recurso a uma bengala-pistola pertencente ao líder de um dos grupos em confronto, como confirmado mais tarde pelo Sargento da Guarda Fiscal que, juntamente com duas Praças, era a única autoridade policial presente no local no momento dos acontecimentos.²⁵

Da sindicância efectuada aos acontecimentos de Montalegre viria a apurar-se que tudo se ficara a dever ao confronto entre dois grupos políticos antagónicos a pretexto de «reclamações eleitorais» e de acusações de parcialidade, arbitrariedade e lentidão dirigidos ao Juiz de Direito.

Considerado um dos mais importantes avanços a nível organizativo do movimento operário e sindical, no decurso do Congresso Operário realizado na cidade de Tomar entre 14 e 17 de Março de 1914 era criada a *União Operária Nacional* sucessora da *Federação Operária*. Promovido inicialmente pela *Federação das Associações Operárias de Lisboa* (socialista), o Congresso contou com a presença de delegados de mais de uma centena de sindicatos que acordaram abandonar a cisão interna existente entre reformistas e sindicalistas de modo a alcançar uma maior eficácia nas acções reivindicativas junto do governo e do patronato.

Enquanto em Tomar se discutiam os problemas do operariado, em Coimbra as questões relacionadas com a *Lei da Separação da Igreja* continuavam na ordem do dia.

De acordo com o relatório dos acontecimentos enviado ao Ministério do Interior pelo Comissário da Polícia Civil de Coimbra, no dia 15 de Março, nos claustros da sé catedral daquela cidade, teve lugar um comício organizado por elementos católicos da cidade e ao qual se juntou a «academia católica» com o objectivo de »tratar da secularização da igreja de São João de Almedina«. ²⁶ Comício que, segundo os factos apurados pela autoridade policial, não terá sido bem recebido pela população da cidade bem como pela designada «academia liberal». Nele teram participado «uma senhora inglesa, de nome Mrs. Brown, senhora bem conhecida pelo seu ódio à República Portuguesa»; e um tal Padre Mello, também ele conhecido «pela sua tenaz oposição à República e suas Leis».

Os discursos inflamados contra a *Lei da Separação*, considerada pelos promotores do comício como «(...) uma rolha posta à consciência nacional», rapidamente levaram à troca de palavras e a insultos entre católicos e liberais. Num crescendo de violência e aos gritos de morte aos «homens sem religião», a alteração continuou com troca de “socos” entre elementos das suas facções espalhados um pouco por todo o recinto do comício.

Terão sido os «académicos católicos» a iniciarem as agressões sobre os «académicos liberais» e estes, sendo uma «enorme maioria» assaltaram o estrado obrigando os católicos fugirem para o interior da Sé.

A diminuta força policial presente no local foi incapaz de fazer cessar as agressões e só após um reforço dos efectivos foi possível efectuar a evacuação do recinto ordenada pelo Comissário de Polícia.

A multidão que entretanto foi expulsa do local pela polícia, foi «em manifestação» ao Governo Civil dando vivas à República, ao livre pensamento, à *Lei da Separação*, sem mais alterações. Uma semana depois, no dia 22, seria novamente interrompido na mesma cidade um comício católico realizado na igreja de S. João de Almedina e no dia 24 uma «Comissão» de católicos de Coimbra deslocava-se a Lisboa para dar a conhecer ao governo os ataques de que tinham sido alvo.

No dia 18 de Março, uma Circular do Gabinete do Ministro da Guerra determinava a implementação de medidas de vigilância «(...) tendo em conta os boatos correntes relativos a novos movimentos [monárquicos] projectados pelos elementos hostis às instituições vigentes, que [poderiam] ocorrer nas fronteiras e no interior do País (...)».

Acautelando a possibilidade de novas incursões monárquicas a partir do País vizinho, a Circular alertava para a necessidade de se organizar um serviço de informações com constante ligação entre autoridades civis e militares e propunha que se aproveitassem para o efeito como elementos essenciais de informação na fronteira: os Cônsules, a Guarda Fiscal e, «porventura os contrabandistas». No interior do País «as autoridades

²⁴ ANTT/MI/DGAPC/1aREP/MÇ.53/LIV.64/Nº422

²⁵ MI/DGAPC/1ªREP/MÇ51/LIVRO 64/Nº136

²⁶ MI/DGAPC/1ªREP/MÇ51/LIVRO 64/Nº154

administrativas [deveriam] procurar conhecer o espírito das populações; as pessoas que maior influencia [pudessem] ter e as suas tendências; (...) bem como aproximações entre elementos revolucionários de diversos quadrantes como sejam: Miguelistas, fanáticos e outros (...)». As informações obtidas sobre movimentos suspeitos deviam ser rapidamente comunicadas às autoridades militares de modo a que, com base nelas, se pudessem ter prontos os meios necessários para debelar qualquer movimento revolucionário.²⁷

Enquanto isso, o aumento da frequência das ocorrências envolvendo o uso de explosivos e «bombas» levava a Direcção-Geral das Alfandegas a transmitir instruções ao Director da Alfândega do Funchal para que fosse exercida rigorosa fiscalização a mineiros Madeirenses que trabalhavam na província do Transval (África do Sul) já que no regresso à Madeira podiam trazer consigo provisões de dinamite. Os receios fundavam-se no facto do Cônsul-Geral de Portugal no Transval ter informado as autoridades de Lisboa que entre os presos por infracção ao *Estado de Sítio* que ali tinha sido decretado por ocasião da última greve de mineiros, figurava um português da ilha da Madeira que teria na sua posse alguns explosivos. Durante o interrogatório a que foi sujeito apurou-se que os mineiros madeirenses faziam habitualmente «provisão de dinamite subtraído das minas levando-a depois para a Madeira» supostamente para utilização na pesca.²⁸

Nos últimos dias de Março, num acto revelador da crescente preocupação das autoridades com o agravamento das condições de segurança e de ordem pública no País e da necessidade sentida de unificar e coordenar a actuação das diversas entidades oficiais encarregadas de tais serviços, foi constituída a Comissão Central da Segurança Pública, que funcionaria sob a dependência do Ministério do Interior e junto da Direcção-Geral da Administração Política e Civil (DGAPC).²⁹

No dia 3 de Abril, D. António Barroso, antigo Bispo do Porto que tinha sido obrigado ao exílio pela luta que tinha levado a cabo contra a perseguição feita à Igreja Católica em especial por Afonso Costa, volta discretamente ao Porto e no dia 7 recebe uma grande manifestação pública de apoio. Sorte contrária teria o jesuíta Pestana da Silva que se encontrava gravemente doente na Galiza e a quem, não obstante a intervenção pessoal de Bernardino Machado, o Parlamento negou autorização de regresso ao País.

No dia 20 de Abril, dia em que se assinalava o terceiro aniversário da publicação da «Lei da Separação», os *Republicanos* do Porto organizaram uma manifestação que contou com a presença de elevado número de participantes em resposta à demonstração pública de apoio a D. António Barroso que a comunidade católica da cidade tinha promovido alguns dias antes.

Entretanto na sede das juventudes sindicalistas, conferencistas como Aurélio Quintanilha prosseguiam com a sua doutrinação anarco-sindicalista. Em Lisboa, Porto, Coimbra e Braga as greves sucedem-se a propósito de reivindicações operárias em sectores como o do calçado, dos fluviais, pintores, metalúrgicos, construção civil, e levavam à intervenção frequente de forças da Guarda Nacional Republicana e da Guarda Fiscal.

No dia 25 em Olhão, tem lugar um tumulto que se pode considerar exemplificativo de uma tipologia de conflito violento que se tornará frequente em Portugal a partir de 1915 e que assenta em três premissas: a existência de uma alteração derivada de uma banal ocorrência do dia-a-dia; a intervenção de uma força de segurança armada para imposição da ordem pública com confronto directo entre essa força e a população envolvida e, em terceiro lugar, as acusações de uso excessivo da força por parte da força armada que à posteriori lhe são dirigidas publicamente.

Segundo o relatório do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana sobre as ocorrências e a intervenção da força do Posto da GNR de Olhão na alteração da Ordem Pública ocorrida nesse dia pelas 18h30min, as averiguações efectuadas permitiram concluir que o conflito tivera o seu início na estação de caminho-de-ferro daquela povoação quando o chefe da gare pediu auxílio ao Soldado da GNR do Posto de Olhão que ali se encontrava em serviço normal de policiamento, para impedir que um individuo entrasse sem bilhete na referida gare. Intimado pela autoridade a abandonar o local, o individuo insultou, agrediu e derrubou-o. O Soldado levantou-se e desferiu na testa do seu agressor uma coronhada com a sua espingarda, prendendo-o em seguida. Alertado pela confusão, o povo juntou-se protestando contra a prisão enquanto o individuo era conduzido pelas ruas até ao Posto da GNR. O ajuntamento de populares foi crescendo e quando o preso deu entrada no edifício a multidão começou a atacar o Posto com arremesso de pedras e disparo de armas de fogo. A força da GNR organizou a defesa das instalações e respondeu abrindo fogo sobre a horda de atacantes ferindo, entre outros, o Administrador do Conselho «quando acudia a um ferido».³⁰

²⁷ Circular nº 336 de 18 de Março de 1914. ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ51/LIVRO 64/Nº159

²⁸ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ51/LIVRO 64/Nº166

²⁹ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ51/LIVRO 64/Nº174

³⁰ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ52/LIVRO 64/Nº252

No entanto, chamando a atenção para as dificuldades sentidas no apuramento dos factos «em face do regulamento orgânico da GNR», no inquérito efectuado sobre os factos pelo Comissário da Polícia Cívica de Faro deu-se como suficientemente provado «(...) que por parte da força [GNR] houve excesso de defesa; violências escusadas, excessivas de que resultaram ferimentos graves, agressões, desrespeito à autoridade administrativa (...)» pelo que o Governador Civil de Faro, em telegrama dirigido ao Ministério do Interior solicitou a substituição dos Soldados e Sargento do Posto de Olhão. Nas Palavras do Comissário de Polícia:

«(...) desde o tiro que foi disparado para o ar e que deu ensejo às pedradas arremessadas contra o Posto até ao regresso do Sargento Comandante, que, saindo com a guarda a dispersar o povo, mandou e consentiu que se fizesse fogo livre e à vontade, do que resultou haver tantos feridos, alguns com gravidade (...). Mais dum depoimento afirma que os soldados do Posto se entregaram a uma verdadeira caçada, não se limitando à defesa do mesmo Posto, onde estava o preso (...). (...) do apedrejamento do Posto não há vestígios (...)».

Revelando alguma condescendência para com os actos praticados pela população, o Comissário de Polícia procura justifica-los perante o Governador Civil de Faro, autoridade que tinha ordenado a sindicância aos acontecimentos, afirmando «Estes povos do Sul, como V.Exa. sabe, vivem mais pelo (...) sentimento do que pela razão (...)».

Entre os dias 2 e 4 de Maio reunia-se em congresso realizado no Porto a *Federação das Juventudes Católicas*. Convocada legalmente a reunião teve lugar em instalações pertencentes à Associação Católica do Porto para «tratar de assuntos religiosos e de propaganda católica». No último dia do Congresso indivíduos com intenções desestabilizadoras que tinham conseguido introduzir-se no recinto, confrontaram com hostilidade os católicos presentes e foram expulsos. Já na rua, revelando alguma premeditação na acção, aos três elementos expulsos juntar-se-iam algumas dezenas de indivíduos que, gritando todo o tipo de improperios, provocaram o confronto físico com os congressistas. Acalmados os ânimos no local do congresso, os manifestantes dirigiram-se à estação de caminhos-de-ferro de S. Bento com o objectivo de confrontar excursionistas católicos que se tinham deslocado a Barcelos.³¹

Os confrontos com os excursionistas regressados de Barcelos teve lugar às 23h15min e no momento em que, ao saírem da estação, estes gritavam vivas à Pátria, à religião e à República. Indivíduos não identificados, entre os quais terá sido claramente identificado como possível mentor da alteração o Regedor da Freguesia de Sto. Ildefonso, agrediram à bengalada diversos excursionistas causando 15 feridos que receberam tratamento no hospital da Misericórdia e em diversas farmácias das ruas mais próximas.

Houve clara conivência dos funcionários da companhia de caminhos-de-ferro presentes na estação e inoperância da reduzida força policial existente no local.³²

Na segunda semana do mês as condições de ordem pública continuaram a degradar-se.

Num abaixo assinado, proprietários, comerciantes e industriais de Lisboa solicitavam ao Ministério do Interior a manutenção da proibição absoluta de tómbolas ou roletas automáticas que, a coberto de supostas acções de beneficência, estavam em funcionamento clandestino nas tabernas e botequins de Lisboa. Alegavam os signatários do documento graves prejuízos económicos e morais ao mesmo tempo que consideravam aqueles jogos «instrumentos de pobreza e de vício» porque «(...) a clientela de tais aparelhos [era] formada na sua maior parte pelas classes operárias, marçanos, pequenos empregados comerciais e menores, e por todos aqueles que vivendo já com precários meios, vão ali agravar a sua miséria, perdendo não só o indispensável à sua vida e das suas pobres famílias como também de quantias de que não dispõem e que para isso têm de criminosamente alcançar.»³³

Na noite do dia 13 de Maio tiveram lugar os chamados «Tumultos do Rossio», ou do Teatro Nacional, a propósito de uma récita amadora promovida naquela sala de espectáculos pelo Conde da Figueira, D. Luiz Machado de Castelo Branco, e cujo producto reverteria para a «Associação das Senhoras da Caridade» e para as «Escolas Para Rapazes Pobres».

A leitura do inquérito determinado pelo Ministro do Interior aos acontecimentos em geral, e em particular, à actuação da Polícia Cívica de Lisboa, permite constatar que pela cidade corriam boatos insistentes que

³¹ Diário do Senado, Sessão nº 88, 7 de Maio de 1914

³² ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ52/LIVRO 64/Nº244

³³ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ52/LIVRO 64/Nº251

alertavam para a possibilidade de ocorrência acontecimentos graves com perturbação da Ordem Pública naquela noite.

A Polícia, procurando evitar os conflitos anunciados, tinha durante o dia pedido a diversas personalidades da cidade de Lisboa que intercedessem junto de eventuais participantes, de modo a impedir a ocorrência dos referidos tumultos.

À hora do espectáculo ter-se-á juntado grande número de populares no largo fronteiro ao Teatro, e em especial nas proximidades do café *Floresta*, em cujo interior terá sido notada a presença de indivíduos armados de pistola. De acordo com os factos apurados, do ajuntamento faziam parte simples curiosos que tinham sido alertados pelos boatos mas também

«(...) devotados defensores do regime, aos quais se tinha feito acreditar - embora erradamente - que se tratava duma festa com intuítos políticos. Havia também indivíduos mal postos, alguns descalços dos que costumam aparecer por ocasião de manifestações e ajuntamentos promovendo arruaças e lançando a discórdia: e deviam ter sido estas pessoas que espalharam o boato de que se tratava dum espectáculo, não de caridade, mas que teria por fim angariar-se dinheiro para se comprarem armas com que se havia de combater o regime e fuzilar os republicanos.»³⁴ «(...) A verdade é que pelo testemunho insuspeito de pessoas que estiveram no teatro, pode dizer-se que nem pelo que se representava, nem pela decoração do Teatro, nem sequer pela música tocada, houve a mínima causa que pudesse ferir os melindres e naturais susceptibilidades dos mais fervorosos republicanos, e alguns houve que estiveram no espectáculo.»

Nas horas que antecederam o espectáculo ecoaram com insistência pelas ruas vizinhas e largo fronteiro ao Teatro vivas à República e ao Exército «misturados com os de desagrado aos talassas», manifestações que ganhavam volume sempre que algum automóvel parava junto ao edifício para largar espectadores.

Entres os espectadores presentes no Teatro encontrava-se o Embaixador do Brasil acompanhado pelo filho e também pelo Cônsul daquele país.

«Exaltados como estavam os ânimos no largo pela convicção de que se tratava duma exibição de forças monárquicas para fins monárquicos também (...), a ida à varanda do Embaixador do Brasil e de outros indivíduos para observarem os acontecimentos fez desencadear uma onda de violência que percorreu toda a baixa de Lisboa.

Informado o Governador Civil sobre a gravidade dos confrontos, ordenou o mesmo que a polícia fizesse cessar imediatamente os distúrbios e que dispersasse os grupos de manifestantes, mas recomendando que as forças de manutenção da ordem pública procedessem com toda a «decisão, rapidez e prudência, sem disparar um único tiro, a não ser que a tiro fosse atacada a força pública.»

Obedecendo às ordens recebidas a polícia procurou fazer dispersar pacificamente os grupos mais violentos no entanto, o insucesso da abordagem policial ditou a necessidade de se recorrer ao uso da força, e obrigou a uma série de cargas sobre os manifestantes. Pressionados pelas forças da GNR, enquanto alguns grupos dispersavam em várias direcções para na primeira oportunidade aparecerem reagrupados noutra local do Largo de Camões, «alguns homens (...) agarra[v]am-se às rédeas dos cavalos e outros deitavam-se no chão, declarando que dali não retirariam sem findar o espectáculo. (...) Do emprego dos sabres e espadas da força pública resultaram necessariamente alguns ferimentos nos populares que ou eram mais recalcitrantes, ou não puderam fugir mais depressa (...)».

A narração destes factos feita *a posteriori* na imprensa diária seria bastante exagerada em especial no que respeita à actuação das forças da ordem, acusadas de abuso de autoridade e de terem causado ferimentos graves em alguns dos manifestantes. O jornal *O Século* terá chegado a classificar de selvagem o procedimento da polícia, e a justificar uso de armas por parte dos populares contra as forças policiais.³⁵

Em Junho os tumultos envolvendo acções de desobediência às autoridades policiais e acusações de uso discricionário e excessivo da força por parte da GNR continuaram em diversas localidades do País.

De acordo com a queixa enviada pelo Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova ao Governador Civil de Castelo Branco e ao Comandante-Geral da GNR, no primeiro dia daquele mês

«Numa leve altercação em que se discutia a prisão de um cidadão feita pela GNR, esta, esquecendo por completo os meios humanos de que se podia dispor, em vez de procurar extinguir

³⁴ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ52/LIVRO 64/Nº270

³⁵ Jornal *Século* - 16 de Maio de 1914

o conflito por meios suasórios, ao mais leve embate das discussões populares, atira sobre o povo, fere e mata, enchendo de luto e pesar todos os cidadãos deste concelho. Procedimento este que levantou no espírito deste povo uma incomensurável ‘animadversão’ contra tal guarnição, sendo voz corrente e desejo manifesto dos cidadãos deste concelho, obter do Governo a retirada de tal corporação, visto que, a nenhuma medida de utilidade satisfaz, tal como está organizada neste concelho, sendo prejudicial a todos.»³⁶

Dos tumultos terão resultado, segundo os relatos, alguns cidadãos mortos e também alguns feridos com alguma gravidade tendo os mesmos sido homenageados no decurso da sessão da Câmara Municipal de dia 10 de Junho.

Das averiguações efectuadas *a posteriori* pelo Comando-Geral da GNR concluiu-se não haver lugar a procedimento disciplinar contra o Comandante e Praças do Posto de Idanha-a-Nova uma vez que «apenas cumpriram o seu dever, mostrando-se até muito prudentes e não fazendo uso das armas senão em legítima defesa e depois de muito vexados e agredidos, e esgotados todos os meios suasórios para serenar o conflito(...)». No entanto, o Comandante-Geral da GNR propôs substituir por algum tempo, os efectivos (Praças) do Posto daquela localidade mas sem que tal fosse interpretado como uma punição mas antes como uma «medida preventiva». No final do mês o Comandante do Posto e algumas Praças envolvidas nos confrontos tinham já sido transferidas.

Mais ou menos na mesma altura o Administrador do concelho de Alvaiázere pedia ao Governador Civil de Leiria reforço militar para a sessão da Câmara de 12 de Junho por temer «graves conflitos». Por sua vez, o Governador Civil de Leiria informava o Ministério do Interior que, na sequência da solicitação efectuada por aquele Administrador, tinha solicitado ao General comandante da 7ª Divisão Militar uma força militar para manutenção da ordem.³⁷

Depois acesa discussão durante a votação parlamentar, no dia 20 o poder político decidia manter sem alterações a *Lei da Separação* provocando a ira da maioria dos católicos do País.

Dois dias depois, em 22 de Junho, Bernardino Machado apresentava o pedido de demissão do seu Governo por causa de um decreto de 28 de Março que autorizava um grupo de investidores, que incluía diversos Democráticos, a instalar uma central hidroeléctrica em Portas do Rodão. No dia seguinte forma-se o segundo Governo de Bernardino Machado, o VI constitucional, apregoado como «extrapartidário». Na remodelação governamental saem os três ministros democráticos da Justiça, Finanças e Fomento, substituídos, respectivamente, por Sousa Monteiro, Santos Lucas e Almeida Lima. No dia 24 era anulado o Decreto sobre Portas do Ródão.³⁸

No dia 28, enquanto em Lisboa e no Porto se realizavam conferências anarquistas, em Sarajevo, Gavrilo Princip atacava a tiro o Arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do Império Austro-Húngaro e a sua esposa Sofia de Hohenberg causando-lhes a morte e abrindo definitivamente a porta para a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Dois dias depois era discutido e aprovado na Câmara dos Deputados um novo projecto de Lei Eleitoral que, fortemente criticado pelos evolucionistas, nunca chegaria a ser votado pelo Senado. No mesmo dia Afonso Costa manifestava o seu apoio ao governo extrapartidário de Bernardino Machado.

No dia 13 de Julho a Comissão Executiva da Câmara do Concelho de Penamacor discutia com indignação um atentado ocorrido naquela localidade. Uma bomba tinha sido lançada contra o hotel onde estava hospedado o Administrador do concelho causando danos materiais significativos mas sem causar qualquer vítima.

Em causa estaria uma vez mais a questão religiosa uma vez que o atentado «(...) há dias vinha sendo anunciado por uma horda de desordeiros com o fim de estabelecer o terror por ocasião da visita pastoral do bispo.»

³⁶ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ51/LIVRO 64/Nº326

³⁷ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ51/LIVRO 64/Nº329

³⁸ Refere João Chagas no seu Diário «Quando o Bernardino Machado está no poder nunca ha em rigor uma crise, e é o que succede. Bernardino Machado tapou rapidamente os buracos deixados pelos seus tres colaboradores e prossegue.» CHAGAS, João - Diário de João Chagas - 1914 ..., p. 93.

No jornal *A Capital* (nº 1395) escrevia-se no dia 21 de Junho «(...) A questão de Rodam (...) teve um carácter de gravidade para nós, republicanos, não porque se lhe reconhecesse um aspecto de imoralidade política, mas porque affectava a Constituição, e nós, republicanos, ao contrário do monarchicos, que nunca se importaram com a sua constituição para nada, temos o maior empenho em mante-la respeitada, para segurança e prestígio da República. (...)desta questão que os monárquicos julgaram que prejudicaria a República, resulta para a república maior lustre e maior glória.(...)»

Segundo a Acta exarada por aquela Comissão, a responsabilidade pelo atentado caberia «principalmente à Guarda Republicana que não cumpriu a requisição do Administrador do Concelho, mostrando-se mais uma vez solidária com a desordem e anarquia e encobrendo pela sua inépcia os verdadeiros autores do atentado.» Resolveram por isso os presentes unanimemente protestar junto das mais altas instâncias públicas «(...) contra o infame atentado, as falsas denúncias e prisões arbitrárias que outros elementos demagógicos, auxiliados pela GNR, [tinham] feito ultimamente [naquele] concelho, com intuito de alardear serviços que só prejudicam a Causa republicana (...)».³⁹

Na segunda metade do mês de Julho de 1914, a publicação da Lei nº 253 sobre o regime de fiscalização da produção de «vinho do Porto» e os protestos que se lhe seguiram por parte dos viticultores do Douro, conferiam uma maior visibilidade a um movimento de contestação e reivindicação regional que havia algum tempo se ia intensificando naquela região do País.

Na ordem do dia estava a «Questão Duriense», designação atribuída à luta levada a cabo pelos produtores de vinho da região duriense contra a adulteração e falsificação do chamado «vinho do Porto» com recurso a vinhos provenientes do Sul do País.

1914 foi, como o viria a ser de modo ainda mais significativo o ano de 1915, um ano de grande agitação social na região duriense onde ao longo dos últimos anos se vinha acentuando uma crise derivada da retração dos mercados para onde habitualmente eram exportados os produtos vinícolas do Douro mas também, das baixas compensações pagas aos produtores em virtude da crescente comercialização paralela de «vinho do Porto» adulterado.

Revoltadas com a situação as populações do Douro movimentaram-se e numa primeira fase buscaram o papel intermediador das autoridades administrativas da Região que, pelos canais oficiais, fizeram chegar aos organismos centrais as preocupações dos produtores.

Não obtendo imediata e satisfatória resolução do problema, o povo passou à acção directa organizando concentrações e comícios em diversas localidades da Região, eventos que com o passar do tempo se transformaram em tumultos violentos quase sempre direccionados contra as Repartições da Administração Pública local.

Pressionado pelo curso dos acontecimentos e pela insistente campanha levada a cabo na imprensa regional o Governo, a pretexto da implementação de mais eficazes métodos de fiscalização, acabou por determinar a aplicação de um imposto sobre o vinho proveniente da Região do Douro ao mesmo tempo que alterava alguns Artigos do *Regulamento das Vinhas do Douro* que tinha sido publicado em 1908 (27 de Novembro).⁴⁰

Este imposto fez agravar, como seria de esperar, as já difíceis relações existentes entre produtores e comerciantes de vinho que, pelo efeito conjugado com a alteração do teor mínimo de álcool entretanto decretado para os vinhos a exportar para Inglaterra, viam as suas margens de lucro repentina e drasticamente encurtadas.⁴¹

Nos últimos dias do mês adensam-se por toda a Europa os receios da eclosão iminente de uma guerra de consequências imprevisíveis no centro do *Velho Continente*. Em Portugal, e não obstante todos os sinais prenunciadores, a generalidade da população portuguesa não tinha prestado interesse significativo pela questão e, por isso, não tinha equacionado a possibilidade de um envolvimento directo do seu País em tão funesto acontecimento.

No dia 28 de Julho o Império Austro-Húngaro declarava guerra à Sérvia. João Chagas interrogava-se: «Porquê esta guerra? (...) O que está por detrás d'isto? Na hora presente ninguém o sabe, mas já se suspeita, pela atitude ambígua que a Alemanha está assumindo nesta conjuntura, que na realidade o seu propósito é o de resolver pelas armas o problema da Europa.»⁴² No último dia do mês, num contexto de clara fragilidade do Governo de Bernardino Machado, foram finalmente marcadas para o dia 1 de Novembro as Eleições Gerais.

Ao segundo dia do mês de Agosto de 1914, rompiam as hostilidades em solo europeu. A Alemanha, que tinha declarado Guerra à Rússia no dia anterior, invadia o Luxemburgo e, no dia 3, a Bélgica.

Nesse mesmo dia em Portugal, com uma súbita urgência ditada pelo precipitar dos acontecimentos internacionais, proibiu-se a exportação de combustíveis, de gado e de géneros alimentícios, à excepção do vinho.

³⁹ ANTT/MI/DGAPC/1aREP/MÇ.53/LIV.64, N°409

⁴⁰ Lei nº 253, Diário do Govêmo n.º 121/1914, Série I de 1914-07-20

⁴¹ Sobre esta questão veja-se SEQUEIRA, Carla, “O Vinho do Porto e as Movimentações Sociais nos Anos de 1914-15”. In *Douro - Estudos e Documentos. Volume VIII (15)*.

⁴² CHAGAS, João - Diário de João Chagas - 1914 ..., pp. 113-114.

No dia 4, ao mesmo tempo que o Reino Unido declarava guerra à Alemanha, em Lisboa determinava-se o encerramento das Bolsas de Fundos de Lisboa e do Porto.⁴³

A gravidade do momento não passa despercebida à *União Operária Nacional* que, na sequência de uma reunião promovida pelos seus órgãos dirigentes no dia 6 de Agosto, manifestava publicamente a sua oposição à guerra e dela daria conta ao grande público nas páginas do jornal *A Aurora* em termos que deixavam antever o confronto a que se iria assistir em grande parte dos quatro anos seguintes, entre operariado e patronato:

«(...) A tremenda catástrofe que se está desenrolando é o digno desfecho, a coroação da obra nefasta de opressão e de imprevidência da sociedade burguesa, cujo egoísmo lhe não deixava ver o abismo que a esperava. Ela é vítima da sua própria obra. Mas não é, infelizmente, a burguesia a única, nem sequer a vítima que mais sofre com os efeitos próximos da guerra. É o proletariado ainda! - quem mais sofrer. (...)»⁴⁴

A 7 de Agosto, na Câmara dos Deputados, «o Presidente do Ministério, Ministro do Interior e interino da Justiça» Bernardino Machado apresentava uma proposta de Lei que visava conferir meios de acção ao Poder Executivo para garantir a ordem pública em todo o país e a salvaguarda dos interesses nacionais, bem como para acorrer a quaisquer emergências extraordinárias de carácter económico e financeiro.⁴⁵

Estabelecidos os objectivos da política externa portuguesa em contexto de guerra, cedo surgiram diferentes correntes de opinião e clivagens relacionadas com a cada vez mais provável participação de Portugal no conflito.

Alguns dias depois a conjuntura de guerra começava a reflectir-se no dia-a-dia dos portugueses. As dificuldades que se vinham sentindo no acesso a produtos alimentares essenciais para a sobrevivência das populações começaram a agravar-se e obrigaram o poder político a legislar no sentido de contrariar os previsíveis aumentos abusivos dos preços desses mesmos produtos, especialmente aqueles produzidos no território continental, ilhas adjacentes e colónias. Assim, pelo Decreto n.º 741 de 10 de Agosto de 1914, o Ministério da Justiça determinava a implementação de um sistema de fiscalização dos preços dos géneros alimentícios; as regras a seguir pelos comerciantes no momento da fixação dos preços de venda bem como; as penalidades a aplicar a todo aquele que elevasse de moto-próprio os preços dos géneros de primeira necessidade.⁴⁶

Uma semana mais tarde o Governo determinava a criação de uma Comissão de Subsistências, para

«(...) imediata adopção de processos que lhe facult[assem] a pronta execução das providências que [fossem] julgadas necessárias para prevenir o País contra quaisquer dificuldades no abastecimento de géneros de primeira necessidade para as classes menos remediadas, e bem assim, no sentido de evitar ou reduzir, quanto possível, perturbações na laboração industrial de que resultariam graves danos para as mesmas classes, às quais o Governo presta cuidada atenção, e por serem elas as que mais podem ser afectadas na actual conjuntura (...)»⁴⁷

Como seria de esperar, as extremas dificuldades económicas que há muito tempo se abatiam sobre a generalidade da população portuguesa sofreram um agravamento significativo a partir da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Volvidos quase quatro anos desde a implantação da República, a desilusão tinha-se instalado entre os elementos das classes mais necessitadas da sociedade portuguesa defraudadas nas expectativas de melhoria das suas condições de vida.

Esta desilusão e descontentamento assumiam especial visibilidade junto das populações rurais que, confrontados com uma crescente dificuldade na obtenção de meios de sobrevivência, com o passar do tempo

⁴³ Esta decisão só viria a ser confirmada em termos legislativos com a publicação do Decreto n.º 797 no Diário do Governo n.º 151/1914, Série I de 1914-08-25

⁴⁴ União Operária Nacional, «O proletariado e a burguesia», *In A Aurora*, n.º 12, 16 de Agosto de 1914, p. 1.

⁴⁵ Lei n.º 275, Diário do Governo n.º 137/1914, Série I de 1914-08-08.

⁴⁶ «Atendendo a que se é lícito confiar no patriotismo da gente portuguesa em quaisquer momentos, e sobretudo nos de provação, forçoso é contar com abusos filhos da imperfeição humana.» Diário do Governo n.º 138/1914, Série I de 1914-08-10.

⁴⁷ Decreto n.º 767 - Diário do Governo n.º 146/1914, Série I de 1914-08-19.

acabaram por se envolver em demonstrações de força que ficariam conhecidas, à semelhança do sucedido um pouco por toda a Europa, como «as revoltas da fome».⁴⁸

Num contexto em que era expectável um ambiente social de contestação contra a previsível participação de Portugal na guerra em curso, acabou antes por ganhar mais força um vasto movimento de contestação e luta das classes populares da sociedade portuguesa contra a escassez e o aumento generalizado dos preços dos géneros de primeira necessidade. Géneros que, na sua maioria, provinham da agricultura, um sector produtivo que havia muito tempo se encontrava em crise profunda e ao qual à data do início da Guerra os governos republicanos não tinham ainda conseguido acudir devidamente.

Toda esta problemática ficaria conhecida pela designação «Questão das Subsistências» e acabaria por ser campo fértil para o protesto e uma das principais questões geradoras de instabilidade social e confronto violento durante os quatro anos vividos pelos portugueses em contexto de guerra.

A «Questão das Subsistências» exigiu ao longo do tempo permanente atenção e a intervenção directa dos diversos governos que, com maior ou maior sucesso, procuraram pôr em prática diversas iniciativas destinadas a promover o aumento da produção agrícola mas também para garantir a disponibilidade generalizada de géneros de primeira necessidade e o desenvolvimento e implementação de mecanismos eficazes de fiscalização e controlo dos preços de comercialização desses mesmos géneros.⁴⁹

A conjuntura de guerra e o previsível agravamento das condições económicas e de sobrevivência dos portugueses impuseram uma súbita urgência na implementação de soluções que permitissem abordar o problema com eficácia. As iniciativas legislativas nesse sentido têm início com a publicação do já mencionado Decreto n.º 741 (10 de Agosto de 1914) e prosseguem nos anos seguintes com entrada em vigor de mais de quatro dezenas de outros diplomas legais destinados a regular diversos aspectos do comércio de bens e produtos de primeira necessidade, armazenamento de viveres e regulação de preços.⁵⁰

De todas as iniciativas legislativas empreendidas merece destaque a criação, logo em Agosto de 1914 e na dependência do Ministério do Fomento, da «Comissão de Subsistências» a quem foi atribuída a missão de zelar pelo «normal» abastecimento e disponibilidade de géneros de primeira necessidade e combustíveis na metrópole e nas colónias. Nos anos seguintes à sua criação esta Comissão acabaria por ser sujeita a sucessivas remodelações tendo em vista uma mais eficaz e próxima actuação junto das populações.

Conjuntamente com outros diplomas do mesmo teor que se lhe seguiram, conseguir-se-ia evitar uma escalada generalizada dos preços até aos primeiros meses de 1917 e ao envolvimento directo de Portugal no conflito.⁵¹

Durante o primeiro ano do conflito, a produção legislativa destinada a combater a falta de bens essenciais devido a acções de açambarcamento levadas a cabo por comerciantes e armazenistas dá-nos uma ideia clara das dificuldades sentidas pelas autoridades administrativas na hora de combater um dos principais flagelos que afectava o quotidiano dos portugueses e que, por essa razão, acabaria por revelar-se como um dos principais focos de instabilidade e violência.

Neste contexto, mereceram especial atenção até ao final da Primeira Guerra Mundial as questões relacionadas com a escassez de cereais para o fabrico de pão. Problema que tanto a Presidência do Ministério como o Ministério do Fomento procuraram resolver por via legislativa⁵² sem que, no entanto, tivesse sido possível impedir a onda de assaltos e padarias que se desenvolveu um pouco por todo o País mas com especial incidência e gravidade nos principais centros urbanos de Portugal.

⁴⁸ V. SAMARA, Alice, PIRES, Ana Paula, “Greves e Movimentos Grevistas”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II-F-M. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014, p. 189-192.

⁴⁹ PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Lisboa: CNCCR/Caleidoscópio, 2011, p. 15.

⁵⁰ PIRES, Ana Paula - “A Economia de Guerra: a Frente Interna, In ROSAS, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta-da-China, 2009. pp. 340-342.

⁵¹ Decreto n.º 1900 - Diário do Governo n.º 189/1915, Série I de 1915-09-18; Decreto n.º 2036 - Diário do Governo n.º 230/1915, Série I de 1915-11-10

⁵² Decreto n.º 972 - Diário do Governo n.º 197/1914, Série I de 1914-10-26; Decreto n.º 1223 - Diário do Governo n.º 246/1914, Série I de 1914-12-30; Decreto n.º 1300 - Diário do Governo n.º 21/1915, Série I de 1915-02-02; Decreto n.º 1309 - Diário do Governo n.º 28/1915, Série I de 1915-02-10; Decreto 1371 - Diário do Governo n.º 39/1915, Série I de 1915-03-01; Decreto n.º 1548 - Diário do Governo n.º 86/1915, Série I de 1915-04-30; Lei n.º 344 - Diário do Governo n.º 156/1915, Série I de 1915-08-10.

Directamente relacionada com a «Questão das Subsistências», e em particular com a capacidade das autoridades fazerem frente às ocorrências violentas que dela resultaram, está o muito reduzido número de efectivos e a deficitária organização das forças policiais então existentes.

Em meados de Agosto de 1914, não obstante o crescimento a que se tinha assistido desde o início do século, o número de efectivos policiais era extremamente reduzido e disso dava conta a chefia da Polícia Cívica de Lisboa em ofício remetido ao Ministério do Interior. Lisboa tinha por essa altura, segundo o último Censo da população efectuado em 1911⁵³, cerca de 440 mil habitantes e tinha uma força policial, organizada em 1898, onde serviam pouco mais de 1400 homens, sensivelmente o mesmo número existente no início do século. Pedia-se em 17 de Agosto de 1914 que se aumentassem os efectivos em mais 350 guardas e 20 agentes para fazer face ao crescimento da população.⁵⁴

Na província a situação seria equivalente tendo em conta que a força policial que lhe estava adstrita, a Guarda Nacional Republicana (GNR) criada cerca de três anos antes⁵⁵, estava ainda numa fase muito embrionária de estabelecimento e implantação do seu dispositivo territorial.

Por grandes dificuldades passava também a força armada militar nacional. No momento em que Portugal se encaminhava para o envolvimento directo num conflito armado de características nunca imaginadas e, também por isso, de consequências imprevisíveis, as transformações que se tinham operado no Exército desde a implantação da República não lhe permitiam encarar o desafio da beligerância, fosse pelas insuficientes e incompletas reformas concretizadas em termos organizacionais, fosse também pelo incipiente sistema de gestão e formação dos recursos humanos disponíveis.⁵⁶

Em termos gerais, à data dos primeiros contactos nacionais com a conjuntura de guerra, pouco mais tinha sido feito do que promover a efectivação, diga-se em termos meramente administrativos, da organização da Defesa Nacional definindo os seus Ramos constituintes ao mesmo tempo que se decretava a criação da Guarda Nacional Republicana⁵⁷, a força policial que permitiria libertar o Exército das tarefas que, com quase exclusividade, vinha desempenhando no âmbito da manutenção da Ordem Pública. À cabeça das razões condicionadoras do programa de reformas militares que tinham sido decretadas e publicadas na reorganização de 1911 estava a questão económica, uma questão que tinha sido visivelmente subestimada pelos seus ideólogos.

Não obstante a reduzida capacidade militar do País, no seguimento das preocupações apresentadas pelo Ministro das Colónias relativamente às condições de defesa da fronteira Sul de Angola e Norte da província de Moçambique derivadas da Guerra em curso, foi determinado ao Ministério da Guerra que «(...) fosse posta à disposição do Ministério das Colónias a força precisa para o indicado fim(...)». Uma força composta por dois destacamentos mistos constituídos por elementos do quadro permanente do Exército metropolitano e por Praças licenciadas, efectivos necessários à constituição de um Batalhão de Infantaria; um Esquadrão de Cavalaria; uma Bateria de Artilharia de Montanha e Serviços de Saúde e Administrativos a enviar para cada uma das províncias africanas.⁵⁸

Cinco dias depois, sem que tivessem saído de Lisboa os destacamentos mistos que haveriam de reforçar a capacidade de defesa de Angola e Moçambique, dava-se o ataque por forças militares alemãs ao posto de Maziua em Moçambique. Só o dia 11 de Setembro partiram as primeiras expedições para África. A de Angola, que seguiu a bordo do navio *Moçambique*, era comandada pelo Coronel Alves Roçadas. Desembarcou em Moçâmedes no dia 1 de Outubro e chegou ao Lubango no dia 17 do mesmo mês. A de Moçambique, embarcou no *Durham Castle*, comandada pelo Coronel Massano de Amorim. Só chegou a Lourenço Marques a 16 de Outubro.

⁵³ *Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1911* - Disponível em www.ine.pt

⁵⁴ Neste documento é descrita a evolução do número de efectivos da Polícia Cívica de Lisboa nos seguintes termos: 1876 (302); 1894 (804); 1898 (1125); 1902 (1404). ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.53/LIV.64, Nº464

⁵⁵ Decreto com força de Lei - Diário do Governo n.º 103/1911, Série I de 1911-05-04

⁵⁶ Para uma leitura mais detalhada sobre este assunto v. ROCHA, Jorge Silva - “Organização do Exército Metropolitano”, In LOUSADA, Abílio Pires e ROCHA, Jorge Silva (Coord.), Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa, Lisboa : Comissão Portuguesa de História Militar, 2018. pp. 133-153. V. também FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo – Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 95 *et seqs.*

⁵⁷ Diário do Governo n.º 103 de 4 de Maio de 1911

⁵⁸ Decisão política de 18 de Agosto de 1914 (Ordem do Exército n.º 19. 1ª Série, de 21 de agosto de 1914, pp. 1208 *et seqs*)

No início de Setembro foram-se sucedendo, sobretudo em Lisboa, pequenas escaramuças e cenas públicas de pancadaria. Elementos contrários ao envolvimento de Portugal na Guerra aproveitam todas as oportunidades para se insurgirem contra tal possibilidade mas também contra todos aqueles que a defendem.

É o caso dos acontecimentos que tiveram lugar pelas 22h30min do dia 1 de Setembro no decurso de uma conferência proferida pelo oficial de Marinha Leote do Rego⁵⁹ na sede da Sociedade de Instrução Militar Preparatória (IMP) N° 1 sita na Rua da Graça em Lisboa, relatados ao Ministério do Interior pelo Comando da 17.ª Esquadra (Rua do Vale de Sto. António) nos seguintes termos:

«(...) estava bastante concorrida e na ocasião em que diminuíram a iluminação para apresentar as projecções luminosas, um grupo de indivíduos que também ali assistiam deu gritos de: abaixo a guerra e fora o traidor; estabelecendo-se a confusão entre todos, chegando a vias de facto, trocaram-se algumas bengaladas e bofetadas e cadeiras partidas, não me consta que houvesse feridos pois à polícia ninguém se queixou (...)».⁶⁰

Na mesma semana a *Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos* oficiava o *Ministério do Interior* pedindo que, em nome dos interesses do país, se intercedesse junto dos directores dos jornais com vista à difusão de ordens às redacções para que não «(...) fossem publicadas quaisquer informações do movimento de forças de terra ou de mar, evitando [assim] boatos.»⁶¹

Na segunda metade do mês acentuaram-se em Lisboa e Porto as dificuldades provocadas pela crise económica que afectava o País. Apoiados na sua agricultura de subsistência, as populações rurais não seriam tão imediatamente afectadas pela grave crise que se vivia nos principais centros urbanos.

De visita a Lisboa vindo de Paris para tratar com o Governo, segundo as suas palavras, «(...) um assumpto, acerca do qual não [estavam] inteiramente de accordo (...)», o representante diplomático português em Paris, João Chagas, descrevia com repulsa no seu diário o ambiente social que se vivia na principal cidade de Portugal:

«(...) No Aterro, calçado de pedregulhos que faíscam ao sol, formiga uma população suja e de pés nus. Um amontoado de telheiros, barracas, tendas, é um mercado, que exhala um pestilento cheiro a peixe podre. (...) Carroças puchadas por magros cavallos enchem o ar com o estrepito das suas rodas de ferro. Uma população mal vestida, os homens com a barba por fazer, as mulheres despenteadas, anda nas ruas de um lado para o outro a fazer não se sabe o quê. As varinas descalças trotam pelos passeios levando á cabeça as suas canastras onde nada numa agua suja um peixe que cheira mal. (...) Os transeuntes parecem não ter destino e estarem só ocupados em se observarem uns aos outros. Esta população não tem interesses que a distraiam e só parece viver para a vida exterior — a carruagem que passa, a mulher que passa, o político que passa. As lojas estão vãsias.(...)»

Garotos esfarrapados pulam de um lado para outro, offerecendo jornaes monarchicos, — a Restauração, o Thalassa, a Nação. (...) É o regimen dissolvente de Bernardino Machado em todo o seu esplendor. Eu sinto-me humilhado, vexado, (...). Aqui falta tudo — autoridade, disciplina, ordem, policia. Uma só palavra convém ao que vejo: anarchia — anarchia mansa, lenta, dissolvendo tudo, apodrecendo tudo. (...)»⁶²

No dia 18 de Setembro, em Almada e, com especial gravidade, na cidade do Porto magotes de populares assaltavam diversos armazéns de víveres. Assaltos violentos que as autoridades policiaes procuraram conter com os meios ao seu dispor, incluindo o recurso ao armamento regulamentar.

Num ofício enviado ao Ministério do Interior pelo Governador Civil (interino) do Porto, a autoridade administrativa superior do Distrito relatava os acontecimentos que levaram à alteração da Ordem Pública ocorridos naquela cidade e atribuía a sua origem «(...) essencialmente ao agravamento da economia das classes trabalhadoras assim como ao preço excessivo que têm atingido os géneros alimentícios e ainda pela supressão

⁵⁹ Sobre Leote do Rego escreveria João Chagas no seu diário em 1918 «Este Leote do Rego foi o primeiro portuguez que em agosto de 1914 soltou em Portugal o grito de guerra á Allemanha (...)». CHAGAS, João - Diário de João Chagas - 1918..., p. 158.

⁶⁰ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.55/LIV.64, N°564.

⁶¹ A 5 de Setembro - ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.55/LIV.64, N°546.

⁶² CHAGAS, João - Diário de João Chagas - 1914..., pp. 234-235.

nas fábricas de alguns dias de trabalho na semana»⁶³. No entanto afirma claramente que tinha «(...) a fundada suspeita de que alguém malevolamente incita[va] o operariado, que se deixa[va] ludibriar por inimigos da República e sem amor à Pátria.»

Da investigação ordenada com vista à descoberta de eventuais instigadores dos assaltos e ao esclarecimento das acusações surgidas na opinião pública de uso excessivo da força por parte das forças policiais envolvidas nos acontecimentos afirmava ser possível comprovar que «(...) a força [policial] só usou de rigor quando foi violentamente atacada a tiro e à pedrada nas ruas de S. João e Mouzinho da Silveira, quando correu para fazer respeitar a propriedade e talvez as vidas de alguns cidadãos. Em todos os outros pontos a sua acção limitou-se a correrias para varrer as ruas.»

Dos confrontos ocorridos entre os populares e as forças policiais terão resultado alguns feridos por disparos de arma de fogo, «sem gravidade de maior», que receberam tratamento no hospital. No que se refere à autoria dos disparos, atribuída na totalidade e com insistência pelos populares às forças policiais, refere que fora «(...) informado por um médico do hospital de que parte dos ferimentos não foram produzidos pelas balas das armas da polícia, mas sim por projecteis de pequeno calibre de pistolas de algibeira, e provavelmente disparados das janelas das casas que se defendiam do ataque ou mesmo da rua, havendo até um ferimento feito com chumbo de arma caçadeira (...).»

Na sequência destes acontecimentos o Governador Civil do Porto acabou por pedir a sua exoneração do cargo porque o operariado que se tinha envolvido nos assaltos aos armazéns de víveres deixara de valorizar o seu papel na busca de soluções para os problemas que afectavam as indústrias locais.⁶⁴

No dia seguinte, a pretexto do estado de guerra, eram adiadas por indefinidamente as eleições que o Governo tinha marcado para o dia 1 de Novembro.

Na segunda semana do mês de Outubro, para gáudio dos guerristas portugueses, as autoridades britânicas convidavam Portugal a abandonar a sua neutralidade em nome da velha aliança luso-britânica. As decisões que confirmam em definitivo o envolvimento militar nacional no conflito são tomadas ainda na mesma semana com o Governo a determinar a criação de um corpo expedicionário destinado a intervir na Flandres e, na semana seguinte, com a aceitação formal do pedido formulado pela Inglaterra.⁶⁵

No dia 19 tiveram lugar os primeiros confrontos com tropas alemãs em Angola. Muito antes do envio de forças militares portuguesas para teatro europeu da Guerra, o Exército metropolitano começava já a estar sujeito a enorme desgaste e a ficar exaurido dos seus melhores quadros e especialistas que com o passar do tempo foram sendo enviados para África. Até meados do ano de 1915 seriam mobilizados para Angola e Moçambique cerca de 14.000 homens, um empenhamento desmesurado tendo em conta que quatro anos antes o número de efectivos permanentes do Exército andaria perto dos 12.000. A partir deste ano o quadro de militares milicianos cresceria rapidamente e, em simultâneo, aumentariam também as situações de tensão e conflito entre estes e os oficiais formados na Escola de Guerra.⁶⁶

No seio do Exército alastrava gradualmente um profundo descontentamento propalado por um crescente número de oficiais, monárquicos e republicanos, opositores da política militar seguida pelos diversos Governos.

À indisciplina que vinha crescendo desde os primeiros momentos da República juntavam-se agora novos factores potenciadores da quebra de coesão interna do Exército. A inevitabilidade de uma participação activa no conflito em curso levava vastos sectores da oficialidade ao protesto, convictos que estavam da impreparação material e humana do País para levar a bom termo tão exigente comprometimento. «A eclosão da Primeira Guerra Mundial marcará indiscutivelmente uma nova fase nas relações entre a instituição militar e o regime republicano».⁶⁷

Sendo certo que o grosso da oficialidade, fosse por convicção fosse por interesse, tinha aderido progressivamente aos ideais do novo Regime, tal não significava que, repentinamente, todos os apoiantes do

⁶³ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.55/LIV.64, N.º620

⁶⁴ «(...)“deixou para mim de ter encanto, desde que tive a profunda mágoa de ver que o operariado deixou de confiar na minha palavra de seu verdadeiro amigo (...)» *Idem, ibidem*.

⁶⁵ V. TELO, António José, SOUSA, Pedro Marquês de, *O CEP – os Militares Sacrificados pela Má Política*, Porto: Fronteira do Caos, 2016, pp. 51 *et seqs.*

⁶⁶ *Idem*, pp. 128-134.

⁶⁷ FERREIRA, José Medeiros, “Forças Armadas e a República: Antes, Durante e Depois da Primeira Guerra Mundial”, *In* BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.267 *et seqs.*

regime monárquico tivessem desaparecido e isso ficaria bem claro com a eclosão da «Revolta de Maфра» em 20 de Outubro de 1914, a primeira revolução declaradamente monárquica anti-guerrista.⁶⁸

A «Segunda Outubrada»

O movimento revolucionário de Maфра dá continuidade às acções conspirativas e revolucionárias levadas a cabo por elementos de uma difusa e dividida Causa Monárquica que, desde 1911, se batia pelo regresso à ordem constitucional monárquica e pela restituição do trono a D. Manuel II.

Acções de sublevação que, em 1914, D. Manuel reprovava claramente por as considerar extemporâneas e contrárias aos interesses de um País subitamente arrastado para o turbilhão de uma guerra sem desfecho previsível. Na correspondência trocada com alguns dos seus confidentes e seguidores em Portugal El-Rei insurge-se de forma clara contra qualquer tentativa restauradora, considerando mesmo desobedientes e indisciplinados todos aqueles que, em seu nome, se envolvessem em tais movimentos.⁶⁹

No entanto, nem o fracasso da «Primeira Outubrada» nem as objecções de D. Manuel foram suficientes para impedir a continuação da actividade conspirativa. Contando com a existência de uma suposta generalizada hostilidade à república, em especial nas fileiras do Exército, os contra-revolucionários monárquicos insistiram nos seus propósitos elaborando planos da acção cuja complexidade variava em função das virtudes antevistas pelos seus ideólogos na adopção de modelos de execução mais extensos e elaborados, como aquele das anteriores incursões monárquicas, ou mais rápidos e simples direccionados contra os principais órgãos de poder político e militar.⁷⁰

Este ressurgimento dos movimentos revolucionários com intenções restauradoras beneficiou em definitivo do regresso ao País de elevado número de exilados monárquicos propiciado pela amnistia decretada pela Lei n.º 114 de 21 de Fevereiro de 1914, parte integrante do programa de promoção da paz social em que se empenhara o Presidente Manuel de Arriga. Este Acto do poder legislativo que decretava também a libertação dos presos por questões sociais e anulava as condenações por transgressão à «Lei da Separação» mantinha, no entanto, as penas de expulsão que tinham sido aplicadas a indivíduos tidos como dirigentes e instigadores de movimentos contra a República, como sejam Paiva Couceiro, João de Azevedo Coutinho, Jorge Camacho, Vítor Sepúlveda, Homem Cristo pai, Sousa Dias, João de Almeida e padres Domingos Pereira, Júlio Barroso, Júlio César e Leite Maciel.⁷¹ Indivíduos que permaneceram exilados em Espanha mas que mantiveram uma permanente ligação e capacidade de influência sobre os líderes de diversos grupos organizados de monárquicos.

Especialmente empenhado na continuação das acções revolucionárias com vista à restauração da monarquia estava o oficial de Marinha, antigo Ajudante-de Campo de D. Manuel II, João de Azevedo Coutinho, que em sentido contrário às orientações do Monarca exilado promovia e dirigia a partir do país vizinho a actuação de um comité revolucionário radical em Lisboa.

Em Agosto de 1914 estava já bastante avançado o planeamento de um movimento de revolta que, fosse pela sua descoberta por D. Manuel e manifestação pública na imprensa portuguesa da sua oposição a qualquer acto que atentasse contra o «bem da Pátria», fosse pelo temor de não ser possível contar com o indispensável contributo dos elementos monárquicos do Exército que a coberto da constituição de unidades expedicionárias se temia estivessem a ser afastados da metrópole, foi sendo adiado.⁷²

A partir dos primeiros dias de Outubro intensificam-se os rumores da iminência de uma revolta. Na imprensa os defensores da monarquia tiravam partido da onda de oposição que foi crescendo nas fileiras do pouco disciplinado Exército e em especial, entre os oficiais de carreira perante a iminente mobilização para

⁶⁸ Também conhecida por «Segunda Outubrada» por ser reconhecida como sucessora do movimento revolucionário monárquico de 21 de Outubro de 1913 dirigido pelo oficial de Marinha João de Azevedo Coutinho («Primeira Outubrada»). É também conhecida popularmente como a «Revolta da Água-Pé».

⁶⁹ «(...) sou contra todo e qualquer movimento que se queira fazer em Portugal durante esta tremenda guerra. (...)». Carta enviada por D. Manuel a João de Almeida no rescaldo dos acontecimentos de Maфра, em Dezembro de 1914. SANTOS, Miguel António Dias, *Antiliberalismo e Contra-Revolução na I República (1910-1919)*. Coimbra, 2010, pp. 588 *et seqs.*

⁷⁰ *Idem*, p. 291. «(...) julgo que uma sublevação militar, em dois ou três pontos da Província e que atinja os respectivos comandos das divisões, para que as forças sublevadas não percam a sua organização e os seus quadros - basta (atento o estado de espírito do exército e da população civil) para determinar, em todo o país uma insurreição geral. (...)» Documento intitulado «Projecto de Restauração» redigido em 18-7-1914 por Luís Cipriano Coelho de Magalhães (1859-1935 - Ministro dos negócios estrangeiros de João Franco, entre 19 de Maio de 1906 e 2 de Maio de 1907. Viria a ser um dos ministros da Monarquia do Norte). *Idem*, p. 585

⁷¹ Diário do Governo n.º 27/1914, 1º Suplemento, Série I de 1914-02-21

⁷² SANTOS, Miguel António Dias, *Antiliberalismo e Contra-Revolução na I República ...*, pp. 300 *et seqs.*

uma guerra que, mais do que fazer face a uma necessidade de defesa do País, servia propósitos de afirmação partidária e política.

No dia 20 de Outubro circulava com invulgar certeza em Lisboa a notícia de que naquele dia iria ocorrer em simultâneo em várias localidades do País não identificadas, um movimento revolucionário «(...) tendente a derrubar as instituições.(...)»⁷³ Ao longo desse dia, e com maior intensidade durante a noite, as movimentações populares e os tumultos foram-se intensificando um pouco por toda a cidade e em especial nas ruas onde estavam sediadas as redações dos principais jornais monárquicos que na sua maioria acabaram por ser assaltados e destruídos por grupos de indivíduos que as forças de Cavalaria faziam dispersar à força mas que rapidamente se reagrupavam com grande alarido e disparo de armas de fogo em locais centrais como o Rossio.

Cerca da meia-noite as autoridades civis e militares davam o caso como «(...) liquidado e perfeitamente restabelecida a ordem (...)» na cidade no entanto, algumas horas depois reavivava-se o alvoroço devido aos boatos que circulavam de boca em boca pela baixa de Lisboa «(...) sobre combates em Mafra, constando que havia grande número de mortos e feridos e que as tropas que da Escola Prática [Escola de Tiro de Infantaria] tinham ido em perseguição e travado combates com os revoltosos tinham retirado por se lhe acabarem as munições (...) do Ministério da Guerra já tinha partido um automóvel com munições.»⁷⁴ No Ministério da Guerra estavam reunidos e acompanhavam a situação o Presidente do Ministério, e também Ministro do Interior, Bernardino Machado e o Ministro da Guerra, General Pereira D'Eça.

Estava em marcha a tão apregoada revolta restauradora. Seguindo um guião complexo que exigia uma difícil convergência de esforços por parte de grupos de militares e civis leais à monarquia espalhados por todo o território metropolitano, as primeiras acções desenvolveram-se no dia anterior em Mafra onde se reuniu o núcleo central do comité responsável pela coordenação dos diversos grupos intervenientes.

Diversas fontes escritas apontam como responsáveis principais pela intentona os militares monárquicos Coronel Alfredo José de Albuquerque⁷⁵ e o Major António Rodrigues Nogueira. A auxiliá-los no campo civil o médico José de Azevedo Castelo Branco e o director do jornal monárquico *O Dia*, João Moreira d'Almeida.⁷⁶

O plano idealizado previa o desencadear de acções subversivas fora da cidade de Lisboa mas suficientemente próximo dela para que as unidades militares da Capital fossem chamadas a intervir deixando a cidade desguarnecida e militarmente incapaz de impedir a tomada do poder pelas forças empenhadas na restauração da monarquia. Mafra reunia as condições necessárias ...

A tarefa de montar a estrutura nacional do movimento revolucionário terá ficado a cargo de Rodrigues Nogueira que para o efeito percorreu o País de Norte a Sul promovendo a organização e instalação de juntas revolucionárias e respectivas sub-divisões operacionais.⁷⁷

Em Mafra, e de acordo com documentação de arquivo relativa à detenção e julgamento dos elementos envolvidos directamente nos acontecimentos daquela localidade, o grupo mais importante e organizado de revoltosos seria constituído por cerca de sete dezenas de indivíduos liderados por Eduardo Alberto Pacheco Soares⁷⁸, Ernesto Leandro Rodrigues Soares e Silvio Lucas da Silva.⁷⁹

Organizados em «(...) corpo ou bando(...)» assaltaram violentamente, na madrugada do dia 20, a carreira de tiro e as arrecadações de material de guerra da *Escola de Tiro de Infantaria* e delas subtraíram a generalidade das armas e munições aí existentes.⁸⁰ Além do armamento, foi também retirada de um cofre existente no *Depósito de Remonta* a quantia de 1.745\$00 deixando os assaltantes em seu lugar uma cédula em nome do «governo monárquico» assinada por três dos revoltosos. Carregado numa «(...) galera e num *char-à-bancs*

⁷³ “A Cruz Vermelha acompanhando a Coluna de Operações na Revolta de Mafra em 21 de Outubro de 1914”, In *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, Lisboa: Cruz Vermelha Portuguesa, 1914, p. 111

⁷⁴ *Idem*, pp. 113 et seqs.

⁷⁵ Antigo membro da Guarda Real da Rainha D. Amélia, estribeiro-mor da Casa Real, comandante do Regimento de Lanceiros N.º 2, serviu como coronel às ordens do Rei D. Carlos I e foi coronel honorário do Rei D. Manuel II.

⁷⁶ Diário da Câmara dos Deputados 148.ª Sessão Ordinária (ampliada)

⁷⁷ SANTOS, Miguel António Dias, *Antiliberalismo e Contra-Revolução...*, pp. 310.

⁷⁸ Advogado, fazia parte de uma sociedade secreta, conhecida pelas designações *Messejana* ou *Baluarte Messejana*, que tinha sido fundada no ano seguinte ao da implantação da República e que com o passar do tempo assumiu as características de uma associação de socorro mútuo dotada de uma estrutura bastante desenvolvida e implantada em várias localidades do País. MARQUES, Ricardo, *Portugal, 1914 : No Ano da Grande Guerra*. 1ª ed. Alfragide: Oficina do Livro, 2014. pp. 114-116.

⁷⁹ Processo principal do Tribunal Militar, Janeiro de 1915 - PT/AHM/1/36/13/1

⁸⁰ Umhas duas centenas de espingardas e cerca de três milhares de munições.

[sic](...)» requisitados aos seus condutores pela força das armas, armamento e munições seguiram em direcção a Torres Vedras com a população «(...) dando vivas a D. Manuel e à monarquia(...)».⁸¹

Percorreram cerca de 17 quilómetros até à vizinhança da localidade de S. Pedro da Cadeira onde a sua progressão foi travada por forças da Guarda Nacional Republicana auxiliadas por forças militares que tinham seguido no seu encaixo após a saída de Mafra.

Em Lisboa, o Ministério da Guerra ordenava o envio para Mafra de uma coluna automóvel com forças militares leais para sufocar o movimento insurreccional, uma coluna que com a urgência com que fora destacada, seguira sem uma adequada formação de apoio sanitário aos militares que acabariam por estar envolvidos nos combates com os revoltosos. Constatada a impossibilidade de, em tempo oportuno, se conseguir reunir «uma ambulância do Serviço de Saúde do Exército(...)» para apoio às forças em operações, o General Pereira D'Eça solicitava ao Comissário Chefe da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) Afonso de Dornellas que com os meios ao seu dispor organizasse e fizesse partir para Mafra a dita «ambulância».⁸²

Em cerca de duas horas Afonso de Dornellas conseguiu constituir uma força composta por dois médicos, dois enfermeiros, um escriturário e dez maqueiros. Como a CVP apenas dispunha de uma viatura para transporte de doentes e feridos, foram requisitadas outras duas viaturas para transporte de pessoal à *Companhia de Carruagens* e os condutores para as mesmas arrançados por intervenção pessoal do Comissário Chefe junto dos representantes daqueles profissionais uma vez que estava em curso em Lisboa uma greve dos «chauffeurs».

A coluna sanitária da CVP partiu de Lisboa às seis horas da manhã e chegou à *Escola de Tiro de Infantaria* duas horas depois. Feitas as apresentações formais, o Comandante da Escola pediu aos médicos que integravam a força recém-chegada que procedem-se «(...) ao exame dos cadáveres de dois Cabos, um de Infantaria 16 e outro de Infantaria 7 que tinham morrido no combate travado na véspera entre as forças da Escola e os revoltosos, por o único médico que havia em Mafra estar preso como conspirador.» Terminados os exames e elaborados os respectivos autos, Afonso de Dornellas recebeu ordens para seguir ao encontro da coluna perseguidora comandada pelo Tenente-Coronel Sousa Rosa passando a integra-la.

«Pela estrada da Encarnação fora, fomos parando em todas as povoações, onde às nossas perguntas era respondido que não havia feridos, apesar da maioria dos habitantes terem entrado no combate como revoltosos, vendo-se sangue nos pontos onde tinham estado entrincheirados.

Pelas dez horas e quarenta minutos chegamos a S. Pedro da Cadeira, onde encontramos um civil morto atravessado na véspera por uma bala. (...) Seguindo pela estrada de Torres Vedras encontramos vários grupos de civis armados com as armas que os revoltosos tinham abandonado. Mais adiante, pela estrada até Freiria, viam-se nos altos a distancia da estrada, grupos de revoltosos armados que apareciam por detraz [sic] dos moinhos, caniços, habitações, etc. (...)»

A busca pelos revoltosos ocupou as forças perseguidoras ao longo de todo o dia e terminou cerca das 17.00 horas do dia 20 de Outubro com a reunião dos diversos destacamentos em Torres Vedras. Foram recuperadas cerca de oito centenas de armas maioritariamente abandonadas pelos revoltosos em fuga porque, refere Afonso de Dornellas, «(...) os civis que na sua maioria, apenas puderam aproveitar a espingarda uma vez, por a não saberem manejar para novamente fazerem fogo, queriam era vêr-se livres das armas, portanto atiravam com elas (...) para dentro dos lagares (...)»

O processo principal elaborado no Tribunal Militar instituído dois dias depois pelo Decreto n.º 963⁸³ refere que na sequência da ofensiva lançada contra os conspiradores e revoltosos monárquicos tinham sido constituídos 68 réus, dos quais 59 ficaram detidos em Mafra onde foram julgados e condenados em processo sumário.⁸⁴

A revolta de Mafra falhou e as suas consequências práticas foram nulas. Com uma adesão muito aquém da esperada o fracasso ter-se-á ficado a dever, segundo afirmações efectuadas mais tarde pelo líder Eduardo Pacheco Soares, ao reduzido número de armas conseguidas no assalto à Unidade militar aquartelada em Mafra. Diferente opinião, e porventura mais realista, tem Afonso de Dornellas ao afirmar no seu relatório que «O ter terminado esta insubordinação tão rapidamente foi devido ao perfeito desconhecimento do manejo das espingardas militares tiradas da *Escola de Tiro de Infantaria* (...)»⁸⁵ A intentona não deixou, no entanto, de ter ramificações nos mesmos dias em diferentes localidades de Norte a Sul de Portugal.

⁸¹ Processo principal do Tribunal Militar, Janeiro de 1915 - PT/AHM/1/36/13/1

⁸² «A Cruz Vermelha acompanhando a Coluna de Operações...», pp. 113 - 117.

⁸³ Diário do Governo n.º 194/1914, Série I de 1914-10-22

⁸⁴ Processo principal do Tribunal Militar, Janeiro de 1915 - PT/AHM/1/36/13/1

⁸⁵ A Cruz Vermelha acompanhando a Coluna de Operações..., p. 117.

No dia 23 de Outubro o Administrador do concelho de Montalegre comunicava ao Governo Civil de Vila Real que às 00h00 do dia 21 de Outubro tinha sido dinamitada uma casa pertencente a um advogado tendo a explosão causado danos significativos no referido edifício.

Indivíduos não identificados, tinham aproveitado a agitação geral causada pelo movimento em curso para atacarem aquele Administrador como represália pelo facto de, na sequência de confrontos ocorridos naquela localidade por altura das eleições realizadas no mês de Fevereiro, ter ordenado a prisão arbitrária dos seus opositores.⁸⁶

Na região centro, o Governo Civil de Leiria pede à Direcção-Geral de Administração Política e Civil (DGAPC) dois agentes para investigação dos autores dos cortes efectuados nas linhas telegráficas no concelho de POMBAL.⁸⁷

Em Évora as ocorrências ligadas ao movimento revolucionário tiveram início na manhã do dia 20 mas só na noite do dia seguinte assumiriam alguma gravidade. Dois Capitães, donos de uma farmácia existente na Praça do Giraldo, entraram em grave conflito com uma «multidão organizada em cortejo para aclamar a República».

Na confusão que seguiu foram disparados tiros que causaram a morte a Jacinto Parreira, «praticante» da mesma farmácia, e ferimentos ligeiros numa mão e na testa de um dos oficiais farmacêuticos, o Capitão Joaquim Lopes da Mota. Jacinto Parreira terá, segundo testemunhos e provas forenses, sido morto «por um tiro de espingarda caçadeira disparado à distancia de quatro a seis metros, por Manuel Santos, coveiro do cemitério dos Remédios [Évora] quando aquele, fugindo ao tiroteio havido entre Joaquim Lopes da Mota e o povo, transpunha a porta da (...) farmácia, num gesto instintivo de defesa, e alcançava o passeio junto à mesma.» Detido e interrogado o autor do disparo declarou que não tinha intenção de matar aquele indivíduo em particular «(...) mas sim, propunha-se assassinar qualquer conspirador monárquico (...)»

No relatório efectuado um mês depois pelo Juiz de Direito incumbido de investigar os incidentes ocorridos no distrito de Évora nos dias da intentona monárquica o relator escreve que

«(...) no dia 21 do referido mês pelas 21 horas ao ver passar em frente da sua farmácia o aludido cortejo, [o Capitão Joaquim Lopes da Mota] tirou de um bolso das calças uma pistola *Royal Brevet* disparando diversos tiros sobre os manifestantes, que vitoriavam a República, sem que felizmente qualquer deles houvesse sido atingido.» «A sua atitude desde que lhe foi amnistiada a pena de 20 meses de prisão correcional, em que incorreu por tentar restabelecer a forma de governo monárquico, convence, conforme depuseram numerosas testemunhas, que ele era o chefe do comité revolucionário de Évora.» «(...) sobejam as provas morais, conquanto não as haja jurídicas.»⁸⁸

O Capitão Joaquim L. da Mota dirigia também o jornal *Noticias de Évora*⁸⁹, jornal tido como «acentuadamente hostil à República, e aos seus funcionários.» No dia-a-dia «(...) fazia gala em provocar os legítimos republicanos, com sorrisos e olhares faiscantes e sinistros(...)», e organizava frequentes, e pouco discretos, encontros tanto nas instalações da farmácia como noutros locais com a presença de elementos monárquicos idos de Lisboa.

O Juiz, tendo por base as investigações efectuadas e os factos apurados parece não ter dúvidas quando nas suas conclusões afirma que o principal responsável pelos acontecimentos constituía «(...) um perigo iminente para a ordem pública e representava um conflito grave, em constante perspectiva.» e, por isso, propunha o seu desterro.

Com uma adesão muito inferior à necessária para que o movimento revoltoso concretizasse os seus objectivos, as autoridades republicanas fácil e rapidamente anularam os focos de desordem surgidos. Ao gabinete governamental chegariam até ao final do mês de Outubro inúmeros ofícios provenientes de diversas instituições nacionais e outros portugueses anónimos saudando a forma como o Governo tinha enfrentado as acções violentas desencadeadas desde o dia 19 contra a República.⁹⁰

A revolta de Mafra constituiu, assim, a primeira demonstração pública de força contra a mobilização geral que se adivinhava, mas também a prova de que, sob a capa da defesa de uma política de não intervenção na

⁸⁶ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.55/LIV.64, N°656, pp. 3-4.

⁸⁷ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.55/LIV.64, N°652

⁸⁸ Relatório dos acontecimentos datado de 19 de Novembro de 1914. ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.56/LIV.65,(1-12)

⁸⁹ No decurso dos confrontos a redacção do jornal foi também assaltada por populares.

⁹⁰ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.55/LIV.64, N°656.

Guerra, uma parte significativa do movimento monárquico mantinha inalterada a vontade de derrubar a República

Acalmados temporariamente os ânimos restauradores, as atenções voltam-se novamente para a busca de soluções para a grave crise alimentar que assolava o País. Procurando impedir o açambarcamento de trigo e de farinhas dele derivadas, o Governo ordenava às autoridades administrativas distritais e concelhias que procedessem à inventariação rigorosa das quantidades existentes em todo o território. Dois dias depois legislava no sentido de facilitar a aquisição de cereais produzidos nas colónias para uso na metrópole.⁹¹

Na primeira semana de Novembro a Polícia Cívica de Lisboa comunicava ao Ministério do Interior que, na sequência de investigações efectuadas em Mafra, tinha sido apreendida, na casa do principal instigador da «Segunda Outubro» Dr. Eduardo Alberto Pacheco Soares, uma caixa de folha metálica contendo 30 cápsulas para dinamite bem como papéis com o nome e número de um polícia civil de Leiria que se suspeitava ter sido o fornecedor das ditas cápsulas mas que inquirido pelos interrogadores desmentiu ter tido qualquer participação no sucedido. Em Porto de Mós um abaixo-assinado denunciava a existência naquela localidade de um «baluarte conspiratório».⁹²

Em meados do mês o ambiente de contestação no seio da instituição militar agrava-se com o aumento das acções de protesto por parte da oficialidade. «A política de confrontação «radical» motivava «um certo espírito de rebeldia.»⁹³

No dia 17, numa acção concertada e de clara afronta ao poder político, grande número de oficiais do Exército insurge-se de forma violenta contra uma peça teatral em cena num dos teatros de Lisboa e exige o seu cancelamento por a considerar enxovalhante para aquele Ramo militar.

Na sequência do sucedido, o Ministro do Interior ordenava um inquérito sobre «(...) o facto inexplicável da policia ter consentido a representação da revista (...)».⁹⁴ O Ministro da Guerra reuniu também no seu gabinete com todos os comandantes das Unidades da *Guarnição Militar de Lisboa* a quem transmitiu que, embora reconhecesse as razões dos protestos levados a cabo pelos oficiais que se tinham sentido «(...) melindrados com os agravos que para o Exército se continham naquela peça(...)», de futuro e sempre que «(...) se [sentissem] agravados colectivamente no seu brio(...)» todas as reclamações deviam ser apresentadas pelas vias hierárquicas competentes.⁹⁵

No dia 23 o Congresso da República autorizava o Poder Executivo a «intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como o julgar necessário aos (...) altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra (...)».⁹⁶ Dois dias depois o Ministério da Guerra determinava a mobilização de uma Divisão composta por efectivos das 1.^a (Lisboa) e 7.^a (Tomar) Divisões territoriais do Exército.⁹⁷

No último dia do mês era finalmente instaurada a censura sobre assuntos militares que não tivessem origem oficial incorrendo os infractores em penas de desobediência qualificada.⁹⁸

No dia 2 de Dezembro reabriu a Parlamento ao abrigo do disposto no n.º 25.º do artigo 26.º da Constituição em vigor, o qual determina que o Congresso da República continuaria em exercício de funções legislativas uma vez terminada a respectiva legislatura, no caso de não se terem realizado eleições nos prazos constitucionais estabelecidos, prolongando-se as suas funções até à realização das mesmas.

Em ofício dirigido ao Ministério do Interior o Comando da Guarda Fiscal queixava-se das dificuldades sentidas por aquela força policial nas acções de repressão «(...) de toda e qualquer contravenção acerca do

⁹¹ Decreto n.º 972 - Diário do Governo n.º 197/1914, Série I de 1914-10-26; Decreto n.º 978 - Diário do Governo n.º 199/1914, Série I de 1914-10-28.

⁹² ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.56/LIV.65, (1-12)

⁹³ NAVARRO, Bruno J., *Governo de Pimenta de Castro: um General no Labirinto Político da I República*. Lisboa: Assembleia da República, 2011, p. 37 et seqs.

⁹⁴ Na *Ilustração Portuguesa* o assunto merecia o seguinte comentário: «Deu-se, ultimamente, num teatro de Lisboa um incidente que trouxe à discussão, entre nós, a velha questão da censura teatral. Deve exercer-se, não deve exercer-se a censura? (...) O que se aplica nos nossos teatros é um policia que em regra, tem pêra - e que, umas vezes censura; outras vezes, não censura; uns dias proíbe; outros dias não proíbe; frequentemente lê os jornais e quasi sempre dorme (...)» *Ilustração Portuguesa*, 2.^a série, n.º 458, 30 de Novembro de 1914, p. 0673.

⁹⁵ *Jornal A Capital*, N.º 1544 (18 de Novembro de 1914), p.02.

⁹⁶ Lei n.º 283, Diário do Governo n.º 220/1914, 1º Suplemento, Série I de 1914-11-24

⁹⁷ Decreto n.º 1096, Diário do Governo n.º 221/1914, Série I de 1914-11-25

⁹⁸ Decreto n.º 1117, Diário do Governo n.º 224/1914, Série I de 1914-11-30

preço de venda de géneros (...)» por não dispor da totalidade das listas de preços dos géneros insistentemente solicitados às diversas autoridades administrativas.⁹⁹

No dia cinco o ambiente de crise política adensou-se.¹⁰⁰ Bernardino Machado, pressionado politicamente e sem que tivesse conseguido marcar nova data para as eleições gerais, apresentou a Manuel de Arriaga a demissão do Governo. As crescentes dúvidas em relação à possibilidade de um rápido desenlace do conflito em curso e a progressiva tomada de consciência dos factores condicionadores da adequada preparação do envolvimento militar português, na sua maioria derivados da persistência e agravamento da debilidade económica do País, tinham em poucos dias anulado o consenso político conseguido no momento de autorizar o Governo a assumir tal compromisso.

Nos dias seguintes o Presidente da República, tendo ponderado a possibilidade de também ele se demitir do alto cargo que ocupava,¹⁰¹ acabou por desenvolver contactos com diversas personalidades políticas com vista à formação de um novo governo extra-partidário que pretendia ver chefiado pelo então presidente do Senado Braamcamp de Freire. Este acabou por recusar o convite para integrar o novo governo e a mesma atitude terão tido outras figuras proeminentes do mundo político nacional como Sebastião de Magalhães Lima e Machado Santos.

Limitado nas opções, Manuel de Arriaga não teve outra alternativa senão convidar Victor Hugo de Azevedo Coutinho, presidente da Câmara dos Deputados, a formar um governo dominado pelos Democráticos. Uma solução política que garantia a continuação do caminho no sentido do envolvimento militar português na guerra mas que as forças políticas mais moderadas cedo começaram a procurar aniquilar.

No entanto, esta uma solução política estava condenada ao fracasso. Victor Hugo de Azevedo Coutinho tomou posse no dia 12 de Dezembro e dois dias depois fez a sua primeira intervenção parlamentar. Uma comunicação onde não se vislumbrou qualquer menção às difíceis condições económicas do país, às condições de vida das populações ou manifestação de intenções relativamente ao caminho a seguir nas questões religiosas.

Em ambiente de crescente crispação, os *Evolucionistas* declararam abertamente a sua oposição a um governo que consideravam parcial por estar dominado por elementos de uma única formação partidária. Os *Unionistas*, por sua vez, recusaram-se também a apoiar o executivo por não o considerarem merecedor de confiança e alguns dias depois, no dia 17, renunciaram aos seus mandatos deixando o Senado sem o *quórum* necessário ao seu funcionamento. Em apenas uma semana o governo dos «miseráveis» de Vítor Hugo, como popularmente começara a ser conhecido, estava isolado.

No dia 18 em Naulila, no Sul de Angola, forças miliares portuguesas e alemãs travam violentos combates. Na metrópole a opinião pública, informada pela imprensa da derrota nacional nos combates e das cerca de sete dezenas de militares portugueses mortos, tomava pela primeira vez consciência das reais consequências do envolvimento militar de Portugal na guerra.¹⁰²

⁹⁹ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.56/LIV.65, (1-12)

¹⁰⁰ V. MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa...*, pp. 77 - 80

¹⁰¹ V. ARRIAGA, Manuel de, *A Primeira Presidência da República Portuguesa: Um Rápido Relatório*, Lisboa: Typ. A Editora, 1916, pp. 118 *et seqs.*

¹⁰² Sobre os combates de Naulila v. CASIMIRO, Augusto – *1914 Naulila*. Lisboa: Seara Nova, 1922. Veja-se também BARROSO, Luís, “Sul de Angola – Incidências e Incidentes Fronteiriços”, *In* LOUSADA, Abílio Pires e ROCHA, Jorge Silva (Coord.), *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018. pp. 329-346.

«(...) As tentativas contra-revolucionárias continuarão indefinidamente enquanto o estado de espírito do país for de inconformidade manifesta e clara com o regime, como é. (...)»¹⁰³

No ano de 1915 cresce significativamente o ambiente conflitual interno resultado da também crescente bipolarização da opinião pública. Os monárquicos continuavam a manifestar-se, em termos gerais, contra a Grã-Bretanha e os aliados; os católicos alinhavam com aqueles nas críticas e na oposição ao regime republicano.¹⁰⁴

O movimento anti-guerrista adquire novo folgo no seio do Exército. Com Brito Camacho à cabeça e em unísono, civis de diversos sectores da sociedade portuguesa e militares do Exército intensificam as suas acções de luta contra o debilitado governo de Azevedo Coutinho que prosseguia um programa político que, embora estivesse orientado no sentido da defesa do regime republicano e da realização de eleições no mais curto espaço de tempo possível, insistia no envolvimento português na guerra e tudo fazia para concretizar esse envolvimento directo com o envio de uma força militar para França.¹⁰⁵

À distancia João Chagas lamentava o caos político que se vivia em Portugal e analisava a situação do seguinte modo:

«Os homens que pozeram aquillo no estado em que está não podem já servir para nada de útil. Brito Camacho inutilisou-se completamente com a sua desastrada propaganda contra a nossa participação na Guerra; António José de Almeida, como um parasita, procura viver à custa das antipathias do Affonso Costa. O único que ainda deixaria luzir uma vaga esperança seria este, mas como é elle possível no meio do odio e da animosidade de todos os reaccionarios, a que se juntam os republicanos que irritou com a sua política facciosa, e os desordeiros, anarchistas, sindicalistas que exasperou com as suas repressões?»¹⁰⁶

Um pouco por todo o país sucedem-se as escaramuças de maior ou menor gravidade causadas essencialmente pela persistente dificuldade de acesso das populações a géneros de primeira necessidade mas também, diga-se em abono da verdade, «por tudo e por nada».

Na primeira semana do ano os Governadores civis de Viseu e Leiria queixam-se ao Ministro do Interior das dificuldades existentes na hora de debelar as frequentes alterações da ordem pública por àquela data não estarem ainda organizadas naqueles distritos todas as unidades da GNR que nos termos previstos no Decreto com força de Lei publicado em 4 de Maio de 1911 lhes estavam destinadas.

Em Lisboa a *Comissão de Subsistências* pressionava o Comando da GNR no sentido de que fosse exercida uma mais intensa acção repressiva sobre os abusos na fixação dos preços de compra e venda de ovos.

Do Cônsul de Portugal em Huelva (Espanha) chegava a informação ao Ministério do Interior sobre uma rede de falsários constituída por indivíduos de nacionalidade espanhola que, a partir de fábricas e depósitos em diversos locais de Espanha, colocavam em circulação moeda falsa portuguesa.¹⁰⁷

No dia 11 de Janeiro foi finalmente publicada legislação que fixava os círculos eleitorais destinados às eleições marcadas para 7 de Março.¹⁰⁸

Nesse mesmo dia o caminho no sentido da beligerância continuava a ser trilhado com a abertura no Ministério das Finanças de um crédito extraordinário a favor do Ministério da Guerra no valor de 3.000.000\$00 para «despesas de preparação para a guerra».¹⁰⁹

O Movimento das Espadas

¹⁰³ ADG, Fundo do General João de Almeida, Carta de Luís de Magalhães a João de Almeida, de 27-01-1914, cit. In SANTOS, Miguel António Dias - Antiliberalismo e Contra-Revolução na I República..., pp. 291.

¹⁰⁴ FRAGA, Luís M. Alves de, *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 a 1916*, Lisboa: EDIUAL, 2012, p. 177.

¹⁰⁵ TELO, António José, *Primeira República I - Do Sonho à Realidade*, Barcarena: Presença, 2010, p. 314.

¹⁰⁶ CHAGAS, João - Diário de João Chagas - 1915, 1916, 1917..., p. 5.

¹⁰⁷ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.57/LIV.65, N.º656 (13-57).

¹⁰⁸ Lei n.º 290 - Diário do Governo n.º 8/1915, Série I de 1915-01-11.

¹⁰⁹ Lei n.º 291 - Diário do Govêrno n.º 8/1915, Série I de 1915-01-11.

No Exército crescia a agitação e deteriorava-se o relacionamento com o poder político. Entre os dias 19 e 23, durante o designado *Movimento das Espadas*, uma parte significativa da oficialidade da guarnição militar de Lisboa dispôs-se a entregar as suas espadas ao Presidente da República em sinal de protesto contra o que consideram ser actos de perseguição política – a transferência de unidade de oficiais tidos como desleais.

«(...) sessenta e tantos officiaes da guarnição, de espada na mão, em grupos de vinte, como em cavallaria 2, a caminho de Belém, a reclamar do presidente da República a reintegração de um capitão de cavalaria transferido da Covilhã (...) – uma saldanhada sem Saldanha, com o B. [Brito] Camacho por detrás, escondido como sempre.(...) caso abominável de indisciplina militar e de anarchia social (...)»¹¹⁰

A imprensa diária, sem excluir outras razões mais profundas para o movimento, dá-nos conta de um guião previamente planeado que é posto em cena a propósito da alegada onda de transferências de oficiais pertencentes a diversas Unidades acusados de monarquismo e conspiração contra a República.

A lista de queixas da oficialidade era, porém, vasta, e não necessariamente dominada por aquela questão, pelo que a transferência do Major Carlos Craveiro Lopes, apontada como causa próxima para o início do movimento, apenas servia de pretexto para um «caso abominável de indisciplina militar» que tinha objectivos também eles mais amplos. Havia alguns dias que «fervilhavam os boatos» sobre a iminência de um movimento militar de protesto pela transferência daquele oficial do Regimento de Infantaria n.º 28 para a Covilhã sendo que o mesmo estaria ser preparado por oficiais pertencentes aos Regimentos de Cavalaria n.º 2 e n.º 4 e de Infantaria n.º 5.¹¹¹

Principais intervenientes nos acontecimentos, os oficiais daquelas Unidades da *Guarnição Militar de Lisboa*, procurando seguir os preceitos estabelecidos para a reclamação hierárquica, escolheram de entre os seus pares uma delegação de representantes que se reuniu com o Chefe do Estado-Maior do Exército, Major-General Martins de Carvalho, a quem solicitaram que transmitisse ao Ministro da Guerra a urgência por eles sentida na implementação de medidas eficazes para impedir a ingerência civil na actividade militar bem como a sua vontade de verem revertidas as ordens de transferência de oficiais entretanto emitidas e anuladas as punições impostas a dois oficiais de Cavalaria n.º 4 que se tinham solidarizado com o Major Craveiro Lopes.

Contrário a tais pretensões, o Ministro da Guerra, Joaquim de Albuquerque e Castro, determinou a tomada de medidas para reprimir as movimentações em curso, apregoadas publicamente como atentatórias à sobrevivência do regime republicano.

No Regimento de Infantaria n.º 5 um grupo de cerca de uma dezena e meia de oficiais que se encontrava na Unidade em «prevenção voluntária», procurou garantir a adesão do seu Comandante ao movimento que não aceitou e foi detido.

Com o passar do tempo intensificaram-se os rumores que insistiam na associação do movimento militar em curso a uma nova tentativa de restauração da monarquia. Não pretendendo ver a sua acção associada a tais propósitos, os oficiais de Infantaria n.º 5 abandonaram as suas intenções passando a acatar na manhã do dia 20 as ordens do Comandante da 1.ª Divisão Militar (Lisboa), General Correia Barreto, que a partir do Ministério da Marinha ordenara a deposição das suas espadas e posterior prisão a bordo da fragata *D. Fernando*.

Alertados para a «certeza» das motivações monárquicas do movimento militar, os oficiais de Artilharia n.º 1 e de Infantaria n.º 16 suspenderam no também último momento a sua saída para as ruas.

Nos Regimentos de Cavalaria n.º 2 e n.º 4 as ordens de rendição enviadas pelo Comandante da 1.ª Divisão não foram acatadas pelos oficiais insubordinados que se mostraram empenhados em resistir contra qualquer tentativa de detenção pela força. Informado da resistência esboçada pelos elementos insubordinados e da intenção dos mesmos confrontarem directamente o Presidente da República com as suas exigências, o Governo, ao que se presume pela mão do Ministro da Guerra, ordenou que fosse enviadas para Belém «(...) uma força de artilharia (...), outra com metralhadoras(...) e outra da Guarda Fiscal(...)».¹¹²

Cerca das 9.00 horas da manhã quando os oficiais insubordinados daqueles Regimentos, seguidos por outros de provenientes de diferentes Unidades, desciam a Calçada da Ajuda em direcção à Presidência da República, receberam ordem de prisão pelo comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4, Tenente-Coronel Sousa Rosa. Depostas as respectivas espadas nas mãos do referido oficial, recolheram ao interior do

¹¹⁰ CHAGAS, João - Diário de João Chagas – 1915, 1916, 1917..., p. 25.

¹¹¹ Jornal *A Capital*, Janeiro de 1915, n.º 1604 (20 Jan.) p. 0002

¹¹² *Idem, ibidem*

aquartelamento do Regimento de Cavalaria n.º 4 de onde foram posteriormente levados para bordo de diferentes navios de guerra (cruzadores *Cinco de Outubro*, *Vasco da Gama* e fragata *D. Fernando*). No total, terão sido acusados de insubordinação e presos nesses navios 64 oficiais. Seriam mais tarde amnistiados durante o governo do General Pimenta de Castro.

No dia 23, agastado com o rótulo monárquico atribuído pelos *Democráticos* ao movimento de protesto levado a cabo pelos oficiais do Exército, e que em última instância serviu para decretar a prisão dos envolvidos, Machado Santos rumou também ele a Belém para entregar a Manuel de Arriaga a espada que o acompanhara no 5 de Outubro de 1910.¹¹³

Pressionado pelos acontecimentos, no dia anterior o Presidente da República ouvira os líderes das diferentes formações partidárias em busca de compromissos políticos que permitissem encontrar uma nova solução governamental. Ultrapassado por estas diligências de Manuel de Arriaga, Azevedo Coutinho apresentou a demissão do seu Governo no dia 25 ao ver-lhe ser recusada pelo Presidente da República a suspensão de garantias no País.

Manuel de Arriaga aceitou prontamente o pedido de demissão do Governo de Azevedo Coutinho uma vez que no dia anterior tinha já convidado o General Pimenta de Castro a formar governo. Justificando mais tarde a sua decisão afirmaria:

«Escolhemo-lo para tão difícil encargo por ser (...) como nós inimigo de dictaduras e de dictadores(...); por ser republicano puro como tal tido e havido pelos mais radicaes do nosso partido; (...) por ser official mais antigo do exército, aquelle que gosava então de maior prestigio, entre grandes e pequenos, nas diferentes armas. (...)»¹¹⁴

Distribuídas as pastas, Pimenta de Castro governará sem o apoio do Parlamento e sujeito a forte oposição com origem em grande parte dos quadrantes políticos. Conquanto contasse com algum apoio por parte do Partido Evolucionista e de Machado Santos, Pimenta de Castro tinha reduzida aptidão política e acabaria por revelar-se incapaz de promover pontes de entendimento e adepto de políticas de tipo ditatorial e autoritário.

Maioritariamente desconhecedoras dos mais recentes desenvolvimentos políticos em curso na capital do País, as populações concentravam-se nas suas actividades diárias e na luta pela obtenção de melhores condições de vida.

No último dia do mês de Janeiro o Governador Civil de Santarém comunicava ao Ministério do Interior por telegrama que se tinha declarado em Alcanena uma greve de 400 operários «curtidores de sola» que reclamavam o aumento dos seus salários. Informava também que, na sequência da referida greve, o Administrador Interino do Concelho tinha apresentado ao Governador Civil a sua demissão abandonando em seguida o Concelho, «sem aguardar instruções e sem tentar conciliar as partes mas pelo contrário incitando os grevistas». Em face do sucedido, o Governador Civil do distrito nomeou interinamente para o cargo deixado vago o Administrador de Almeirim.¹¹⁵

A escassez de cereais persistia em todo o território e obrigava o Executivo a autorizar a importação de 100.000.000 de quilogramas de trigo exótico, uma quantidade julgada suficiente para prover as necessidades previstas para o ano em curso.

Na segunda semana de Fevereiro o Governo estabelecia por Portaria os novos tipos de farinhas e de pão com elas fabricado bem como o método previsto para a fixação dos preços daqueles produtos.¹¹⁶

A 18 de Fevereiro, a Portaria n.º 306¹¹⁷ introduzia modificações no sistema de *Comissões Culturais* instituído pela *Lei da Separação*, determinando que das mesmas apenas pudessem fazer parte «católicos militantes», e aligeirando algumas das restrições impostas por aquela Lei, permitindo a reabertura ao culto de algumas igrejas anteriormente encerradas.

Três dias depois intensificava-se o ambiente de tensão política na sequência do atentado contra a vida de Afonso Costa levado a cabo, segundo a imprensa, por um rapaz de 14 anos pertencente à *Juventude Católica* que disparou sobre o político quando este se preparava para apanhar na estação de S. Bento um comboio com destino a Lisboa.

¹¹³ V. NAVARRO, Bruno J., *Governo de Pimenta de Castro...*, pp. 53-55.

¹¹⁴ ARRIAGA, Manuel de, *A Primeira Presidência da República Portuguesa ...*, p. 141.

¹¹⁵ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.58/LIV.65, (57-114)

¹¹⁶ Decreto n.º 1309 - Diário do Governo n.º 28/1915, Série I de 1915-02-10

¹¹⁷ Portaria n.º 306 - Diário do Governo n.º 32/1915, Série I de 1915-02-18

Pondo termo às dúvidas levantadas quanto à sua constitucionalidade, no dia 24 de Fevereiro¹¹⁸ o Governo revogava a Lei eleitoral aprovada por Azevedo Coutinho em 11 de Janeiro; restabelecia, com alterações, a Lei n.º 3 de Julho de 1913 e adia para o dia 6 de Junho a eleição geral de Deputados e de Senadores. Uma Lei que segundo, João Chagas ressuscitava «(...) disposições das peiores leis eleitoraes da monarchia».¹¹⁹

Especialmente agradados com a anulação de uma Lei eleitoral que lhes tinha retirado o direito de voto, cerca de seis centenas de militares rumaram ao Ministério do Interior para agradecer a Pimenta de Castro a restituição daquele direito a oficiais e sargentos e assegurar-lhe a sua lealdade.

Nas ruas «(...) novas desordens, cargas da cavallaria, ferimentos, prisões.»¹²⁰

No dia 28 foi assassinado o deputado democrático Henrique Cardoso quando se dirigia para uma reunião na sede do PRP em Lisboa, no largo do teatro de S. Carlos.

Afonso Costa referiria alguns dias mais tarde em tom acusatório ao propor um voto de pesar pela morte de Henrique Cardoso «Ele foi a primeira vítima da ditadura, desta ditadura que não se contentou em invadir a esfera de acção do Poder Legislativo (...)»¹²¹

O episódio acabaria por servir para unir os democráticos em torno de um único propósito – a destituição do Governo de Pimenta de Castro e a sua destituição. Luta revolucionária que os Democráticos intensificariam a partir do dia 4 de Março, data em que Pimenta de Castro mandou encerrar o Parlamento e determinou a sua ocupação pelas forças policiais.

Reunidos em Loures, diferentes grupos parlamentares contestavam a legalidade do Governo de Pimenta de Castro mas também a continuação da presidência de Manuel de Arriaga.

Nas duas primeiras semanas de Março agravou-se a crise das subsistências. Efectivamente, é em 1915 que começam a fazer-se sentir com maior intensidade as dificuldades económicas e sociais derivadas da Guerra. As crescentes dificuldades na obtenção de bens essenciais associadas ao aumento significativo dos preços dos escassos géneros disponíveis para transacção, fizeram disparar o número de tumultos e desacatos, inicialmente em Lisboa e, progressivamente, um pouco por todo o país.

A intervenção política na fixação dos preços do pão e de outros produtos alimentares de consumo corrente fez aumentar a impopularidade dos governos e o descontentamento um pouco por todo o país. Em especial em Lisboa, onde pobres e remediados da classe média urbana se unem em manifestações de protesto e no assalto a padarias e a armazéns de víveres. A questão das «subsistências» acabará, assim, por ser um dos principais motivos de preocupação ao longo dos anos da Primeira Guerra Mundial e condicionará em grande medida a política económica dos diversos governos. Política que, em termos gerais, se regia de acordo com três princípios: procurar garantir a disponibilidade de produtos de primeira necessidade, controlo dos preços de venda desses mesmos produtos e, promover o aumento da produção e a autossuficiência alimentar das populações.¹²²

O aumento do preço do pão no dia 6 provocou uma onda de assaltos a padarias um pouco por toda a cidade de Lisboa e, no dia 14, em Lisboa e em Almada, reuniram-se as populações em protesto contra a carestia de vida e o suposto açambarcamento de trigo pelos proprietários e productores alentejanos.

No mesmo dia em Pardelhas, Concelho de Estarreja, a população reunida discutia as dificuldades com que se debatiam no dia-a-dia da sua actividade piscatória devido às restrições que lhe tinham sido imposta se aprovava o envio de uma Comissão ao Governo Civil de Aveiro para expor ao Governador do Distrito as suas difíceis condições de trabalho.

Três dias depois, no dia 17, a Comissão estava no gabinete do Governador para apresentar as suas queixas.

Procurando atender aos pedidos dos pescadores, o Governador Civil propôs a execução de obras no «Esteiro de Pardelhas no valor de 3000\$00 como forma de compensação pelos cerca de dois meses de salários não recebidos em virtude da proibição de apanha de moliço e de restrição de pesca». Propôs-se também expor o caso ao Ministro da Marinha para resolução das questões que requeriam o seu Despacho.

O encontro entre a Comissão de pescadores e o Governador Civil durou cerca de duas horas enquanto, no exterior do edifício do Governo Civil, se mantinha aglomerada e expectante uma grande multidão.

Terminado o encontro e relatados publicamente, pelos membros da Comissão, os resultados das conversações com o Governador Civil, logo surgiram e alastraram entre a população as demonstrações verbais

¹¹⁸ Decreto n.º 1352 - Diário do Governo n.º 35/1915, Série I de 1915-02-24

¹¹⁹ CHAGAS, João - Diário de João Chagas – 1915, 1916, 1917..., p. 52-53.

¹²⁰ *Idem, ibidem*

¹²¹ Diário da Câmara dos Deputados, 133.ª Sessão Ordinária (Ampliada) (Mitra), 1915-03-04

¹²² PIRES, Ana Paula. *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra* ..., p.15.

de descontentamento e o incitamento ao assalto da Capitania do porto de Aveiro, confirmado algum tempo depois pelo som de «uma fuzilaria de alguns minutos vindo daquela direcção».

Perante a violência dos acontecimentos, o Governador Civil requereu a presença de forças da GNR que, precavendo a ocorrência de acções violentas, tinham já sido colocadas de prevenção (20 Praças de Infantaria e 20 Praças de Cavalaria). Uma arte destas forças foi enviada em auxílio dos elementos da Capitania sendo os restantes efectivos destinados à guarda do edifício do Governo Civil e à dispersão da multidão.

Não obstante a presença das forças militares e policiais, «uns magotes espessos quiseram forçar a entrada na Capitania, apedrejando as janelas e alvejando à pedrada, (...), algumas Praças da Armada colocadas em frente do respectivo quartel. As Praças, em obediência às ordens do seu superior fizeram fogo, e disto resultou ficarem feridos 3 populares que na opinião dos médicos não [corriam] perigo.»

As forças da GNR acabariam por dispersar a multidão cerca das 16h00.¹²³

No dia 6 de Abril o Ministério do Fomento decretava a criação de Comissões concelhias reguladoras dos preços dos géneros alimentícios e estabelece o normativo para o seu funcionamento.¹²⁴

A partir de Leiria, o Governador do Distrito, informava o Ministério do Interior que a Administração distrital se encontrava encerrada há já uma semana e reportava que o Administrador do Concelho da Nazaré tinha abandonado o cargo por ter recebido ameaças de morte. Acusava também a estação telegráfica e postal existente naquela cidade de demorar, violar e divulgar o conteúdo da correspondência que recebia ou lhe era entregue para expedição. Terminava o seu ofício com a afirmação «O comandante da Guarda Fiscal instiga e oferece a força [GF] aos arruaceiros.»¹²⁵

Por todo o País alastrava uma onda de desobediência e resistência dos órgãos de administração concelhia, uma onda que teve início quando a Câmara Municipal de Lisboa se opôs publicamente ao cumprimento de legislação que considerava ditatorial. Procurando conter aqueles actos de desobediência o Governo instou os Governadores Civis a substituírem as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia insubordinadas.

Na Figueira da Foz, no decurso de buscas domiciliárias efectuadas no dia 13 para «descoberta de bombas explosivas ou quaisquer outras substâncias explosivas e bem assim de armamento e munições de guerra que constava existirem em certos estabelecimentos e casas particulares», foram apreendidas em casa do cidadão Francisco Franco, juntamente com propaganda subversiva, três «bombas explosivas de forma esférica».

O Inspector da Polícia Cívica de Coimbra encarregado das diligências aponta no seu relatório o receio demonstrado pela autoridade administrativa local no momento de levar a cabo as ditas buscas e também a morosidade dos procedimentos para afectação de forças da GNR, em última análise facilitadores da ocultação de outro material proibido.¹²⁶

Em Setúbal, repetiam-se no dia 15 as agressões «ao pessoal empregado nas armações de pesca [daquela] costa que não está[va] inscrito na respectiva associação de classe (...)».¹²⁷

Cinco dias depois, Pimenta de Castro, confirmando ao Presidente da República o seu «indeclinável dever de chamar todas as correntes de opinião do país a colaborarem numa obra de pacificação e de ressurgimento (...)» determinava a aplicação, com algumas alterações, da lei de amnistia publicada em 22 de Fevereiro de 1914, aos crimes, delitos e infracções disciplinares praticados por motivos políticos até então. A República «procedendo com ampla benevolência e generosidade, [dava] um claro testemunho de que nem alimenta[va] ódios, nem se arreceia[va] dos seus mais ardentes contraditores(...)».¹²⁸

Sem mencionar directamente a situação dos monárquicos que se encontravam detidos, o argumentário utilizado pelo legislador no preâmbulo do Diploma legal foi percebido pela população em geral como um acto que clara e directamente favorecia os monárquicos presos por acções revoltosas contra a República.

Nos dias seguintes, num ambiente de generalizada antipatia pelo governo ditatorial do General Pimenta de Castro, o progressivo ressurgimento de grupos e centros monárquicos anti-republicanos acabaria por confirmar os receios de todos aqueles que defendiam que a amnistia decretada dificilmente levaria os monárquicos a abandonar as suas intenções restauradoras.

A iniciativa legislativa também não foi bem aceite pelos poucos elementos republicanos conservadores que aquela data ainda apoiavam Pimenta de Castro e que rapidamente procuraram afastar-se dele.

¹²³ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.59/LIV.65 (1036-1037)

¹²⁴ Decreto n.º 1483 - Diário do Governo n.º 67/1915, Série I de 1915-04-06

¹²⁵ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.59/LIV.65, p. 742.

¹²⁶ Relatório do Inspector da Polícia Cívica de Coimbra (13-04-15), ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.59/LIV.65, pp. 1038-1063.

¹²⁷ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.59/LIV.65, p.700.

¹²⁸ Decreto n.º 1508 - Diário do Governo n.º 77/1915, Série I de 1915-04-20.

No fim do mês de Abril persistiam as queixas de que em diversas localidades do País as quantidades de cereais colocadas à venda eram muito inferiores aquelas apuradas nos arrolamentos efectuados pelo que o Governo. O problema acabou por forçar o Governo a publicar um novo Diploma que obrigava todos aqueles que tivessem na sua posse quantidades de qualquer cereal panificável superior às necessidades da família e da sua exploração agrícola, industrial ou comercial, a venderem todos os excedentes.¹²⁹

Nas primeiras semanas do mês de Maio prosseguiram as acções de contestação e afronta a Pimenta de Castro.

Durante uma palestra realizada no dia 3 na cidade do Porto, Afonso Costa acusava o Governo de ter em marcha um plano para a destruição da República pelo que se impunha a sua destituição.

Nas ruas das principais cidades crescia um sentimento de impunidade propiciador de afrontas às autoridades policiais.

No Largo de S. Domingos em Lisboa, na sequência de duas prisões efectuadas pela Polícia de Investigação no bairro da Mouraria, militares e civis tentaram libertar um dos presos quando eram conduzidos ao posto policial do Teatro Nacional, cerca de 100 metros mais à frente. Não tendo conseguido concretizar o seu objectivo, a população dirigiu-se para o largo existente em frente aquele posto policial onde «com protestos e gritos subversivos os militares tomaram uma actitude agressiva ameaçando invadir o posto e tirar dali os presos.»

Tendo crescido rapidamente, o ajuntamento só dispersaria com a intervenção enérgica dos reforços policiais e da GNR entretanto enviados para o local.

Dos acontecimentos resultaram quatro feridos: um guarda agredido «com duas espadeiradas» por soldados de Cavalaria que, juntamente com outros militares, «tentaram desarma-lo, o que este evitou fazendo um tiro para o ar»; outro guarda com um pontapé no baixo ventre; um homem com ferimentos ligeiros não especificados e uma mulher com ferimento de bala no ombro (por tiro disparado a partir do Largo do Rossio).¹³⁰

Em ambiente de campanha eleitoral, entre seis e nove de Maio Afonso Costa palmilhava o Norte do País apelando abertamente à desobediência civil e ao levantamento em massa das populações contra a ditadura. Apelos à insurreição que se tinham também tornado frequentes na imprensa democrática diária desde finais do mês de abril

Corolário de um ciclo sem retorno iniciado na sequência do encerramento do Parlamento no dia 4 de Março, a revolução estava em marcha e os seus «preparativos (...) eram quase públicos»¹³¹.

Por todo o lado se falava da conspiração para derrubar o Governo e só Pimenta de Castro, mantido deliberadamente na ignorância pelos principais responsáveis pela manutenção da ordem pública na Capital do País, parecia não saber das manobras conspiradoras. A confiança cega que o General depositava na lealdade dos oficiais do Exército tranquilizava-o.

Em pouco tempo, a união de vontades e a conjugação de esforços de diversas personalidades, na sua maioria militares ligados à Maçonaria e em especial à loja *Jovem Turquia*, levou à criação de *Junta Revolucionária* que assumiu o planeamento das acções necessárias ao derrube de Pimenta de Castro.¹³²

A Revolução de 14 de Maio - «uma errata do 5 de outubro»¹³³

Anunciada com insistência e certeza desde o início da noite, a revolução terá tido início cerca das três horas da madrugada do dia 14, momento em que são ouvidos os primeiros disparos a bordo de navios da Armada fundeados no rio Tejo frente a Lisboa.¹³⁴

¹²⁹ Decreto n.º 1548 - Diário do Governo n.º 86/1915, Série I de 1915-04-30.

¹³⁰ Ofício do Comandante da Polícia (Câmara Pestana) para a Secretaria do Governo Civil de Lisboa em 5 de Maio de 1915, ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.60/LIV.65, (295-519).

¹³¹ VALENTE, Vasco Pulido, “A ‘República Velha’ (1910-1917)”, *In Portugal: Ensaios de História e de Política. Lisboa: Alêtheia, 2009*, p. 94 et seqs.

¹³² Álvaro de Castro, Alfredo de Sá Cardoso, António Maria da Silva, José de Freitas Ribeiro e José Norton de Matos, Leote do Rego, etc.

¹³³ Discurso do Democrático Alexandre Braga no Teatro de S. Carlos – *Jornal Seculo* – 06-06-15.

¹³⁴ Fazemos esta descrição abreviada dos acontecimentos a partir de documentação de arquivo menos referenciada ou mesmo omitida em outros textos dedicados ao tema. Em nossa opinião, a descrição mais pormenorizada e fiel dos acontecimentos relacionados com a Revolução de 14 de Maio de 1915 pode ser lida em SANTOS, João António Correia dos, *Subsídios para a História Política e Militar da Revolução de 14 de Maio de 1915*, Lisboa: Tipografia da Cooperativa

O Capitão de Fragata Leote do Rego tinha tomado de assalto Cruzador Vasco da Gama, e na troca de tiros que seguiu acabaram por ser abatidos a tiro o respectivo comandante, Capitão de Mar e Guerra Francisco de Assis Camilo, e o fiel de artilharia do navio, 1.º Sargento Manuel Alves Lopes.¹³⁵

Ao início da noite Pimenta de Castro, finalmente informado da iminência da revolução, ordenara ao Comandante 1.ª Divisão do Exército (Lisboa) a afixação de editais anunciando a imposição do estado de sítio; determinara a mobilização de toda a *Guarnição Militar de Lisboa* e a sua entrada em prontidão máxima e; substituíra o Governador Civil de Lisboa.

O Comandante da Polícia Cívica de Lisboa, Tristão da Câmara Pestana, tomou conhecimento do início da revolta pelas 3h30min da madrugada, e de imediato ordenou a presença de todos os efectivos nas esquadras da cidade.¹³⁶

Com o passar das horas informações recebidas de diversas esquadras davam conta do iminente ataque às suas instalações levando Câmara Pestana, por considerar que o seu pessoal corria perigo de vida, a ordenar a recolha dos efectivos dessas esquadras ao Governo Civil. Temendo um agravamento dos actos violentos e por entender que não cabia à polícia a defesa das instalações do Governo Civil, pediu em seguida ao Ministério da Guerra uma força militar para dita defesa.

A força militar chegou ao Governo Civil cerca das 6 horas da manhã quando já todos os efectivos policiais tinham recolhido ao interior do edifício ocupando todos os seus corredores e pátios internos onde se mantiveram em completa «inactividade».

Às primeiras horas da manhã forças governamentais do Regimento de Infantaria n.º 1 e de Cavalaria n.º 4 avançaram a partir da Ajuda em direcção ao centro da cidade e aos Ministérios. Infantaria n.º 2 assumiu a defesa do Palácio das Necessidades onde então estava instalado o Quartel-General da 1.ª Divisão. Forças do Regimento de Infantaria 5 e 16, ocuparam toda a arcada circundante do Terreiro do Paço e instalaram uma metralhadora na esquina com a Rua do Comércio. A partir do Alto de Santa Cantaria e de Monsanto, as peças de artilharia deslocadas de Queluz faziam fogo sobre o *Quartel de Marinheiros* e os navios de guerra sublevados estacionados no Tejo. O *Vasco da Gama*, *Adamastor* e *Almirante Reis* foram sucessivamente bombardeados com danos pouco significativos.

A partir do rio, o navio *Vasco da Gama* disparava a sua artilharia em direcção às instalações dos Ministérios da Guerra, Marinha, Finanças e, Interior junto à Rua do Ouro. Nas ruas no entorno da estação de Sta. Apolónia forças da GNR e da Guarda Fiscal enfrentavam as investidas de bandos de civis armados enquanto na direcção oposta, no Arsenal da Marinha, Alcântara e Junqueira, se desenrolavam intensos tiroteios.¹³⁷ No Quartel de Marinheiros distribuía-se armas e equipamentos diversos a grande número de civis na expectativa de um iminente assalto àquelas instalações. Na Rua do Alecrim forças da GNR respondiam ao ataque de civis instalados no Cais do Sodré.

Pelas 13.30, Pimenta de Castro e o Ministro da Marinha Xavier de Brito abandonaram a residência do Presidente do Ministério onde tinham estado reunidos desde cedo e procuraram a segurança do Quartel do Carmo. Conhecedores da medida tomada por Pimenta de Castro, os restantes Ministros do seu Governo acabariam por se lhe juntar algum tempo depois.¹³⁸

Com bandeiras brancas hasteadas por ordem do Governo no Quartel do Carmo e no edifício do Governo Civil, Câmara Pestana ordenou então aos subordinados que recolhessem às suas casas e às esquadras onde na manhã seguinte pelas 9h00 esperava que o serviço fosse retomado normalmente. Ao regressarem a casa, muitos

Militar, 1915. Ver também BRITO, José Joaquim Xavier de, *O 14 de Maio: Verídico, Esboço, Crítica e Rectificações*, Emp. Nacional de Publicidade, Lisboa: 1936; COSTA, Aires Pereira da, *História do 14 de Maio - Revolução Portuguesa em 1915*, Edição de Cláudio Pereira e M. Pinto Vieira, Lisboa: 1916; LIMA, Magalhães, pref. *O 14 de Maio e a Consolidação da República Portuguesa*, Empresa de Publicações Populares, Lisboa: 1915; SANTOS, António Azevedo Machado, *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Lamas & Franklin, Lisboa: 1916; SILVA, César da, *A Revolução de 14 de Maio*, João Romano Torres & C.ª – Editores, Lisboa: 1915.

¹³⁵ Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha – *Relatórios Apresentados à Comissão Central Sobre os Serviços Prestados nos Dias 14, 15 e 16 de Maio de 1915 em Lisboa e Porto*, Lisboa: Casa Portuguesa, 1915, p. 5 et seqs. V. descrição pormenorizada dos acontecimentos em SANTOS, João António Correia dos, *Subsídios para a História Política e Militar da Revolução de 14 de Maio de 1915*, Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1915, p. 208 et seqs.

¹³⁶ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.60/LIV.65, (295-519)

¹³⁷ Dos registos de ocorrências da CVP constam 31 mortos e 541 feridos assistidos. Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha – *Relatórios Apresentados à Comissão Central Sobre os Serviços Prestados nos Dias 14, 15 e 16 de Maio de 1915 em Lisboa e Porto*, Lisboa: Casa Portuguesa, 1915, p. 5 et seqs.

¹³⁸ Relatório sobre os acontecimentos no Governo Civil elaborado a 19 de Maio de 1915 pelo Comandante da Polícia Cívica de Lisboa, Tristão da Câmara Pestana. ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.60/LIV.65, (295-519)

policias acabaram por ser desarmados à força pela população e viram-se forçados a recolher novamente ao Governo Civil.

Sem ordens do General Comandante da 1.^a Divisão e a braços com grande número de deserções dos seus efectivos, os oficiais que comandavam as forças de Infantaria 5 e 16 e Artilharia 1 ordenaram o regresso a quartéis dos homens e meios que lhe restavam e informaram os revoltosos do Arsenal da Marinha que cessavam definitivamente o fogo e se propunham assinar um armistício que colocasse um fim aos combates. Acordadas e aprovadas, com o conhecimento de Pimenta de Castro e Leote do Rego as condições do Armistício, foi o mesmo assinado no Arsenal pelos representantes das forças do Exército envolvidas nos combates bem como pelos representantes dos revoltosos.

Entregue no Quartel do Carmo a Pimenta de Castro o documento acabaria por ser anexado à carta de demissão que o Presidente do Ministério entretanto tinha redigido para apresentar ao Presidente da República.

Manuel de Arriaga encontrava-se então no Palácio de Queluz para onde se tinha retirado juntamente com a família a conselho do oficial que comandava a força militar que ficara a proteger o Presidente da República em Belém. Aí passaria a noite de 14 de Maio regressando a Lisboa pelas 08h00 do dia seguinte para receber os representantes do Exército e Marinha signatários do armistício, que lhe deram conta da necessidade de nomear um novo executivo.

Sem condições anímicas, ou outras, que permitissem contrariar o curso dos acontecimentos, Manuel de Arriaga não colocou qualquer obstáculo à lista de Ministros a nomear para o novo Governo apresentada pela *Junta Revolucionária* e ordenou a publicação ainda nesse dia no *Diário do Governo* da exoneração do Governo do General Pimenta de Castro e a nomeação dos novos ministros.¹³⁹

A revolução triunfa graças à acção concertada e quase exclusiva de unidades da Armada, dirigidas pelo Capitão-de-Fragata Leote do Rego. Triunfa porque a força que tinha sido responsável pela ascensão de Pimenta de Castro, o Exército, se revelara desorganizada e incapaz de mobilizar a vontade colectiva necessária à sua defesa.

Sem informação actualizada sobre os últimos desenvolvimentos em Lisboa por terem sido sabotadas as comunicações, na cidade do Porto, como em outras localidades, a revolução continuava. Tivera início na noite de dia 13 com confrontos entre civis e GNR entretanto saída para as ruas.

Depois das 20h00 novas manifestações violentas. Incapaz de garantir a manutenção da ordem publica com os meios e efectivos policiais à sua disposição, o Governo Civil do Porto entregou a tarefa e responsabilidade ao Comandante da 3.^a Divisão Militar. Da janela de casa de um industrial com quem se reunira para tratar de questões relacionadas com a revolução, João Chagas assistia «a um tremendo tiroteio entre a polícia, a guarda republicana e o povo, na rua de Santa Catharina. Feridos, mortos (...).»¹⁴⁰ Na manhã do dia 15 no Porto corriam os primeiros boatos sobre a vitória dos revoltosos em Lisboa. Na Capital o ambiente geral era de alguma tranquilidade apenas interrompida a espaços por tiroteios em diferentes pontos da cidade. A manhã mais tranquila permitia aos mais curiosos espreitarem os estragos causados pela artilharia naval nos edifícios dos Ministérios.

Pelas 9h00 horas um grupo numeroso de revoltosos aos tiros tentava assaltar o Governo Civil entre forte tiroteio. Sem meios para defender o edifício e todos os que se encontravam no seu interior, o oficial de serviço solicitou uma força militar ao Corpo de Marinheiros, força que não obstante a intensificação do tiroteio não chegaria a ser enviada.

Nas conversações entabuladas entre o oficial de serviço e os assaltantes foi possível apurar que pretendiam libertar indivíduos que tinham participado em anteriores movimentos e que julgavam estar detidos nos calabouços do Governo Civil. O Oficial de serviço garantiu-lhes que ditos revoltosos não estavam no interior e como prova disso prontificou-se a ordenar a abertura das portas para que pudessem comprovar tal facto. Os assaltantes entraram então no edifício e percorreram-no de ponta a ponta exigindo a prisão de todos os «guardas, cabos e chefes» que estavam no interior e a sua condução ao Arsenal da Marinha. Ordenaram também a libertação de todos os presos de delito comum, o que foi rapidamente concretizado.

O Governo Civil e as repartições de polícia ali existentes foram em seguida saqueadas tendo sido subtraído dinheiro, armamento e fardamento da polícia, e destruídos os arquivos. Findo o saque chegou finalmente a força de Marinha composta por 100 Praças, que colocaram um fim nos actos de vandalismo.

¹³⁹ Presidente do Ministério e Ministro do Interior, João Chagas; Ministros: da Justiça, Paulo Falcão; da Guerra, Bazílio Teles; dos Estrangeiros, Alves de Veiga; das Finanças, Barros Queiroz; da Marinha, Fernandes Costa; das Colónias, Magalhães Lima; do Fomento, Magalhães Lima; da Instrução, José de Castro

¹⁴⁰ CHAGAS, João - *Diário de João Chagas – 1915, 1916, 1917 ...*, p. 71

Entretanto por toda a cidade as esquadras continuaram a ser assaltadas, as vidas dos polícias eram ameaçadas e os seus bens roubados.

O Assalto à Escola de Guerra

À tarde os tiroteios voltaram a intensificar-se por toda a parte. «(...) no Rocio ha feridos e mortos; no Caes do Sodré a mesma coisa; na Rua Augusta, junto ao Terreiro do Paço rebentam bombas explosivas; no Chiado troca-se forte tiroteio.»¹⁴¹

Numa acção concertada e por entre intenso tiroteio, a Escola de Guerra foi cercada e atacada por revoltosos depois das 16h00 com o objectivo de roubar armamento, munições e explosivos que julgavam armazenados em quantidades substanciais nas arrecadações e paiol da Escola.¹⁴²

Como em ocasiões anteriores, «dizia-se que a Escola era pouco afecta ao regime» pelo facto de aí terem leccionado professores assumidamente monárquicos e, também por se supor que na Escola de Guerra existia um núcleo de militares alunos com ideias conservadoras, «(...) um coio de talassas (...) que era necessário exterminar».¹⁴³ Ideias que terão saído reforçadas pelo avistamento de uma força armada constituída por alunos da Escola de Guerra em movimentações nas ruas de Lisboa durante a manhã do dia anterior. Força que, sem ter conhecimento dos confrontos em curso, tinha saído às 5 horas da manhã da Escola «(...) armados, sem munições, levando á sua frente, rufando, dois tambores(...)» para cumprir o programa de instrução de tiro previsto para a carreira de tiro de Pedrouços.

A primeira tentativa de assalto deu-se durante a noite de 14 para 15 de Maio por um dos muros da rua da Escola do Exército.

A meio da tarde do dia 15 o Comandante da Escola de Guerra, General de Divisão José Estevão de Moraes Sarmiento, antecipando o ataque, transmitiu ao 2º Comandante, ao comandante do corpo de alunos e ao comandante do destacamento as suas ordens: «a Escola não faria um único ato ofensivo a quaisquer forças, mas, sendo atacada, defender-se-ia até ao último cartucho».

A guarda colocada junto ao portão do internato foi reforçada com maior número de elementos armados e todos eles bem municados; o Comandante do destacamento de cavalaria organizou a defesa da caserna e arrecadação do seu destacamento; «os alunos pediam armas para defender a Escola (...)».

«Cerca das 16h20 soaram os primeiros disparos efectuados a partir da Rua Gomes Freire, do Campo de Sant'Ana, Conde Redondo e Largo Gomes Freire situado em frente ao portão principal de acesso ao edifício do internato de alunos.

Quase simultaneamente era atacada a tiro a caserna e a arrecadação do destacamento de cavalaria; tentava-se forçar a porta principal, que deita para o Largo da Escola do Exército, fazendo-se, deste largo fogo sobre a fachada; fizeram-se tiros dos lados da Rua da Escola do Exército na direção do internato, partindo provavelmente de cima dos telhados e das árvores: foi atacada a casa da carreira de tiro fazendo-se fogo, sobre uma janela, dos telhados da rua Passos Manuel; finalmente, foi feito fogo, sobre a Escola, da Rua Joaquim Bonifácio, Rua D. Estefânia e de umas terras, que ficam nas traseiras de umas casas da mesma rua, sobre os edifícios do internato e sobre a enfermaria.»

Intensificando-se o ataque e sem que tivesse chegado o auxílio externo que insistentemente pedido por telefone, o Comandante do Corpo de Alunos não teve outra solução que não fosse a de armar alguns alunos, «(...) distribuindo-lhes a cada um 5 cartuchos, pois só tinha ao todo 700!»

Após cerca de meia hora de tiroteio intenso e já quase sem munições, o Comandante do *Corpo de Alunos* mandou arvorar uma bandeira branca. Como não fosse vista e os disparos vindos exterior continuassem, providenciou a colocação de outra bandeira branca no portão da entrada conseguindo dessa forma, cerca das 17h20min, o desejado cessar-fogo.

¹⁴¹ Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha – *Relatórios Apresentados à Comissão Central ...*, p. 10.

¹⁴² V. COSTA, José António Carneiro Rodrigues da [et al.], *O Assalto à Escola de Guerra, 1915-2015*. Coord. António José Telo. 1ª ed. Porto: Academia Militar: Fronteira do Caos Editora, 2015.

¹⁴³ Relatórios do General José Estevão de Moraes Sarmiento e de oficiais encarregados da investigação aos acontecimentos passados na Escola de Guerra no dia 15 de Maio de 1915. Documentos existentes no Arquivo Histórico Militar (Exército Português) com a referência PT AHM/DIV/1/36/12/02 e transcritos pelo autor em COSTA, José António Carneiro Rodrigues da [et al.], *O Assalto à Escola de Guerra, 1915-2015...*, pp. 101-165.

Abertos os portões para conversações com os atacantes, a Escola «(...)ficou á mercê de civis, soldados, marinheiros, mancebos da instrução militar preparatória, gente, enfim, de todas as idades, situações e procedências, armados, vociferando, com exigências várias, predominando a entrega do armamento».

No interior da Escola, o Major Norton de Matos determinou ao Comandante do Corpo de Alunos que os alunos e o armamento permanecessem na Escola protegidos por uma força de Marinha que para o mesmo fim seria deslocada. Sem conseguir conter o desagrado manifestado pelos civis, Norton de Matos acabaria por permitir a saída do armento retirado das arrecadações com destino ao Arsenal da Marinha.

Carregado o armamento, a força de Marinha formou e preparou-se para deixar a Escola para desagrado dos revoltosos que se encontravam no exterior. Deslocava-se em direção ao portão de saída junto ao internato, quando da Rua Gomes Freire rompeu novamente um forte tiroteio.

«A coluna, que marchava para o portão, desfez-se, deitando-se uns no chão, outros abrigando-se detrás das árvores, outros detrás da casa da guarda e todos fazendo fogo. Os alunos fugiram em todas as direções para o internato, e com eles muitas pessoas que se encontravam no recinto da Escola».

Ordenada a prisão dos alunos, iniciaram a sua marcha para o Arsenal da Marinha seguindo na dianteira da coluna, com a bandeira do Corpo de Alunos, o Tenente Gomes da Silva. Já no exterior da Escola, e depois de civis revoltosos se terem oposto a que aquele Tenente transportasse a bandeira, a necessidade de reagrupar os alunos em marcha obrigou a uma paragem forçada da coluna no largo fronteiro. Paragem que foi aproveitada por um civil para desferir, à distancia de cerca de meio metro, dois tiros sobre o Tenente Gomes da Silva que lhe provocariam a morte. Pouco tempo depois e no mesmo local outro militar da Escola, o aluno José Fernandes de Oliveira, seria também assassinado com um tiro na cabeça. Para os hospitais mais próximos foram transportados, de acordo com a listagem «exacta» avançada pelo jornal *O Seculo*, 15 militares feridos.¹⁴⁴

A condução dos restantes oficiais e alunos da Escola de Guerra pelas ruas da cidade prosseguiu «entre fileiras de civis armados e de marinheiros(...)», sob constante ameaça de agressão e ao som de gritos de «mata, mata; levem-nos para a morgue; assassinos de crianças; traidores».¹⁴⁵

Só quando chegaram Arsenal puderam finalmente beneficiar de alguma tranquilidade. Distribuídos em seguida por diversos navios e pela Escola Naval acabariam por receber um tratamento digno e respeitoso por parte de todos os militares da Marinha que com eles contactaram.

No dia 16, conhecedor da sua nomeação para Presidente do novo Governo João Chagas continuava no Porto por não ter conseguido ainda transporte para Lisboa. Só ao fim do dia se dirigiu, juntamente com a sua esposa Paulo Falcão e o antigo Governador Civil de Braga, à estação de caminho-de-ferro de Campanhã para, finalmente, embarcar no comboio das 18 horas para Lisboa.¹⁴⁶

No percurso para Lisboa, e quando se aproximavam da estação do Entroncamento, João Chagas foi alvejado a tiro no interior do compartimento onde viajava pelo antigo senador *Evolucionista* João Freitas que entrara na composição na estação anterior, Paialvo. João Chagas foi ferido com gravidade no olho direito, cabeça, ombro, braço e mão esquerda.

Dominado inicialmente pela esposa de João Chagas e por Paulo Falcão, o agressor acabou por ser manietado e detido pelo revisor do comboio com a ajuda de outros populares que rapidamente acorreram ao compartimento e o transportaram para o extremo da composição onde o agrediram violentamente. Agressões que continuariam com maior violência na estação do Entroncamento onde, pouco tempo depois do atentado, o comboio parou.

Naquela estação, e antes que a força militar ali presente pudesse agir para o deter, a população deitou as mãos ao criminoso e sujeitou-o a todo o tipo de agressões. Agredido inicialmente, de acordo com os relatos do jornal *Seculo*, por um elemento da Guarda Fiscal, acabaria por ser abatido a tiro por outro Soldado da mesma força.¹⁴⁷

João Chagas seguiria viagem em estado grave no mesmo comboio para Lisboa onde, na estação de

¹⁴⁴ *Jornal Seculo*, n.º 218 – 18-05-15

¹⁴⁵ «Uma coisa que os excitava era verem as divisas; arrancavam-lhas e, colocando-as nos braços diziam "aqui é que elas deviam estar"; raro foi o aluno que chegou ao Arsenal com platinas, com divisas parece que nenhum.» PT AHM/DIV/1/36/12/02

¹⁴⁶ *Jornal Seculo*, n.º 12010 – 17-05-15, p. 05.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*

Campolide o aguardava o «carro das macas» da Cruz Vermelha Portuguesa para o transportar ao hospital de S. José para tratamento.¹⁴⁸

Alguns dias depois o Comandante da Polícia Cívica de Lisboa, Câmara Pestana, em novo relatório enviado ao Ministro do Interior informava que continuava a ser impossível manter a ordem nas ruas de Lisboa porque o serviço policial não tinha ainda sido novamente retomado. «Mais que tudo, Senhor Ministro, a campanha dos jornais contra a policia está agravando esta situação.»

Pormenorizando, referia que no dia 17 de Maio tinham sido assassinados cinco guardas e que no dia seguinte outros cinco, «isto que [ele soubesse], pois que muitos guardas desapareceram não conhecendo ainda a família os seus paradeiros. (...) Alguns tiveram que fugir para fora de Lisboa por lhes ser permanentemente assaltada a casa e onde os matariam se os encontrassem.»

Efectuada a contabilização dos danos materiais, Câmara Pestana estimava que fosse necessária a verba de 5.397\$27 para fazer face às «(...) despesas com reparações nos edifícios das esquadras, mobiliário e aquisição de armamento que [era] necessário fazer pelos estragos causados durante o movimento revolucionário (...)»¹⁴⁹

Com o País a voltar gradualmente à tranquilidade, no dia 29 de Maio Manuel de Arriaga apresentava oficialmente a sua renúncia ao cargo que ocupava desde 24 de Agosto de 1911. Assume o cargo até 5 de Outubro Teófilo Braga.¹⁵⁰

Também nesse dia, no Senado era debatido e aprovado o projecto de Lei de «(..) amnistia a todos os crimes, delitos e transgressões, cometidos até o dia 20 de Maio corrente, de origem ou carácter político, ou em movimento, manifestação ou tumulto da mesma natureza, por questões de subsistência, ou em conflitos com autoridades administrativas ou outros agentes de autoridade ou de polícia.»¹⁵¹

No dia 30 era aprovada a nova lei eleitoral e o adiamento das eleições até 13 de Junho.

Na primeira semana do mês de Junho o Ministério das Finanças (Direcção Geral das Alfandegas) renovava e estendia as proibições de exportação de géneros alimentícios, matérias primas e certos produtos manufacturados decretadas ao longo do ano anterior.¹⁵²

Nos jornais continuava-se a noticiar a publicação do opúsculo de João Chagas «acerca da situação de Portugal perante a guerra»¹⁵³ em simultâneo com o acompanhamento da constituição das listas de candidatos às eleições de dia 13 e, a publicação de uma série de relatos de diversos intervenientes nos acontecimentos do mês anterior.¹⁵⁴

No dia 6 de Junho, no Teatro de S. Carlos, em apoteose «exalt[ou]-se o povo, a marinha e o exército revolucionários».¹⁵⁵

Empolgado, Bernardino Machado asseverava «(...) O 14 de Maio venceu a ditadura interna; cumpre ao actual governo extinguir a obra da ditadura externa, consolidando com factos a aliança que nos liga à Inglaterra.»

Referindo-se ao preocupante estado em que se encontrava o Exército, o *Democrático* Alexandre Braga não hesitava em afirmar no seu discurso «Queremos um exército feito pela massa heroica do nosso povo comandado não por oficiais que entregam as espadas e que seguem pálios e procissões. Queremos um exército que vá para a guerra, na África ou na Europa, onde a honra o chame. Queremos um exército que não siga a máxima da presença de espírito e ausência do corpo».

No dia 11 partiam para o exílio nos Açores, o General Pimenta de Castro, Xavier de Brito, Goulart de Medeiros e Machado Santos.

Dois dias depois tinham finalmente lugar as eleições legislativas. No jornal *Republica*, dirigido por António José de Almeida, resumia-se na primeira página o acontecimento da seguinte forma:

¹⁴⁸ Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha – *Relatórios Apresentados à Comissão Central ...*, p. 11.

¹⁴⁹ Ofício do Comandante da Polícia Cívica de Lisboa, 14-07-15, ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.60/LIV.65, (295-519).

¹⁵⁰ Diário do Governo n.º 100/1915, Série I de 1915-05-29; Diário do Governo n.º 101/1915, Série I de 1915-05-3.

¹⁵¹ Diário do Senado, Sessão N.º 153, 29 de Maio de 1915. Lei n.º 316 - Diário do Governo n.º 106/1915, 1º Suplemento, Série I de 1915-06-05.

¹⁵² Decreto n.º 1612 - Diário do Governo n.º 106/1915, Série I de 1915-06-05

¹⁵³ CHAGAS, João, *Portugal Perante a Guerra: Subsídios para uma Página da História Nacional*, Tip. Emp. Guedes, Porto: 1915.

¹⁵⁴ Jornal *O Mundo*, n.º 5347, 01-06-15; Jornal *Século*, n.º 236, 05-06-15; Jornal *O Mundo*, n.º 5352, 06-06-15.

¹⁵⁵ Jornal *O Mundo*, n.º 5353 – 07-06-15, p. 02.

«Hoje, sob uma atmosfera de terror, vai ferir-se uma batalha tremenda em que é manifesta a desigualdade de forças. De um lado estão democráticos e unionistas conluídos em quasi todos os círculos. Do outro, em oposição, estão os evolucionistas, sozinhos, sem conchavo ou auxílio de outrem, batendo-se pelos seu ideais de sempre.»¹⁵⁶

Sem grande surpresa, o partido Democrático conseguiu alcançar uma maioria absoluta de representantes quer na Câmara dos Deputados quer no Senado.

No dia 14, em Setúbal, numa acção concertada do patronato, encerravam diversas fábricas para desespero dos seus operários.

Em Julho de 1915, numa iniciativa que viria a ter importantes reflexos nas questões suscitadas em torno da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, o Major Norton de Matos passou a chefiar a importante pasta da Guerra do recém-empossado Governo. Pasta que, com o evoluir da conjuntura doméstica e externa, seria alvo de constante atenção e frequentes críticas em face das opções tomadas nos diversos momentos do envolvimento português no conflito. Caberia a Norton de Matos a tarefa de desencadear as primeiras acções necessárias à mobilização e preparação de uma força militar portuguesa destinada a intervir no teatro de operações europeu do conflito mundial em curso. Tarefa nada facilitada, se tivermos em conta que, a nível interno, tinham aumentado os problemas derivados da degradação das condições políticas que tinha levado ao arrastamento do processo de tomada de decisão; ao esboroar do frágil consenso inicialmente alcançado relativamente ao envolvimento português no conflito; ao surgimento de novas e mais graves frentes de tensão e conflito entre civis e militares.

Em 4 de Julho, sobressaltado com o clarão e o estampido provocados por um curto-circuito no sistema eléctrico do *trolley* em que seguia de Algés para Lisboa, Afonso Costa saltou para a rua nas proximidades da *Rocha do Conde de Óbidos*, estatelando-se desamparado na calçada e sofrendo um ferimento grave na cabeça.

O Motim de Lamego

No dia 20 do mesmo mês, em Lamego, entravam na cidade cerca de um milhar de populares de ambos os sexos provenientes de várias freguesias do concelho, «com o propósito de repetirem os mesmos motins que ultimamente se [vinham] dando em diferentes concelhos da região duriense (...)».¹⁵⁷ Em causa estava a chamada «questão duriense» ou mesmo será dizer, as consequências do Tratado de Comércio Portugal Inglaterra celebrado em 12 de Agosto de 1914.¹⁵⁸

Longe de servir o propósito de combater a concorrência feroz que o *Vinho do Porto* enfrentava no mercado de vinhos britânico inundado por falsificações, uma menos clara redacção do seu Artigo 6.º acabou por facilitar a vida àqueles que em Portugal, a partir de outras regiões vitícolas que não a do Douro, se dedicavam à falsificação de vinhos que uma vez exportados para Inglaterra usurpavam a designação de *Porto*.

Ao estipularem e aceitarem conscientemente que a designação *Porto* pudesse ser aplicada a todos os vinhos provenientes de Portugal em geral e não apenas aos produzidos na região do Douro, as autoridades portuguesas contribuíam deliberadamente não só para o desbaratar de uma região demarcada criada mais de um século e meio antes e para a adulteração de um produto único no mundo, mas também para a destruição da principal fonte de rendimentos das populações durienses. Pensado e redigido em Lisboa, para os durienses o Tratado, e em especial o seu Artigo 6.º, só tinha um propósito – o favorecimento dos produtores de vinho do Sul do País, algo que aquelas populações não estavam dispostas a permitir que acontecesse.

A indignação e o descontentamento com a situação criada às gentes do Douro rapidamente levaram ao aparecimento de um vasto e plural movimento de pressão com vista à reformulação do Artigo 6.º, em defesa da denominação de origem do *Vinho do Porto* e da produção vinícola da região duriense. Inicialmente travada através de uma vasta campanha na imprensa regional e de contactos com as autoridades administrativas locais, a luta prosseguira com poucos resultados práticos favoráveis até Novembro de 1914, mês em que foi ratificado o Tratado na Câmara dos Comuns em Londres.

¹⁵⁶ Jornal *Republica*, n.º 1588 - 13-06-15.

¹⁵⁷ Jornal *Diário de Notícias* n.º 17809 – 08-06-15

¹⁵⁸ Veja-se SEQUEIRA, Carla. Da «Missão de Alijó» ao Motim de Lamego : Repercussões do Tratado Luso-Britânico de 1914 no Sector do Vinho do Porto, *In Douro: Estudos & Documentos*, vol. 12, n.º. 21, 2006, pp. 77-87; PEREIRA, Gaspar Martins, SEQUEIRA, Carla, Da «Missão de Alijó» ao «Motim de Lamego»: Crise e Revolta no Douro Vinhateiro em Inícios do Século XX , *In Revista da Faculdade de Letras. História*, série III, vol. 05, 2004, pp. 59-78

Comerciantes, com a Associação Comercial do Porto à cabeça, e produtores uniram esforços e intensificaram a partir de então sua luta junto do Governo e em especial do Ministro dos Negócios Estrangeiros que, em nome do executivo, assegurava todo o empenho na defesa da designação de origem *Porto*.¹⁵⁹

No último mês de 1914 e em Janeiro de 1915 cresceu a mobilização e a pressão das Câmaras Municipais da região do Douro junto dos poderes centrais para que Tratado não fosse ratificado em Portugal sem uma aclaração do Artigo 6.º em termos que fossem favoráveis aos interesses da região e dos seus habitantes. Das reuniões realizadas à vez em diferentes Câmaras Municipais resultava o constante envio ao Governo de telegramas de protesto e de alerta para o iminente levantamento popular. De uma dessas reuniões realizada na Câmara Municipal de Lamego resultou a elaboração de um memorando reivindicativo que o Presidente da referida Câmara ficou incumbido de enviar, em nome dos restantes municípios, ao maior número possível de Senadores e Deputados.

No mês de Março os protestos assumiram maior gravidade. Multiplicaram-se os comícios, as manifestações e os tumultos como o que teve lugar na estação de caminho-de-ferro da Régua, assaltada pela população com o propósito de destruir as pipas de vinho provenientes do Bombarral que sabiam ali armazenadas.

Com o passar do tempo, a ameaça de revolta acabou por obrigar o Governo a assumir a existência de um problema e como tal, a necessidade de promover o diálogo com os representantes das instituições durienses. Contactos que a partir do mês de Maio praticamente desapareceram devido à crise política que se instalou.

Em Junho deu-se um recrudescimento dos protestos no Douro aproveitando para o efeito o ambiente de campanha eleitoral que se vivia em Portugal. Também em campanha, Afonso Costa ter-se-á mostrado disposto a apresentar no Parlamento uma proposta de alteração do Artigo 6.º logo que o mesmo entrasse em funcionamento após as eleições. Com Afonso Costa a recuperar ainda do traumatismo que sofrera, no dia sete de Julho a «questão duriense» acabou por ser discutida no Parlamento onde, em sentido contrário aos compromissos que tinham sido assumidos publicamente por diversos Deputados e pelo Presidente do Ministério José de Castro junto das gentes do Douro¹⁶⁰, a Câmara acabará por rejeitar a tão ambicionada aclaração daquele artigo do Tratado.

Revoltadas com a falta de respeito pela palavra dada, as populações do Douro intensificaram as suas acções de protesto optando agora por investidas progressivamente mais violentas contra as repartições públicas dependentes do poder central. Ao som do toque a rebate dos sinos, os habitantes de diversas localidades do concelho da Régua reuniram-se e rumaram à sede do concelho onde assaltaram as repartições públicas; em Tabuaço encerraram as mesmas repartições e o comércio para evitar «funestíssimas consequências» e, em Mêda, foi reforçado com 30 Praças o efectivo da força responsável pela manutenção da ordem pública.¹⁶¹

«A questão [era] de vida ou de morte para o Douro»¹⁶² como acabaria por ficar bem patente nos acontecimentos de violência extrema que acabaram por acontecer na cidade de Lamego no dia 20 de Julho de 1915.

Ao mesmo tempo que em Lisboa, no dia 19 de Julho, uma nova Comissão de representantes da região duriense entregava ao Ministro dos Estrangeiros, Augusto Soares, uma «moção de conciliação (...) tendente a solucionar a grave questão do Douro»,¹⁶³ em Lamego constava que um grande número de habitantes das localidades de Cambres, Valdigem, Figueira e Sande se preparavam para avançar em direcção à cidade em protesto dispostos, dizia-se, a incendiar o edifício da Câmara Municipal e as repartições públicas que aí existiam.¹⁶⁴

Seguindo o mesmo guião de outros acontecimentos que algum tempo antes tinham ocorrido na Régua e em Armamar, onde tinham sido incendiadas as repartições de finanças, a autoridade administrativa do concelho de Lamego não fora, deliberadamente, informada da manifestação nem tinha recebido qualquer pedido formal de autorização para a sua realização pelo que não tivera tempo de ordenar a entrada em estado de prevenção das forças de manutenção da ordem pública na cidade.

Nessa noite, tomando como verdadeiros e sérios os boatos que circulavam, os Regedores das localidades de Cambres e Sande avisaram o Administrador do Concelho da intenção dos populares levando a tomar

¹⁵⁹ *Idem*, p. 66 et seqs.

¹⁶⁰ *Jornal Republica*, n.º 1613 - 08-07-15; *Jornal Republica*, n.º 1614 - 08-07-15.

¹⁶¹ *Jornal O Seculo*, n.º 12074 - 20-07-15.

¹⁶² Intervenção do Deputado João Carlos de Melo Barreto no Parlamento - *Jornal O Seculo* n.º 267 - 06-07-15.

¹⁶³ *Jornal O Seculo*, n.º 12074 - 20-07-15.

¹⁶⁴ Inquérito aos acontecimentos levado a cabo pelo Bacharel, Juiz de Direito da Comarca de Mogadouro, António Sérgio Carneiro. «Havia quem pensasse que a queima das repartições era conveniente para resolver a questão vinícola, e se esta não fosse bem resolvida, pelo menos lucravam em não pagarem contribuições durante algum tempo». (Depoimento a folhas 103 e verso). ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.61/LIV.65, (520-623).

providências extraordinárias no sentido de assegurar a ordem pública e a segurança das repartições centrais, incluindo a requisição de uma força militar pertencente ao Regimento de Infantaria n.º 9 aquartelado na cidade.¹⁶⁵ Nas freguesias os dirigentes do movimento aliciavam o povo para que se deslocasse à cidade com o intuito de obter do executivo camarário o compromisso de que acompanharia as populações na defesa dos interesses regionais, pressionando o Governo no sentido da obtenção de uma solução favorável para a questão vinícola duriense.

No dia 20 de Julho às primeiras horas da manhã os sinos tocaram a rebate nas igrejas e os trabalhos agrícolas foram suspensos. Reunido no centro das aldeias o povo, coagido pelos Regedores a participar na manifestação de protesto, marchou para a cidade de Lamego, onde entrou cerca das 9 horas. Na dianteira da manifestação, que foi engrossando com a adesão voluntária de habitantes da cidade, seguiam os dirigentes do movimento sendo identificados entre eles indivíduos «reconhecidamente monárquicos». Entre os dirigentes e a cavalo vinham também alguns padres «desafectos à República» como o de Figueira que trazia os seus paroquianos «formados quatro a quatro como os militares». A maior parte dos populares estava armada com machados, espingardas, espadas, foices, paus, punhais, baionetas, chuços de ferro, e facas, amarrados a uma das extremidades de paus. Entraram na cidade trazendo hasteadas duas bandeiras de fazenda preta podendo ler-se numa delas em letras brancas, “*o Sul arrasta-nos à fome*”.¹⁶⁶ Traziam também uma bandeira azul e branca que exibiram, mas que logo recolheram, não tornando a aparecer. Em enorme algazarra, davam «morras ao Sul, e vivas ao Douro», mas também à monarquia, a Paiva Couceiro e a D. Manuel¹⁶⁷

Os cerca de 3.000 populares entraram na cidade pela Rua da Ceara, e seguido por esta rua, foram até à Praça do Comércio. Enquanto avançavam os manifestantes mais exaltados iam obrigando, com ameaças verbais e intimidação com armas de fogo, os comerciantes a encerrar as suas lojas e estabelecimentos. Quem não obedecia via as montras e as mercadorias destruídas.

Daquela Praça seguiram para os Paços do Concelho pela Rua Marquês de Pombal, onde se encontrava uma força militar de Infantaria n.º 9 que lhes barrou a passagem.

Comandava a força o Tenente Ferraz de Carvalho, que ali tinha chegado cerca das cinco horas da manhã dispondo em seguida os seus 78 efectivos, maioritariamente recrutas que ainda não tinham terminado a instrução básica, de modo a ocuparem as embocaduras de todas as ruas que davam acesso aos Paços do Concelho.

Impedidos de avançar, os populares adoptaram uma actitude agressiva, injuriando os Soldados e forçando a passagem. Só quando o Comandante da força militar deu ordem aos Soldados para carregarem as suas armas e se prepararem para fazer fogo, os populares a pararem finalmente.

Impedida de passar, a multidão avançou pelas ruas da cidade. No Castelo forçaram a entrada na cadeia aí existente, sendo impedidos de entrar por acção da guarda da cadeia. Gritaram aos presos que em breve seriam libertados. «Subindo à torre de menagem, tocaram os sinos a rebate, a fogo e a finados». O mesmo fizeram na torre da igreja de Almacave e na Sé Catedral.

Forçaram algumas personalidades da cidade a segui-los, invadiram adegas de alguns proprietários onde muitos se embebedaram e voltaram finalmente à rua Marquês de Pombal onde a força militar se mantinha em posição.

Procurando evitar confrontos mais violentos, o Administrador do Concelho acabou por autorizar a passagem de uma Comissão representativa dos manifestantes para conferenciar consigo e com a Comissão executiva da Câmara Municipal. Comissão que, já no interior do edifício e de forma arrogante e intimidatória, exigiu a demissão imediata do Administrador do Concelho, da Câmara Municipal e das Juntas de Paróquia com o objectivo de pressionar o Governo na resolução da questão duriense.

Contrariados nas suas pretensões, os membros da Comissão pediram então autorização para um desfile dos manifestantes pela rua em frente aos Paços do Concelho. Recusada inicialmente pelo Administrador do Concelho por recear um assalto às repartições públicas instaladas no edifício, a autorização acabaria por ser dada depois de terem sido obtidas garantias de que o desfile seria feito de forma ordeira mandando em seguida o Administrador retirar a força militar que até então bloqueara a embocadura da Rua Marquês de Pombal.¹⁶⁸

¹⁶⁵ Esta acção dos Regedores acabou por ser descoberta pelos populares e levou à sua saída temporária das daquelas aldeias por recearem agressões.

¹⁶⁶ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.61/LIV.65, (520-623), p. 301.

¹⁶⁷ *Idem*, Depoimentos constantes dos fólhos 22, 33v, 38v, 51v, 74, 78, 95, 177, 182, 193v, 202, 204v, 2017v.

¹⁶⁸ «A força militar, depois que retirou das embocaduras das ruas que davam acesso aos Paços do Concelho, veio formar quase toda do lado Norte poente do edifício da Câmara, em frente à Alameda, quase encostada à parede do mesmo edifício a força que estava na rua Marquês de Pombal alinhou junto à igreja da Graça que é contigua aos Paços do Concelho, (...)», *Idem*, Depoimentos constantes dos fólhos 12v, 18v, 23.

Sem os militares a bloquearem a passagem, o povo avançou ocupando toda a rua e grande parte do Jardim do Campo da República situado em frente aos Paços do Concelho.

Eram cerca das 11.30 e na sala das sessões da Câmara Municipal de Lamego, no 1.º andar do edifício, continuavam reunidos em sessão a Comissão Executiva da mesma Câmara, o Administrador do Concelho e uma segunda Comissão de representantes dos manifestantes entretanto escolhida.

Postada no átrio de entrada no rés-do-chão estava uma força militar e policial encarregada da guarda do mesmo edifício e das repartições nele instaladas. Nas varandas estavam alguns «republicanos civis com intuito de cooperar na manutenção da ordem e na defesa das repartições públicas e do regime, se preciso fosse».¹⁶⁹

Impaciente e exaltado pela falta de informação vinda do interior, o povo que se tinha aglomerado na rua em frente ao portão, começou a tentar entrar à força nos Paços do Concelho insultando e agredindo os militares que a partir do interior procuravam impedir a sua entrada no edifício. Esta era uma situação que o Comandante da força militar antevira tendo alertado, ainda com a reunião a decorrer, o Administrador do Concelho para a necessidade de se encerrar totalmente o portão do edifício, «porque o povo insultava os soldados e já lhes custava a conte-los».¹⁷⁰ O Administrador respondeu que a reunião estaria já a terminar pelo devia aguardar até então.

Procurando acalmar os ânimos, um elemento da Comissão de representantes dirigiu-se a uma das varandas exteriores para assegurar ao povo que a Câmara estava do seu lado e que tudo se haveria de resolver a contento ao mesmo tempo que pedia com insistência à multidão que retirasse ordeiramente. Sem conseguir que as suas palavras surtisses o efeito desejado, acabaria por descer ao portão pedindo calma aos cerca de 300 manifestantes, na sua maioria oriundos das freguesias de Valdigem e de Figueira, que ali injuriavam os Soldados.¹⁷¹ Toda a força militar que tinha sido encarregada de manter a ordem e guardar o edifício estava agora no interior dos Paços do Concelho e disposta em fileiras cerradas atrás do portão de modo a impedir a entrada dos populares. Tinha instruções para manter a ordem sem responder a provocações, e para só recorrerem a meios violentos de intervenção em caso de agressão directa aos elementos da força. Sujeitos a constantes injúrias, os Soldados estavam exaltados e o seu Comandante tinha alguma dificuldade em os conter.

Para entrarem no edifício, os populares tinham que vencer a oposição dos militares mas também a dos elementos civis «Republicanos» que estavam postados nas varandas do edifício.

Sem arredarem pé aguardaram pelo momento oportuno para assaltar o edifício, e esse momento surgiu quando as Praças começaram a revezar-se para «comer o rancho» sentados nas escadas do átrio, na casa da guarda e no chão do próprio átrio. O Sargento que ficara a comandar a força foi agredido com uma foice mas defendeu-se com a sua espada amparando o golpe; um Soldado amparou com a sua arma uma pancada que um popular lhe dirigia e, no exterior, algumas bombas rebentaram em frente do edifício.

A situação acabaria por agravar-se quando outro popular que portava uma bandeira negra, disparou dois tiros para dentro do pátio contra a força. Por instinto, um Soldado posicionado na linha da frente disparou contra o atacante um tiro causando a ira da multidão. Receosos, outros Soldados acabaram também por disparar também contra os populares. Abandonando as marmitas, os Soldados que estavam a comer pegaram rapidamente nas espingardas e fizeram fogo também, generalizando-se o tiroteio. Ao mesmo tempo que uns investiam contra a força militar, outros populares atacavam a tiro da rua e do jardim fronteiro «os elementos civis republicanos» que das varandas disparavam e lançavam bombas. O atacante da bandeira, apesar de ferido, continuou a disparar para o interior dos Paços do Concelho contra os militares e os restantes indivíduos só fugiram quando os disparos dos militares se intensificaram

Nas traseiras do edifício, «4 ou 5 populares» escondidos no jardim ou campo 31 de Janeiro, «disparavam tiros de pistola ou revólver contra as janelas do edifício, o que fez com que alguns soldados, ouvindo os tiros, subissem as escadas até ao 1º andar e pelas janelas da rectaguarda fizessem fogo sobre esses populares que se puseram em fuga, ficando alguns indivíduos mortos».¹⁷²

¹⁶⁹ «(...) um importante e numeroso núcleo de republicanos civis, dedicados à defesa do regime vigente, desinteressadamente prontos a cooperarem para a manutenção da ordem e salvaguarda das repartições. (...) cidadãos respeitáveis, [formavam] por assim dizer, uma milícia civil dedicada à defesa do ideal republicano e das instituições (...) constituindo um elemento de valor em auxílio da autoridade e da ordem, sempre que a ordem e a República [estivessem] ameaçados. (...)» *Idem*, p. 320.

¹⁷⁰ *Idem*, Depoimentos constantes dos fólhos 19v, 23v, 34.

¹⁷¹ O povo insultava os militares chamando-lhes «Soldados de vintém; corja de malandros; canalhas; covardes; que saíssem para fora que lhes arrancavam os testículos e lhos metiam na boca; que comiam à custa dos populares; que as espadas não serviam para nada; que não sabiam pegar nas espingardas, etc. (...)» *Idem* p. 309.

¹⁷² Depoimentos constantes dos fólhos 15, 21, 28, 34, 49v, 0v, 63, 249v e p. 315v, *Idem*

O Tenente Ferraz de Carvalho, ao ouvir os tiros, desceu rapidamente da sala das sessões e apressou-se, juntamente com o Sargento, a clamar por cessar-fogo ao mesmo tempo que procuravam fechar o portão. - Ainda assim, um Cabo e três Soldados «abrindo o postigo ou meia porta do portão, saíram para o passeio e, apesar de não haver necessidade (...), por o povo ter fugido, [dispararam] alguns tiros que, (...), mataram um homem à porta do Liceu, havendo razões para crer que outro homem foi morto no jardim em frente ao portão, quando estava curvado sobre um morto para o reconhecer e quando de mãos postas pedia aos Soldados que não o matassem.»¹⁷³

Tudo se passou em dois ou três minutos. Dos tiros trocados entre militares e civis e das bombas lançadas, resultaram 12 civis mortos (10 homens e 2 mulheres) e 19 feridos (18 homens e 1 mulher).¹⁷⁴

No dia 30, em Lisboa, eram assassinados no *Regimento de Sapadores Mineiros* três sargentos, «bons republicanos, com um comportamento exemplar, vítimas de um cabo que, segundo as referências de alguns jornais, pertencia a associações perturbadoras da ordem pública [na]capital». ¹⁷⁵ À hora de jantar, um Cabo empunhando uma pistola entrou no refeitório de Sargentos e disparou sobre três deles causando a morte imediata a um e ferindo gravemente outros dois que viriam a falecer mais tarde. O militar autor dos disparos, juntamente com outros dois militares, tinha recebido nessa tarde ordem de transferência para Tancos por existirem suspeitas da sua ligação a conhecidos e muito activos agitadores civis.

Sobre este e outros acontecimentos do mesmo tipo vividos nos quartéis Simas Machado afirmava na Câmara dos Deputados:

«Eu sei que, em todos os exércitos, mesmo nos que estão melhor organizados, até mesmo nessa máquina excepcional que se chama exército alemão, casos aparecem como aquele de que hoje se tratou nesta Câmara. Mas isso são casos excepcionais, ao passo que no nosso país se estão dando sucessivamente, o que deve entristecer todos aqueles que tem amor à farda que vestem. (...) Ontem um soldado mata um cabo por efeito de rivalidades. Passados dias, um soldado serve-se da arma que lhe tinham dado para defesa da Pátria, para quê? para matar um seu superior. (...) Sr. Presidente: isto é muito e é o que se vê; mas há ainda o que se não vê, (...). Ainda há poucos dias o comandante duma unidade foi insultado e troçado à porta do quartel.»¹⁷⁶

No dia 6 de Agosto tiveram lugar em sessão especial do Congresso, como determinava o Artigo 38.º da Constituição Portuguesa de 1911, as terceiras eleições presidenciais.¹⁷⁷ A eleição do Presidente da República Portuguesa fazia-se então por sufrágio indirecto, sendo eleito o candidato a Presidente que conseguisse alcançar um mínimo dois terços dos votos dos elementos pertencentes às duas Câmaras do Congresso da República.

Com sete candidatos à Presidência, as tendências de voto concentraram-se desde o início nos «Democráticos» Bernardino Machado e António Correia Barreto. Acabaria eleito Presidente, à terceira volta, Bernardino Machado.

Nos dias seguintes a carestia dos géneros continuava a ser motivo de notícia nos jornais diários a par da denuncia das acções levadas a cabo por agitadores e supostos revolucionários. No dia anterior às eleições presidenciais, tinham sido apreendidos pela polícia numa rusga efectuada numa casa da Rua das Trinas em Lisboa, 60 invólucros de bombas escondidos dentro e um pote de barro e várias barras de dinamite dissimuladas no interior do autoclismo da casa de banho.¹⁷⁸

No recém-eleito Parlamento discutia-se o Orçamento de Estado ao mesmo tempo que se procurava acudir às necessidades gerais do Estado, tarefa difícil de concretizar pelos constantes incidentes desestabilizadores provocados pelos representantes partidários da oposição.

¹⁷³ De acordo com os factos apurados, os militares dispararam 99 tiros (relação fl.8-9) «quase todos por alto, pois que se as pontarias fossem todas baixas, seria enorme o número de vítimas». Os Polícias cívicos da esquadra que existia nos Paços do Concelho conseguiram recolher algumas cápsulas das munições disparadas (6 de pistola *Savage* - dos 10 tiros disparados pelo Sargento); 1 de pistola automática de 6mm e outra de revólver de calibre 5mm (de armas que não pertenciam aos militares). *Idem* pp. 314-317.

¹⁷⁴ Mortos: três por estilhaços de bomba (2 homens e 1 mulher), nove por projéteis; Feridos: 5 por estilhaços de bomba, 14 por projéteis. *Idem*, pp. 319v-320.

¹⁷⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 30, 31-07-15, pp. 4 *et seqs.*

¹⁷⁶ *Idem*, pp. 8-9.

¹⁷⁷ «A eleição do Presidente da República realizar-se-á em sessão especial do Congresso, reunido por direito próprio, no 60.º dia anterior ao termo de cada período presidencial.»

¹⁷⁸ *Jornal O Mundo*, n.º 5413 - 06-08-15.

No jornal *Republica* criticava-se a forma descarada como o Governo favorecia os «filhos e enteados» do regime: «(...) cria-se uma nova e exótica casta de beneméritos da República, de filhos dilectos do regime amamentados pelas tetas ressequidas do Tesouro Público, enquanto autênticos heroes do 5 de Outubro morrem por aí de fome (...)»¹⁷⁹

No dia 20 o Governo faz publicar no Boletim Oficial a Lei n.º 352 que estendia a todos os indivíduos sujeitos a serviço militar que tinham sido considerados refractários por se terem ausentado do País, o disposto no artigo 9.º da Lei de amnistia publicada com o patrocínio de Bernardino Machado em de 22 de Fevereiro de 1914.¹⁸⁰

No mesmo dia no jornal *O Mundo*, dando eco e comentando algumas notícias que davam conta de algumas movimentações monárquicas no Norte do País, e em especial na cidade dos Arcebispos, ficava escrito: «Lá por Braga os reaccionários tendo perdido a serenidade, barafustam contra a Republica. O seu órgão, folha cómica que faz as delicias de todos os liberais, declara que é pecado mortal ser republicano, votar nos republicanos, auxiliar os republicanos, mesmo quando trabalham em proveito da Pátria (...)»¹⁸¹

Uma semana depois, no dia 27 de Agosto, o Ministro do Interior Ferreira da Silva estava a informar o Senado da República das consequências de uma tentativa revolucionária de cariz monárquico que na anterior madrugada tinha sido lançada em diversas localidades do Norte de Portugal mas com especial gravidade na cidade de Braga.¹⁸²

O Governo, que tinha sido informado com antecedência dos preparativos em curso para um movimento monárquico nos distritos do Norte, tinha tomado algumas medidas precaucionais mas não conseguira evitar a sua eclosão. Em Lisboa reinava uma tranquilidade entrecortada por pequenas alterações de motivação diversa.

A Intentona Monárquica de Braga

De acordo com os factos apurados mais tarde, o planeamento das acções revolucionárias terão tido início dois meses antes, simultaneamente em Braga e Guimarães.¹⁸³ Definidas as chefias do movimento nas duas cidades¹⁸⁴, passou-se ao levantamento de uma rede de aliciadores a quem foi confiada a tarefa de recrutar o maior número possível de seguidores.¹⁸⁵

«A colaboração procurava-se em toda a parte e em todas as classes e ideais políticos, abordando-se os ressentidos, desgostosos e despeitados. Para isso, mascarou-se o movimento de nacional e nele tinham cabimento todos os sentimentos monárquicos, por serem portugueses, republicanos por serem patriotas. (...) Corria entre os filiados que o Exército, desgostado pelo 14 de maio, estava ao lado do movimento e que para eles militares o fim era a restauração de Pimenta de Castro ou outro governo militar. A plataforma servia a todos. Para os monárquicos o movimento era realista, para os republicanos o movimento era uma Republica conservadora, para os militares tinha por fim estabelecer um governo militar. Falava-se a cada um segundo as suas tendências e sentimentos.»¹⁸⁶

Essencial para o sucesso do movimento, o recrutamento de militares pertencentes às Unidades aquarteladas nas duas cidades tinha merecido especial cuidado e persistência por parte dos aliciadores como viria a ficar provado pela análise documentação cifrada apreendida posteriormente. Nos quartéis o principal alvo das acções de propaganda e recrutamento foram os Cabos e Soldados por se adivinhar uma maior resistência no seio da categoria de oficiais. «Em Braga fazia-se correr (...) que os regimentos estavam ao lado do movimento.

¹⁷⁹ Jornal *Republica*, 20-08-15, p. 1.

¹⁸⁰ Lei n.º 352 - Diário do Governo n.º 165/1915, Série I de 1915-08-20; Lei n.º 114 - Diário do Governo n.º 28/1914, Série I de 1914-02-23.

¹⁸¹ Jornal *O Mundo*, n.º 5427 - 20-08-15.

¹⁸² *Diário do Senado*, Sessão n.º 45, 27-08-15, p. 19.

¹⁸³ «Investigação aos Acontecimentos do Norte – Pelo Delegado do Procurador da República da Comarca de Bragança» efectuada pelo Bacharel António Carlos Alves (2 de Novembro de 1915) - ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.61/LIV.65, (520-623).

¹⁸⁴ Braga: Miguel Sotto Maior ou Miguel da Ordem, Ex-Major Correia Montez, Júlio da Costa Pinto; Guimarães: António d'Azevedo Machado (Machadinho das Medalhas), José Martins Júnior, merceeiro, Álvaro Clarim (Clarim do Couceiro [de Paiva Couceiro ?]), Manuel Costa Allemão Teixeira. *Idem, ibidem*.

¹⁸⁵ Braga: Francisco Teixeira Bastos, Silvestre Augusto Fernandes, José Batista da Silva Caldas. - Guimarães: António Gomes d'Abreu (o Pardelhas), Manoel António Félix, João da Silva, Manoel da Silva (o da cara torta), António da Silva (o senhor às costas), António Ribeiro de Vasconcelos. *Idem, ibidem*.

¹⁸⁶ *Idem*, p.12.

Em Guimarães [davam-se como certos] os aliciamentos dos militares em toda a parte (...) e que todos estavam de acordo, excepto 2 oficiais». Os objectivos dos revoltosos estavam também eles claramente definidos: conseguir a vitória imediata pela sublevação das guarnições militares de Guimarães e Braga e a subsequente adesão ao movimento revolucionário restaurador de outros Regimentos ou, caso tal não viesse a acontecer, «(...) provocar e alimentar a desordem pelo tempo necessário a determinar a intervenção de Espanha.»

Em Guimarães foram arregimentadas algumas centenas de apoiantes que às 23h00 do dia 26 começaram a dirigir-se para o monte de S. Pedro de Azurens [Azurem], local escolhido para concentração de todos os envolvidos no movimento. Com a discrição possível, «(...) aí se fizeram dois acampamentos separados, um era o dos chefes – os cartolas – o outro era o do povo – o dos pobres. No primeiro discutia-se, planeava-se e resolvia-se, no segundo obedecia-se.» O acesso aos acampamentos, vigiados por sentinelas armados que ameaçavam de morte quem quisesse fugir depois de ter entrado, só era permitido a quem dissesse correctamente uma senha previamente definida- «Boa noite camaradas».

Nas horas que se seguiram ao início da concentração o principal dirigente do movimento, António d’Azevedo Machado (Machadinho das Medalhas) e os seus ajudantes passaram em revista os acampamentos dando instruções e certificando-se de que todos conheciam o objectivo final da mobilização: assaltar o quartel do *Campo do Proposto* onde estavam aquarteladas forças do Regimento de Infantaria n.º 20 para levar os seus efectivos à sublevação e obter armamento que seria utilizado mais tarde para armar os civis fieis ao movimento.

Pelas 3h30 de 27, foi ordenado o levantamento dos acampamentos e a marcha sobre o quartel Infantaria n.º 20 onde tinham sido aliciados, entre outros militares, o «coronheiro» e o «rancheiro». Dos revoltosos que conseguiram penetrar no perímetro do aquartelamento, três acabariam presos pela guarnição do quartel e os restantes, não contando com a resistência oferecida pelos militares que julgavam estar maioritariamente comprometidos com o movimento, acabariam por fugir com as poucas armas que tinham conseguido subtrair e que acabariam por abandonar nas pelos campos vizinhos durante a fuga.

Em Braga, não obstante os objectivos traçados serem mais ambiciosos, o número de militares aliciados era inferior ao de Guimarães. Ainda assim, os civis agrupavam-se em sete grupos com diferentes missões: três grupos tinham por missão assaltar o Regimento de Infantaria n.º 29 e subleva-lo; e levar os seus militares a sair para as ruas e, subtrair todo o armamento que fosse possível para com ele se armarem os civis¹⁸⁷; o quarto grupo tinha igual missão mas direccionada contra a força da Guarda Nacional Republicana; o quinto grupo tinha a seu cargo o assalto ao Regimento de Infantaria n.º 8; o 6.º grupo assaltaria o Quartel-General da 8.ª Divisão do Exército; o sétimo grupo tinha como missão específica a captura e o posterior assassinato do General Comandante da 8.ª Divisão de modo a entregar o Comando da mesma ao Chefe do Estado-Maior, suposto simpatizante da causa.¹⁸⁸

Partindo do *Largo do Colégio* [Largo de S. Paulo ?] onde se tinham reunido, os revoltosos forçaram a entrarem nas dependências de Infantaria 29, chegando mesmo um deles a entrar na cozinha onde se equipou com fardamento fornecido por um «rancheiro» que tinha sido aliciado. Da perseguição que lhes foi movida pelos militares da Unidade acabaria por resultar a detenção de quatro indivíduos e o abandono de «duas pistolas e três bombas, «cujo poder ofensivo se exercia num raio de 15 metros».

Procurando cortar as comunicações ferroviárias que ligavam a cidade de Braga ao Porto, essenciais à rápida circulação de reforços militares provenientes da 3.ª Divisão do Exército (Porto), os revoltosos dinamitaram a ponte da linha de caminho-de-ferro sobre o Rio Ave na Trofa.¹⁸⁹

A tentativa restauradora fracassou porque tinha uma «organização fraca e obedecia mais ao número que à qualidade».¹⁹⁰ No total acabariam por ser detidos e encarcerados em Unidades militares de Guimarães e Braga, 84¹⁹¹ revoltosos que apenas dois meses depois, em Novembro, começariam a ser ouvidos pelo Delegado do

¹⁸⁷ Em Infantaria 20 tinha sido aliciado o «espingardeiro» para que abrisse o portão do quartel permitindo a entrada dos civis revoltosos, o que fez. *Idem*.

¹⁸⁸ Grupos chefiados respectivamente por: Silvestre Fernandes, Teixeira Bastos e José Caldas; Adriano Cabriteiro; Miguel de Soto Maior (suicidou-se «Viu-se descoberto, pelos seus lugares-tenentes civis, como o chefe supremo da revolução no Minho, ele, segundo o Machadinho [António d’Azevedo Machado], tinha as ordens e instruções de Paiva Couceiro para fazer a revolução (...).»; João Batista Pinto (acabou por não tomar parte nos acontecimentos); Miguel D’Abreu (acabou por não tomar parte nos acontecimentos) *Idem*, p.14.

¹⁸⁹ *Diário do Senado*, Sessão n.º 45, 27-08-15, p. 19.

¹⁹⁰ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.61/LIV.65, (520-623), pp. 16.

¹⁹¹ «o numero de todos os detidos era elevado. Braga apresentou 35, Guimarães 47, a Trofa 2, ou seja um total de 84, reunidos quasi todos [para as inquirições] no Paço Episcopal do Porto, excepto poucos que estavam (...) nos quartéis de Braga e Guimarães.» *Idem*, pp. 1-2; p. 15.

Procurador da República da Comarca de Bragança, nomeado para investigar os acontecimentos.¹⁹² Sem culpa formada por não ter sido possível provar os factos de que eram acusados, 31 dos 84 detidos (18 de Braga e 17 de Guimarães) seriam libertados após os primeiros interrogatórios.

No Senado o Ministro do Interior, deixava a sua reflexão, que era também um aviso, sobre os acontecimentos:

«Em todos os países se tem feito tábula rasa das divergências políticas mais profundas e até das reivindicações mais legítimas, para todos se reunirem em volta da bandeira sagrada da pátria. Os nossos inimigos, porém, não tentam subverter as instituições republicanas, porque para isso não tem força, nem organização, mas procuram perturbar a nossa alma angustiada e provocar a intervenção estrangeira.

Tal conduta nesta ocasião, prova que portugueses, de hoje em diante, são só os republicanos. Qualquer nova tentativa será reprimida com energia. (...) Nós somos a razão, a República; mas saberemos ser a força, se se tornar necessário.»¹⁹³

No último dia do mês de Agosto o Governo, incapaz de debelar a escassez extrema de cereais panificáveis que continuava a assolar o País em grande medida causada pelo açambarcamento dos mesmos por produtores e intermediários, declarava obrigatória a venda de toda a produção de trigo nacional a uma única entidade – a Manutenção Militar – e proibia também a sua exportação.¹⁹⁴

Na segunda semana de Setembro o Decreto n.º 1874¹⁹⁵, estabelecia as bases específicas para o arrolamento das quantidades de trigo produzido no País no ano cerealífero de 1914-1915 e na semana seguinte eram fixadas várias disposições com as quais se pretendia controlar o aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade; mitigar a escassez e a carestia do peixe destinado ao consumo público e; impedir o aumento abusivo dos preços do grão e do feijão.¹⁹⁶ No dia 24 de Setembro a Lei n.º 459, proibia a exportação de gados bovino, ovino, caprino e suíno bem como de aves de criação.¹⁹⁷

Nos primeiros dias de Setembro, na Câmara dos Deputados, o Deputado Alexandre Braga colocava à discussão um projecto de lei com as bases para a reforma da Polícia. Uma reforma que muitos consideravam urgente e inadiável perante a desorganização e a incapacidade demonstradas pela Polícia no momento de fazer frente às ocorrências violentas que de Norte a Sul iam assolando o País.

«A polícia tem de ser organizada sobre outras bases, sobre outros moldes, de modo que cumpra honradamente a sua missão de garantir os direitos individuais e defender a República dos seus adversários, por forma a não ser mais possível assistir-se a êsse espectáculo imoral e dissolvente de se ver os que devem ser os defensores da ordem associar-se aos malfeitores, conspirar contra a República, juntando aos dêles os seus esforços para combater as instituições que êles tinham obrigação de ser os primeiros a defender.»¹⁹⁸

Com quanto a questão de fundo – a necessidade de reforma da organização da Polícia – não merecesse oposição significativa, a forma expedita e fechada à discussão como a principal força política do Parlamento pretendia ver aprovada a sua proposta de reforma acabou por abrir caminho à crítica e à reprovação por parte dos sectores oposicionistas pois consideravam que « (...)as bases oferecidas no projecto [pelo] Sr. Alexandre Braga um programa de filarmónica de aldeia, em que, gastando-se muitas palavras, se não diz[ia] absolutamente nada».¹⁹⁹

¹⁹² Trabalho de inquirição feito ao longo de «24 dias, e o mínimo de 12 horas por dia (...) 93 interrogatórios, 78 acareações, 38 depoimentos testemunhais (...)» *Idem*, p. 2.

¹⁹³ *Diário do Senado*, Sessão n.º 45, 27-08-15, p. 19.

¹⁹⁴ Lei n.º 371, *Diário do Governo* n.º 173/1915, Série I de 1915-08-31.

¹⁹⁵ Decreto n.º 1874, *Diário do Governo* n.º 182/1915, Série I de 1915-09-10.

¹⁹⁶ Decreto n.º 1900, n.º 1901 e n.º 1902, *Diário do Governo* n.º 189/1915, Série I de 1915-09-18.

¹⁹⁷ Lei n.º 459, *Diário do Governo* n.º 194/1915, Série I de 1915-09-24.

¹⁹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 70, 03-09-15, p. 20.

¹⁹⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 71, 04-09-15, p. 11.

Não obstante as críticas, o projecto de reforma apresentado por Alexandre Braga acabaria por vingar, com insignificantes alterações, e por transformar-se na Lei n.º 443 publicada no Diário do Governo duas semanas depois.²⁰⁰

No mês de Outubro acalentava-se um pouco por toda a Europa a esperança de que a grande ofensiva planeada pelo comando militar aliado para a Primavera seguinte colocasse um fim definitivo e vitorioso no conflito, fazendo cessar a penosa sangria de vidas e meios. Em Portugal, Afonso Costa e os Democráticos, isolados de qualquer apoio, tudo faziam para envolver o País no conflito.²⁰¹

Em termos políticos o último trimestre de 1915 teve como principais acontecimentos a tomada de posse presidencial de Bernardino Machado a 5 de Outubro e, em 30 de Novembro, o início do segundo Governo de Afonso Costa um mês depois da queda do Governo de José de Castro vítima do braço-de-ferro que mantivera com Leote do Rego por questões relacionadas com a «depuração política» da Marinha empreendida pelo principal obreiro do 14 de Maio.²⁰²

A instabilidade social continuava e a contestação aos normativos estabelecidos pelas autoridades administrativas locais e nacionais assumira já características rotineiras.

No dia 1 de Outubro, a aprovação pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha de um novo horário para o comércio serviu de pretexto para uma série de tumultos e assaltos a casas comerciais. Em causa estava a entrada em vigor de um novo regulamento para o comércio da Vila que estipulava a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais encerrarem às 19H00 no período compreendido entre 1 de Outubro e 31 de Abril, encurtando em uma hora o seu horário habitual de funcionamento.

A contestação popular só acalmou no dia seguinte depois da publicação de um edital onde o Administrador do Concelho de Caldas da Rainha, instando a Câmara Municipal a encontrar uma solução conciliadora para o diferendo, autorizava os estabelecimentos a encerrar às 20h00.²⁰³

No dia 7 de Outubro, no mesmo dia em que embarcava para Moçambique a segunda força expedicionária comandada pelo Tenente-Coronel Moura Mendes, o Ministério das Finanças fazia publicar nova legislação que alargava o leque de matérias-primas cuja exportação passava também a estar proibida.²⁰⁴

Na madrugada de 22 de Outubro, em Cacilhas, dava-se a primeira grande revolta violenta da margem Sul do Tejo. Relacionada com o problema «das subsistências», a revolta dera-se, diziam os operários à imprensa, porque:«[há] 15 meses que o povo trabalhador [daquele] concelho atravessa[va] a mais grave crise. A três ou quatro dias por semana se resum[ia] o trabalho nas fábricas, diminuindo assim os salários a dois escudos e cinquenta centavos (...) Assim [tinham resolvido] levar pela força o que pelo dinheiro ganho não se podia obter (...)»²⁰⁵

Reunindo cerca de dois milhares de operários esta revolta dava continuidade a um ciclo de protestos iniciados algum tempo antes com o assalto aos locais de armazenamento de feijão pertencentes à empresa *Levy & C.ª* sediados no Ginjal.

Em grande alvoroço, uma enorme mole humana partiu de Barroca[s] e dirigiu-se às instalações de uma importante empresa exportadora de azeite onde, a golpes de machado, derrubou as portas do seu armazém invadindo-o em seguida para do seu interior subtrair o tão precioso líquido mas também, e sobretudo, para causar todo o tipo de estragos.

Tendo ao seu serviço apenas quatro polícias e oito elementos da GNR, quatro dos quais tinham sido destacados para o Barreiro onde estava em curso uma greve dos trabalhadores do caminho-de-ferro, o Administrador do Concelho de Almada acabaria por conseguir o envio para o local de um reforço de cerca de uma centena de elementos da GNR provenientes de Lisboa. Uma parte destes efectivos acabou colocada nas embocaduras das ruas próximas ao Largo onde estavam instalados os armazéns e os restantes, à ordem do comandante da força, avançaram para o interior do armazém onde acabaram por ser vítimas de disparos que causaram dois feridos entre as forças da ordem.

Nos confrontos que se seguiram a força da GNR respondeu às agressões com o disparo das suas armas de fogo provocando a debandada geral da turba. Resultado da recontro: uma mulher morta e sete feridos de gravidade diversa e prejuízos avaliados em 700\$00.

²⁰⁰ Lei n. 443, *Diário do Governo* n.º 188/1915, Série I de 1915-09-17.

²⁰¹ V. MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa ...*, p. 145-150.

²⁰² *Idem*, 139-140

²⁰³ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.62/LIV.65, (644-891), *Inquérito sobre os acontecimentos motivados pelo horário aprovado pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha*. Veja-se *Jornal Republica*, n.º 1701 - 04-10-15.

²⁰⁴ Decreto n.º 1933 *Diário do Governo* n.º 203/1915, Série I de 1915-10-07.

²⁰⁵ *Jornal Seculo*, n.º 374 - 22-10-15.

Acalmados os ânimos e protegidos pela força policial, os proprietários do armazém puderam finalmente aceder ao seu interior para fechar as torneiras dos depósitos de azeite que os assaltantes tinham deixado abertas com o intuito de inutilizar tudo o que não tinham conseguido transportar.

Uma semana depois, em Setúbal, o ambiente de conflito que se vivia na margem Sul continuaria com a eclosão de uma greve geral em protesto pela mais recente tabela de preços dos géneros alimentícios publicada pela Comissão de Subsistências.²⁰⁶

No início do mês de Novembro o Juiz da Comarca de Ponte de Sor relatava ao Ministério do Interior os incidentes que tinham ocorrido no seu Tribunal durante o julgamento de um indivíduo por homicídio. «Um crime resultante de paixões políticas entre democráticos e evolucionistas da freguesia de Galvêas [Galveias?]».

Um grupo numeroso e hostil de *Democráticos* invadiu a sala de audiências empenhado na libertação dos réus e ameaçando, segundo os relatos das testemunhas, invadir a cadeia para os libertar. Lamentava-se também o Juiz de que não era «(...) lícito esperar qualquer auxílio do Administrador [daquele] Concelho por sua parcialidade com os desordeiros ser manifesta».²⁰⁷

Alguns dias depois o Administrador do Concelho de Moncorvo participava ao Governo Civil de Bragança que na noite de 11 para 12 de Novembro, na povoação de Mós daquele concelho, se tinham revoltado os respectivos habitantes contra uma patrulha da GNR constituída por duas Praças, «(...)resultando daquela desordem, ser morto a tiro por uma das Praças, um popular e outro ferido. A Praça que disparou o tiro, ficou ferida na contenda e com a arma partida».²⁰⁸

De Norte a Sul, o País é uma vez mais assolado por uma onda de greves em diversos sectores de actividade: no porto de Lisboa greve dos estivadores causada pelo despedimento do presidente da agremiação profissional ; greve dos mineiros em S. Pedro da Cova e assaltos da população às minas do Formigueiro (freguesia de Cabreiros -Arouca)²⁰⁹ para furto de minério; greve dos estucadores e de outros operários da construção civil no Porto; dos ferroviários no Barreiro e dos operários rurais em Braga.

Em Bragança a população invadia ordeiramente a estação ferroviária em protesto contra a companhia nacional de caminhos-de-ferro «por não ter ouvido a solicitação da autoridade administrativa em tempos formulada para não consentir despachos de batatas, carvão vegetal e cereal, para fora do Concelho e principalmente por consentir que os chefes de algumas estações continuassem a negociar e a açambarcar os referidos géneros (...)».²¹⁰ Uma semana antes o Governo, procurando fazer face aos elevados custos da importação de trigo exótico, tinha determinado que até ao final do ano cerealífero de 1918-1919 todas as fábricas de moagem ficavam obrigadas a produzir farinha de três qualidades fixando também no mesmo diploma legal o preço dessas farinhas e do pão que com elas era produzido.²¹¹

Já em Dezembro, a questão dos cereais servirá uma vez mais de pretexto para o confronto da população de Lousada, cerca de cinco centenas de pessoas, com a autoridade administrativa e com as forças policiais e militares.²¹²

No Porto uma greve de operários e costureiras obrigava à intervenção da polícia, GNR e de militares do Regimento da Cavalaria n.º 9. Resultado: «(...) Pranchadas. Prisões e condenações sumárias. Ferimentos». Greves também em Braga (dos carreiros) e em Fronteira (trabalhadores rurais); tumultos no Barreiro, Seixal, Portalegre e S. João da Pesqueira.

O ano de 1915 termina com tumultos na localidade de Dardavaz, onde um padre, administrador do concelho de Tondela mas malquerido pelo povo e pela igreja, entrou em litígio com a população a propósito da interdição da igreja local para a celebração das festividades religiosas natalícias.²¹³

O referido padre, que tinha sido suspenso e impedido de officiar missa pelo Bispo, impediu, enquanto administrador do concelho, o pároco de Dardavaz de exercer o ministério e ordenara o encerramento da igreja paroquial. Com o apoio da população, o pároco de Dardavaz passou então a officiar numa capela situada na mesma freguesia.

²⁰⁶ Jornal *Seculo*, n.º 379 - 27-10-15.

²⁰⁷ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.62/LIV.65, (644-891). Relato efectuado em 3/11/15.

²⁰⁸ *Idem*, Telegrama do Governo Civil de Bragança para o Ministério do Interior datado de 19 de Novembro de 1915.

²⁰⁹ *Idem*, Telegrama do Governo Civil de Aveiro para o Ministério do Interior datado de 18 de Novembro de 1915.

²¹⁰ *Idem*, Telegrama do Governo Civil de Bragança para o Ministério do Interior datado de 28 de Novembro de 1915.

²¹¹ Decreto n.º 2095, Diário do Governo n.º 244/1915, Série I de 1915-11-27.

²¹² Jornal *Republica*, n.º 379 - 15-12-15.

²¹³ Padre «monárquico, brigão, chefe de um grupo de arruaceiros», Jornal *O Democrata* n.º 49, 1/1/16; Jornal *Correio da Beira* n.º 494, 29/12/15.

Contrariado nas suas determinações, no dia de Natal o administrador do concelho apresentou-se na localidade acompanhado por uma força militar e por «vários cabos de polícia, armados de caçadeiras» que detiveram o pároco e outros 14 homens à saída missa, conduzindo-os depois sob prisão para a sede do concelho. No mesmo dia a população de Dardavaz, revoltada com o sucedido, concentrou-se em alvoroço junto aos Paços do Concelho de Tondela e, cercando a força militar ali presente, aproveitou o momento em que os presos eram transferidos para cadeia para «arrancar» o pároco das mãos da autoridade, acompanhando-o em seguida até à sua residência. Os restantes presos acabariam, após decisão do poder judicial, por ser restituídos à liberdade no dia seguinte por não haver fundamento para a sua prisão.²¹⁴

1916

«O Ano Vingador. É um novo pesadelo, talvez - mais sangue, mais lutos, mais desgraças...»²¹⁵

Ano novo, velhas preocupações. O ano começou com uma série de artigos de opinião na imprensa escrita sobre a intensificação da crise económica em Portugal e sobre a ineficácia das medidas que ao longo dos meses anteriores tinham sido tomadas pelo poder político para a debelar. No jornal *Republica* podia ler-se: «(...) desde que rebentou o conflito europeu não tem faltado leis no sentido de atenuar as consequências da situação económica por ele creado. Essa legislação é mesmo já excessiva. Simplesmente é também contraditória, e, por vezes, absurda».²¹⁶

Em meados de Janeiro, um incêndio de grandes proporções no *Depósito Central de Fardamentos* do Exército causou a destruição de muitos milhares de uniformes prontos para distribuição bem como a destruição completa e a derrocada do edifício onde estavam instaladas as oficinas de alfaiataria e calçado no Campo de Santa Clara em Lisboa. Nas operações de combate ao incêndio acabariam por perecer dois bombeiros e ficar feridos cerca de uma dezena de outros indivíduos. Sem que se conhecessem razões objectivas para o deflagrar simultâneo do incêndio em diferentes compartimentos do edifício, a questão acabaria por ser campo fértil para todo o tipo de conjeturas nas páginas dos jornais sobre os possíveis autores de uma acção que muitos consideravam ter sido deliberada.²¹⁷

Enquanto isso, o comandante da circunscrição do Norte da Guarda Fiscal informava o Ministério do Interior da apreensão pela Secção Fiscal Celorico de Basto de «31 Revolveres, 10 Pistolas automáticas, 25kg de munições, 180 caixas de fulminantes, 20 liaças de rastilho, 1 cabeça de gado muar, tudo no valor aproximado de 257\$00».²¹⁸

A par do destaque dado às investigações efectuadas pelas autoridades competentes ao incêndio do *Depósito Central de Fardamentos*, nas últimas semanas de Janeiro a imprensa escrita fazia eco insistente da «crise do papel» que obrigava a uma gestão muito estrita do papel disponível para a impressão de jornais.

A partir do dia 22 é a questão da «carestia» que volta à ordem do dia com um alerta sobre a iminente interrupção da venda de carne na cidade de Lisboa. Os talhantes entendiam que, perante as dificuldades económicas em que vivia a maior parte da população, não era possível continuar a aumentar o preço de venda da carne para fazer frente aos valores cobrados pelos seus fornecedores.

E seriam precisamente as dificuldades causadas pela subida excessiva dos géneros de primeira necessidade a servir de força motriz para a mais significativa alteração da ordem pública vivida em Lisboa ao longo de todo o ano de 1916.

Seja pelos relatos oficiais do desenrolar dos acontecimentos, seja pelas notícias saídas nas páginas dos jornais de então é possível constatar que, num rotineiro ciclo comum a ocorrências anteriores, a eclosão dos protestos começara a ser anunciada alguns dias antes com o aparecimento e difusão de todo o tipo de boatos nem sempre relacionados com a questão da «carestia».

Assim, a partir do dia 29 de Janeiro, todas as forças policiais, da GNR e da *Guarnição Militar de Lisboa* tinham sido colocadas em estado de prevenção rigorosa.

Os tumultos, organizados pela *União Operária Nacional* e pela *Federação da Construção Civil*, acabariam por rebentar durante a tarde do mesmo dia e, com uma violência inusitada durante a noite, por prolongar-se

²¹⁴ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.64/LIV.66, (12-45).

²¹⁵ Jornal *Republica*, n.º 1787 - 1-1-16.

²¹⁶ Jornal *Republica*, n.º 1799 - 14-1-16.

²¹⁷ Jornal *O Mundo*, n.º 5570 - 14-1-16.

²¹⁸ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.65/LIV.66, (46-...). V. Jornal *O Seculo*, n.º 464 - 23-1-16.

pelos dois dias seguintes. Incidindo sobretudo nos bairros de Campo de Ourique e de Alcântara, os tumultos tinham sido planeados, segundo o jornal *O Seculo*, por «indivíduos de ideias avançadas que planeavam uma insurreição contra os açambarcadores de géneros, tendo delineado assaltos a padarias e estabelecimentos de viveres em vários pontos da capital».²¹⁹

A onda de destruição empreendida pelos manifestantes teve início por volta das 20h nas proximidades de Campo de Ourique onde se concentrou um grupo de cerca de uma centena de populares armados de cacetes, armas de fogo e «bombas». Seguindo pela Rua das Amoreiras, a turba avançou em direcção ao centro de Campo de Ourique praticando todo o tipo de violências sobre os comerciantes com quem se cruzavam.

Deambulando por diversas ruas do bairro, os arruaceiros acabariam por ver a sua progressão travada pela intervenção musculada de duas formações de Cavalaria da GNR.

«O bando de revoltosos recebeu a guarda republicana a tiro e com bombas, ouvindo-se o estampido de quatro, uma das quaes veio com os seus estilhaços deitar por terra uma mulher (...). Os soldados que vinham debaixo de forma, fizeram alto e meteram as espingardas à cara, fazendo fogo mas não ferindo pessoa alguma. Tudo largou a fugir pela rua do Possolo enquanto na rua de Campo de Ourique os soldados de cavalaria corriam à espadeirada os que por ali se punham em fuga, efectuando 20 prisões (...)».

Em grande correria, os manifestantes dispersaram por diversas ruas acabando por reagrupar-se já em Alcântara onde, com indivíduos armados de machados e «*brownings*», organizaram nova investida contra os estabelecimentos de venda de géneros alimentícios.

Travados uma vez mais pelas forças da GNR, os manifestantes entrincheiraram-se junto à linha de caminho-de-ferro de onde apedrejaram as forças da ordem. Acabaram em debandada depois dos elementos da GNR reagirem às agressões com o disparo para o ar das suas armas.

Durante a madrugada, cerca da 1h30h, uma força de cavalaria da GNR que recolhia ao *Quartel do Carmo* acabou emboscada a tiro e à bomba quando subia a calçada existente nas traseiras da estação do Rossio. Na plataforma superior da estação estava uma força da Guarda Fiscal que correu em auxílio «entrando todos a disparar tiros em várias direcções, numa confusão e barafunda enormes». O ataque foi prontamente comunicado ao Governo Civil de Lisboa que fez deslocar para a baixa da cidade uma força mista de Infantaria e Cavalaria da GNR que, juntamente com uma companhia do Regimento de Infantaria n.º16 interdito o Rossio à circulação de automóveis e de pessoas.

Por volta das 2h nova emboscada com arremesso de petardos e disparos sobre uma força pertencente à 1.ª Companhia do Batalhão n.º 1 da GNR que se deslocava pela Rua do Jardim do Regedor em direcção ao quartel do Carmo.

Em simultâneo, no Rossio era lançada uma bomba e disparados tiros a partir do Largo de S. Domingos sobre algumas Praças que tomando conhecimento dos confrontos em curso a poucas centenas de metros da sua posição, manobravam para partir em auxílio da força que estava encurralada na Rua do Jardim do Regedor. A força emboscada ripostou ao fogo acabando por sofrer 15 feridos (2 graves – com perda abundante de sangue) causados pelo arremesso de uma bomba carregada de metralha que atingiu com maior violência as Praças que marchavam na rectaguarda da coluna de marcha a duas fileiras e a espaços abertos para, precisamente, atenuar os efeitos causados pela explosão de bombas.²²⁰ No Rossio as forças da GNR dispersavam os ajuntamentos da população com disparos para o ar e à coronhada. Os mais recalcitrantes, cerca de seis dezenas, acabaram detidos no Governo Civil de onde a partir das 4h começaram a ser transportados para o Arsenal da Marinha e posteriormente para bordo de um navio de guerra ancorado no Tejo para interrogatório director da polícia de investigação.

Ao longo de todo o dia 30 as forças da GNR aquarteladas em Lisboa mantiveram-se em «prevenção à vontade». Da capital saíram cerca das 13h para a Amadora e Cascais duas forças de cavalaria (6 e 12 cavalos respectivamente) para manutenção da ordem pública e, por volta das 15h, um piquete do 3º Esquadrão da GNR saiu para auxiliar «o serviço de condução de presos e evitar (...) o ataque à esquadra da Policia Cívica de Terramotos» a pedido da mesma esquadra.

As escaramuças mais ou menos violentas sucediam-se um pouco por toda a cidade de Lisboa levando a que, a partir das 18.00h, as forças da GNR fossem colocadas no estado de «prevenção armada».

²¹⁹ Jornal *Seculo*, n.º 12264 - 30-1-16.

²²⁰ Relatório enviado pelo Comandante-Geral da GNR ao Ministro do Interior em 01-02-16 ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.65/LIV.66, (46-...) V. Jornal *Diário de Noticias*, n.º 18041 - 30-1-16; Jornal *Seculo*, n.º 12264, 30-1-16.

A partir das 19h foi montado um serviço de patrulhas para vigiar e proteger as legações da Alemanha e da Áustria, mas também as fábricas de armamento de Braço de Prata e de pólvoras de Chelas.²²¹

Nas primeiras horas da noite as condições de segurança no bairro de Alcântara, e em especial em torno da esquadra de polícia de Terramotos, agravou-se e obrigou a um reforço das forças policiais. Cerca das 21h o comandante do Posto Fiscal do Rossio informava o Governo Civil de que tinha sido lançada uma bomba para a Calçada da Glória a partir do miradouro de S. Pedro de Alcântara, «com o fim de atingir o quartel da Guarda Fiscal ou o depósito de água da estação do Rossio». Ao mesmo tempo que pedia ajuda para vigiar «as grades de S. Pedro de Alcântara, rampa da estação do Rossio e Escadinhas do Duque. Saiu em seu auxílio uma força de 10 Praças da 1.^a Companhia da GNR comandada por um Sargento. Os ataques repetir-se-iam durante a noite em vários momentos até que cessaram completamente e a cidade de Lisboa voltou à tão ambicionada tranquilidade.

Nos primeiros três dias do mês de Fevereiro seria a capital do Algarve a ser devastada por confrontos violentos entre a população e as forças da autoridade na sequência de protestos pela carestia de vida. Um movimento de protesto que as autoridades caracterizariam mais tarde como «acentuadamente sindicalista» pela presença de agitadores vindos de Lisboa.

Depois de um dia em que propagandistas anónimos palmilharam a cidade de Faro distribuindo panfletos reivindicativos ao mesmo tempo que punham a circular inúmeros boatos, no dia 2 de Fevereiro um grupo numeroso de populares dirigiu-se ao Governo Civil para expor as suas reivindicações.

Dispostos a transmitir aos manifestantes os resultados das conversações, a comissão representativa da população que se tinha reunido com o Governador Civil manifestou a intenção de discursar nas imediações do edifício mas foi impedida pelas forças policiais aí presentes. Impedidos de se reunirem naquele local, os manifestantes acabaram por seguir para o centro da cidade de Faro em ambiente de grande hostilidade, forçando à sua passagem o encerramento dos estabelecimentos comerciais sem que as forças de polícia e da GNR conseguissem contrariar tais actos pelo insuficiente número de efectivos de que dispunham.

Previendo o alastramento do conflito a outras áreas da cidade, o Governador Civil ordenou o reforço da segurança da «fábrica de electricidade», do mercado, das moagens e padarias e, também das fábricas de conservas.

Sem grande oposição por parte das forças policiais e da Guarda Republicana, as escaramuças sucederam-se ao longo de todo o dia e noite de 2 de Fevereiro. O reforço de segurança determinado pelo Governador Civil só começaria a ser implementado nessa noite após a chegada a Faro de mais efectivos da GNR.

Alguns dos cabecilhas do movimento acabariam por ser capturados já na manhã do dia seguinte sem que, no entanto, cessasse a desordem na cidade. Pelas 10h a população voltou a concentrar-se na praça fronteira ao Governo Civil onde «tentou desarmar uma patrulha de infantaria» que estava presente no local. O escalar da violência acabaria por obrigar ao empenhamento de uma força de Cavalaria da GNR para, em conjugação de esforços com os elementos da Polícia, fazer dispersar a multidão. Referem os relatos dos acontecimentos que no momento da intervenção daquela força, junto ao coreto existente na Praça «ouve-se forte detonação, produzida por bomba explosiva [que] feriu um popular e um cavalo».

Da intervenção das forças policiais resultou a prisão de inúmeros manifestantes que ficaram detidos a bordo de embarcações da Marinha até ser determinada a sua transferência para a cadeia da Comarca.

Alguns dias depois uma nova legislação estabelecia que « [ficassem] a cargo do Governo todas as providências destinadas a promover o abastecimento do país de matérias primas e de mercadorias de primeira necessidade e a normalizar os mercados internos». Pelo mesmo Diploma eram criadas a Comissão Central de Subsistências e as Comissões Distritais de Subsistências; conferia-se autorização ao governo para efectuar requisições de matérias primas e de meios de transporte indispensáveis à defesa ou à economia nacional; fixa-se um regime geral de preços que determinava a obrigatoriedade de homologação pela Comissão Central das tabelas de preços estabelecidas pelas Comissões Distritais; determinavam-se penalizações para a recusa de venda de matérias-primas excedentárias; etc..²²²

No dia 23 acontecem os primeiros apresamentos de navios alemães.²²³ Na Câmara dos Deputados Simas Machado pedia a palavra para declarar que, «em nome da minoria evolucionista, que [no dia 25], por

²²¹ *Idem*, Forças pertencentes aos 1.º, 2.º e 3.º Esquadrões da GNR que disponibilizaram 4 patrulhas a 4 homens cada.

²²² Lei n.º 480, Diário do Governo n.º 22/1916, Série I de 1916-02-07.

²²³ V. TELO, António José, SOUSA, Pedro Marquês de, *O CEP – os Militares Sacrificados pela Má Política ...*, pp. 98-120.

intermédio do Sr. Presidente do Ministério, ou de qualquer outro Sr. Ministro, o Governo [desse] explicações à Câmara acerca da requisição dos navios alemães, surtos nas águas portuguesas».²²⁴

No dia 25 o Presidente do Ministério e Ministro das Finanças Afonso Costa, «apimentando diversas considerações acerca da requisição dos mesmos navios» dirigiu-se à Câmara nos seguintes termos:

«Sr. Presidente: tive informação de que dois ilustres Deputados da oposição desejavam, interpelar o Governo. Estou inteiramente à disposição da Câmara e de qualquer ilustre Deputado para responder a quaisquer perguntas. Informações acerca do que se passou a propósito dos navios alemães, parecem-me desnecessárias, porque os jornais deram disso notícia circunstanciada, tendo sido publicado no Diário do Governo o decreto que expõe as circunstâncias em que o Governo procedeu, absolutamente dentro da esfera de acção cometida ao executivo pela legislação em vigor.»²²⁵

Pouco tempo depois seria desbloqueado o tão aguardado empréstimo de dois milhões de Libras solicitado por Portugal à Inglaterra para a compra de trigo e material de guerra.

A partir de Março de 1916 todas as atenções e prioridades se centram na edificação e treino de uma força militar expedicionária portuguesa para empenhamento na frente europeia da Guerra.

Em princípios de Março eram dissolvidas a *União Operária Nacional*, a *Federação da Construção Civil*, a *Federação das Indústrias Metalúrgicas* e a *União dos Sindicatos Operários de Lisboa*.²²⁶ Um pouco por todo o lado, como por exemplo em Tomar, continuavam as acções violentas, os confrontos entre o povo e as forças de segurança com recurso a armas de fogo e bombas, os assaltos a armazéns de víveres, etc.

No dia 9 de Março de 1916 «O Governo Imperial [alemão] [via-se] forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento [leia-se alinhamento com a Inglaterra e apresamento dos navios alemães] do Governo Português. Considera[va]-se de agora em diante como achando-se em estado de guerra com o Governo Português».²²⁷

Menos de uma semana depois Bernardino Machado, privilegiado conhecedor dos meandros da política nacional e das suas idiossincrasias, apadrinhava a criação de uma coligação partidária tendo em vista uma solução governativa plural que garantisse a defesa dos interesses nacionais naquele momento de verdadeira emergência nacional. Afonso Costa cede o lugar ao *Evolucionista* António José de Almeida, futuro chefe de um Governo «em que se acha[va]m representados dois partidos da República, o Partido Republicano Português e o Partido Republicano Evolucionista, e ao qual assegurou todo o seu apoio o Partido Republicano Unionista.»²²⁸

Em sintonia com os propósitos do Presidente Bernardino Machado, António José de Almeida declarava:

«Uma condição suprema se impõe consequentemente ao nosso patriotismo: reunir todos os portugueses em prol da causa sagrada da independência e integridade nacional, dando tréguas a quaisquer lutas e dissensões internas que nos enfraqueceriam perante o inimigo comum e envidando mais do que nunca, fervorosamente, todos os esforços para que esta Pátria seja, no momento mais grave da sua história, digna de si mesma.»²²⁹

Este governo da «União Sagrada», que contou inicialmente com um alargado apoio popular, rapidamente entraria em desgraça. «A “União Sagrada” funciona mal desde o primeiro momento. António José de Almeida cedo percebe que não controla nada de importante e que só ali está como figura decorativa, para dar cobertura interna à política guerrista de Afonso Costa (...)»²³⁰

²²⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 48, 24-02-16.

²²⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 49, 25-02-16.

²²⁶ FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo ...*, p. 163.

²²⁷ Declaração de Guerra lida no Congresso no dia 10 de Março de 1916. *Diário do Congresso*, Sessão de 10-03-16.

²²⁸ V. TELO, António José, SOUSA, Pedro Marquês de, *O CEP – os Militares Sacrificados pela Má Política ...*, pp. 106-109. V. também MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa ...*, pp. 191-267; MENESES, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra (1916-18)*, Lisboa: Cosmos, 2000.

²²⁹ Discurso de António José de Almeida na apresentação do Governo à Câmara dos Deputados, *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 53, 16-03-16, pp. 4 *et seqs.*

²³⁰ V. TELO, António José, SOUSA, Pedro Marquês de, *O CEP – os Militares Sacrificados pela Má Política ...*, p. 106.

Defraudadas as expectativas gerais pela degradação económica e social contínua do país ditada pelo estado de guerra, o governo de António José de Almeida cairia um ano depois.

Em meados de Abril a tensão social é uma realidade diária e o conflito é uma situação que surge frequentemente do nada e pelas razões mais comezinhas.

Em Coimbra Soldados da *Companhia de Telegrafistas de Praça* em serviço no posto telegráfico do Regimento de Infantaria n.º 35 travaram-se de razões com um guarda da «Policia Judiciária» «a propósito de uma meretriz». Um Soldado puxou do sabre para agredir o polícia, envolvendo-se em seguida, juntamente com outros militares que o acompanhavam, numa série de confrontos físicos que acabaram por ditar a sua detenção.

Na confusão o Soldado acabou por ferir com o sabre duas meretrizes ao tentar agredir o «guarda da judiciária» acabando detido por uma força militar que entretanto tinha sido chamada para pôr cobro aos desacatos, e que o conduziram em seguida à Unidade militar de origem.

Algum tempo depois o mesmo indivíduo acabaria por sair da Unidade sendo de imediato capturado pela polícia que, desta feita, o conduziu sob prisão à cadeia civil da cidade. Indignados com a forma, alegadamente, menos correcta como a polícia estava a tratar o militar, outros Soldados fizeram frente à força policial impedindo a sua passagem e exigindo a libertação do seu camarada.

Nos graves tumultos que seguiram já à porta da cadeia, o Cabo, comandante da força militar que fazia segurança à cadeia civil, mandou formar a guarda e ordenou, adoptando um procedimento contrário aos regulamentos do exército, que disparassem sobre a polícia. Polícia que, incapaz de resistir, procurou refugio na esquadra mais próxima onde procuraram repelir uma tentativa de invasão das instalações por parte dos militares e grande número de populares.²³¹

Dois dias depois, em Lisboa, um pavoroso incêndio consumia grande parte das instalações do Arsenal da Marinha. Com início no laboratório químico da Escola Naval, o fogo rapidamente se estendeu a todo o edifício destruindo por completo a *Sala do Risco* e uma parte muito significativa da *Escola Naval* e respectivo museu.

Tal como sucedera por altura do incêndio no *Depósito Central de Fardamentos* do Exército, com os edifícios ainda em chamas e sem qualquer tipo investigação efectuada relativamente às causas do incêndio, os boatos que correram céleres pela cidade garantiam: «Foi lançado, não há que ver! (...) não duvidando pessoa alguma de que agentes alemães tivessem sido os incendiários».²³² No jornal *O Mundo* ficava o alerta: «Há lobos no povoado!»

No mesmo dia o Cardeal-Patriarca de Lisboa, que uma semana antes enviara uma missiva ao Presidente onde se queixava das «perseguições feitas à Igreja de Portugal, publicava, a propósito da declaração de guerra a Portugal, uma exortação aos católicos onde afirmava peremptório: «Os católicos portugueses não renunciam às suas reclamações mas tem o dever de se sacrificarem pela causa da Pátria».

No mês de Maio a onda de greves continua. A falta de entendimento entre o operariado e o patronato do sector da metalurgia conduz ao encerramento das indústrias enquanto os «Carroceiros», que tinham conseguido paralisar a quase totalidade dos transportes na cidade de Lisboa, acabam por voltar ao trabalho após a intervenção do Governo.

Em finais do mês de Maio começavam os deslocamentos das Unidades militares convocadas para as grandes manobras de Tancos. Com a mobilização e os primeiros embarques ferroviários das Unidades surgiam também as notícias, nem sempre verdadeiras, de insubordinações e recusas de embarque.

No dia 23 partiam para Tancos as forças de Infantaria 21 (Covilhã) e no dia seguinte as de Infantaria 24 (Aveiro); Grupo de Metralhadoras n.º 7 (Castelo Branco) e Infantaria 28 (Águeda) com revista pelo Ministro da Guerra Norton de Matos na povoação de Barrosa.

Ao longo das semanas seguintes toda a imprensa escrita nacional centrava a sua atenção, controlada pela acção da censura, nos exercícios da *Divisão de Instrução* em Tancos. Dia após dia os jornais enviavam «missões» especiais ao campo de manobras para acompanhar as frequentes visitas realizadas pelas mais distintas personalidades civis e militares, mas também para registar os pormenores mais pitorescos da actividade diária dos militares. No dia 22 de Junho tem lugar o grande desfile das forças em instrução em Montalvo, a parada militar que confirmava o chamado *Milagre de Tancos*. Fosse pela acção da censura militar, fosse pela total incapacidade de avaliação do estado de espírito de muitos dos militares presentes em Tancos, nenhum jornalista mencionou nos seus artigos os casos de indisciplina e de oposição à mobilização para a guerra que se iam manifestando e que, já na Flandres, acabariam por se intensificar.

Em Lisboa a produção legislativa continuava. No dia 23 o Governo alterava algumas disposições do

²³¹ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.68/LIV.66, (300-367), 16 de Abril de 1916.

²³² V. Jornal *Século*, n.º 548 - 18-4-16; Jornal *O Mundo*, n.º 5665 - 19-4-16; Jornal *Republica* - 20-4-16.

Código Administrativo em vigor desde 1913 e estabelecia uma nova organização dos corpos administrativos a nível nacional. No dia 30 o Decreto n.º 2488 determina a obrigatoriedade de declaração das existências bem como das quantidades produzidas de milho, trigo e centeio; a adopção de instrumentos de cálculo do consumo de cereais por concelhos e; regulamentava o comércio de trigo. Em meados do mês de Julho o manifesto obrigatório das quantidades produzidas e armazenadas de cereais tinha já sido alargado a outros géneros alimentícios considerados essenciais.²³³

No início do mês de Agosto católicos e laicos continuavam a esgrimir argumentos em torno da reactivação do Corpo de Capelães militares e da integração dos mesmos nos contingentes de forças expedicionárias em preparação.

Confrontado com as queixas apresentadas pelo comandante da 5ª Divisão Militar (Coimbra) ao Ministério do Interior a propósito da frequente requisição, com grave prejuízo para a actividade diária das respectivas Unidades, de forças militares para a manutenção da ordem pública que grande número de vezes regressavam a quartéis sem que tivessem sido empenhadas nas tarefas para as quais tinham sido requisitadas, o Secretário-Geral do Ministério do Interior instruiu, por ofício datado do dia 1 de Agosto, todos os Governadores Civis dos Distritos existentes no País no sentido de que «de futuro nenhuma força militar [fosse] requisitada, por motivo de ordem pública, sem que se [mostrasse] haver para isso absoluta e inadiável necessidade».

Aproveitando a oportunidade o Ministério do Interior alertava também as autoridades administrativas distritais para as obrigações decorrentes da afixação dos editais para a convocação de Praças para as revistas anuais de inspecção:

«(...) algumas autoridades administrativas quando recebem as ordens de requisições militares não têm procedido em harmonia com as disposições regulamentares em vigor, na parte que expressamente lhes diz respeito, e podendo resultar de essa falta não só complicações para o serviço do Exército como graves prejuízos para os habitantes das diversas localidades que suportam os encargos de satisfazer requisições (...).²³⁴

No último dia do mês de Agosto reunia o Congresso da República para, entre outras questões, votar uma moção de confiança ao Governo de António José de Almeida e debater o restabelecimento da pena de morte em tempo de guerra para casos de traição. Sessão muito concorrida, com as galerias do hemiciclo completamente preenchidas por público anónimo.

No exterior o ajuntamento de populares começara muito antes da abertura das portas do Congresso. Antecipando eventuais de alterações da ordem pública, o Governo Civil ordenara durante o dia a concentração de um Esquadrão de Cavalaria da GNR no quartel de bombeiros existente na Avenida de acesso ao Largo das Cortes onde se manteve de prevenção.

Vindo do Terreiro do Paço, surgiu em determinado momento na avenida um grupo numeroso de manifestantes, merceeiros protestando pela falta de açúcar e reclamando a abolição da tabela de preços em vigor e operários vindos de uma sessão da *União Nacional Operária*, que, forçou o cordão policial existente no local e avançou para o Largo das Cortes em grande algazarra e aos gritos de «abaixo a pena de morte».

Como os protestos aumentassem de intensidade e a polícia se revelasse incapaz de travar a progressão da multidão, o Esquadrão da GNR avançou na direcção dos manifestantes sendo recebido à pedrada e a tiro. Procurando repelir as agressões de que eram alvo, as forças da GNR carregaram sobre os manifestantes obrigando-os a recuar para as embocaduras das ruas circundantes onde o seu acesso ao Largo foi bloqueado.

Algum tempo depois, a chegada de reforços da GNR fazia aumentar os protestos. Seguiram-se novos apedrejamentos contra os elementos da polícia e da GNR que, para se defenderem, se viram obrigados a disparar para o ar as suas armas de fogo.

Saídos do edifício das Cortes, alguns Deputados acabaram por ser perseguidos e agredidos por elementos da multidão em fúria ao mesmo tempo que polícias e marinheiros faziam cerca de duas dúzias de detenções.

Com o passar das horas, e com a chegada de ainda mais forças de Cavalaria da GNR, a tranquilidade foi se instalando gradualmente. Com as tabernas encerradas à força pelas forças da ordem pelas 21h «o sossego era completo».

Na primeira quinzena de Setembro não se registaram, a julgar pela leitura dos principais jornais da época,

²³³ Lei n.º 621- *Diário do Governo* n.º 126/1916, Série I de 1916-06-23; Decreto n.º 2488 - *Diário do Governo* n.º 131/1916, Série I de 1916-06-30; Decreto n.º 2515 - *Diário do Governo* n.º 142/1916, Série I de 1916-07-15.

²³⁴ MI_DGAPC_1aREP_MÇ.69_LIV.66, (368-625).

ocorrências relacionadas com a alteração da ordem pública dignas de menção especial. A rotina das greves, dos tumultos e dos assaltos violentos só a partir de 17 de Setembro voltava a ser notícia: «Andava-se num sequeiro de noticiário, n'uma carestia de acontecimentos que fazia aflição. De repente, zás, bumba, desenvolvem-se cataratas de pormenores e (...) desatam a chover os casos»²³⁵.

Nesse dia, na localidade de Pego no Distrito de Santarém, a detenção pela GNR de um indivíduo embriagado que se tinha envolvido em agressões durante uma festa popular acabou por se transformar num tumulto popular generalizado e violento. Um grupo de civis que presenciara a detenção do indivíduo embriagado resolveu confrontar a força da GNR responsável pela detenção (12 Praças de Infantaria) procurando libertar o detido.

Na confusão que se seguiu a população tentou agredir os agentes da autoridade e estes reagiram fazendo uso das armas de serviço. Houve disparos de parte a parte que causaram a morte a dois civis atingidos por bala na cabeça; dois civis feridos por bala ou estilhaço de bomba; dois civis feridos à coronhada pela GNR e; um Praça da GNR ferido por disparo de arma de fogo.²³⁶

Na segunda semana de Outubro a cidade do Porto voltaria a ser palco de intensos e violentos confrontos entre populares, militares e forças policiais.

Num crescendo de tensão relatado pelo Comissário Geral da Polícia, ao longo do mês de Setembro elementos «Socialistas» da cidade do Porto tinham posto em marcha uma campanha contra a crise das subsistências que rapidamente foi aproveitada para o lançamento manifestos clandestinos onde se mobilizava o povo para o saque de armazéns de géneros alimentícios e para todo o tipo de manifestações disseminadoras da desordem. Manifestações onde eram frequentes os gritos contra a Guerra, o Governo e a República e que foram sendo repelidas à força pela polícia, auxiliada pela Cavalaria da Guarda Republicana. «Era a exploração política, feita à sombra da carestia de vida»²³⁷

Paralelamente ao aumento do número de manifestações, e a maior parte das vezes no decurso das mesmas, cresceu também o número diário de casos de ingerência e confronto directo entre militares e elementos das forças da ordem (GNR e polícia), um problema que o relator atribuía ao facto do alistamento militar regional então seguido facilitar a concentração nos Regimentos dos principais centros urbanos de «uma grande percentagem de elementos irrequietos e até criminosos, sempre perturbadores, que permanecendo no seu meio e mantendo todas as suas ligações com a camada social em que viviam, se encontra[vam] sempre dispostos a solidarizarem-se com o público em quaisquer motins populares e até, os que [tinham] cadastro na policia, e não [eram] poucos no Porto, a aproveitar a sua nova situação para o ajuste de velhas contas».²³⁸

Os primeiros confrontos violentos terão tido lugar no dia 5 de Outubro. Um «simulacro de batalha à pedrada» entre jovens indignou o povo presente na Praça da Liberdade para assistir a uma sessão de cinema ao ar livre e levou o Presidente da Câmara a solicitar a presença da polícia para resolução dos desacatos. Intervindo de forma pronta e decisiva, a polícia fez dispersar a maioria dos jovens e conduziu os mais obstinados ao posto de polícia mais próximo. Os numerosos militares presentes no local tomaram então partido dos presos tendo algumas dezenas deles procurado, com a ajuda de outros populares, libertá-los das mãos da polícia. Não conseguindo concretizar os seus intentos durante o transporte dos presos, acabaram por dirigir-se ao posto policial, ameaçando invadi-lo ao mesmo tempo que apedrejavam o edifício e insultavam a polícia.

No dia 8 de Outubro na Praça da Ribeira, cerca das 9h da manhã, um Soldado do Regimento de Infantaria n.º6 já com largo cadastro na polícia e muito embriagado, travou-se de razões com um «paisano» e, de sabre em punho, ameaçou todos quantos se lhe aproximavam acabando por ser desarmado e detido por um agente da polícia. Apareceram então outros militares e grande número de civis que em grande algazarra acompanharam a condução do preso à esquadra mais próxima. Já no local, alguns populares começaram a instigar os militares a invadir a esquadra para libertar o seu camarada fazendo correr o boato de que o Soldado tinha sido morto na esquadra pelos polícias. Ao mesmo tempo «conhecidos sindicalistas recomendavam aos soldados e ao povo que corressem aos quartéis a chamar os militares para virem vingar a morte do seu camarada».

A ordem acabou por ser restabelecida com a chegada da Guarda Republicana e de reforços policiais vindos de outras esquadras da cidade. Dispersada a multidão de civis e militares oriundos dos diversos Regimentos

²³⁵ Jornal *Seculo*, 18-9-16.

²³⁶ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.70/LIV.66, (626-720).

²³⁷ Relatório do Comissário Geral da Polícia do Porto, 18-11-16, ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.70/LIV.66, (626-720).

²³⁸ Prova do aumento da delinquência no interior dos quartéis, em 1915 teriam sido reportados 31 casos de furtos no interior dos quartéis e nos primeiros dez meses de 1916 a cifra situava-se já nas sete dezenas. *Idem*, p.2.

da cidade que se tinha aglomerado junto à esquadra, deu-se início do transporte dos militares detidos para os respectivos Regimentos.

«Daí em diante não houve mais sossego na cidade, grupos de soldados de todos os regimentos percorriam as ruas de mistura com paisanos e inúmera garotada insultando e espancando os agentes da policia, numa perseguição desenfreada e feroz que os não poupava em parte alguma, indo agredi-los dentro dos carros eléctricos e violando os domicílios dos cidadãos que lhes davam guarida. Lugares houve em que a luta foi mais renhida entre atacantes e atacados, com larga troca de espadeiradas e tiros de revolver, de mistura com inúmeras pedradas».

Soldados pertencentes ao Regimento de Artilharia n.º 6 colocados no tabuleiro superior da ponte D. Luís I apedrejavam com paralelepípedos arrancados ao pavimento da ponte os polícias em serviço na margem do rio.

Nas ruas principais do centro da cidade «o espectáculo (...) tornou-se o mais indecoroso e vexatório que pode imaginar-se, o prestígio da autoridade estava em farrapos, uma vergonha impropria de uma cidade civilizada. Bandos de soldados dando caça à policia numa fúria selvagem que nada respeitava e a canalha e o rapazio à solta, seguindo esse triste exemplo, tripudiando impune, cobrindo de insultos e vexames os agentes da ordem e de segurança pública». Só ao cair da noite os soldados começaram a desaparecer das ruas.

No dia 9 a cidade estava tranquila à excepção das ruas vizinhas ao aquartelamento do Regimento de Infantaria n.º 18 onde, desde cedo, havia ajuntamento de populares. Na Praça da República uma grande massa de civis e militares insultavam e agrediam os polícias que por ali passavam a pé ou mesmo no interior dos eléctricos.

Com o passar das horas a arruaça em torno daquela Praça foi crescendo mantendo-se o resto da cidade tranquila. Nas ruas Heliodoro Salgado e Gonçalo Cristóvão que desembocam na Praça da República, soldados de Infantaria n.º 18 apedrejaram dois policias que guardavam dois prédios arrolados judicialmente.

Ao passar próximo do quartel de Infantaria 18, um Chefe e um Cabo da polícia acabaram cercados por grande número de soldados. Um dos soldados agrediu o cabo da polícia com uma pedra e este respondeu ferindo-o com o seu sabre de serviço enquanto o Chefe teve que «puxar pelo revolver para evitar que os soldados o [espancassem]».

A meio da tarde os ataques nas ruas Heliodoro Salgado e Gonçalo Cristóvão repetiram-se. Infantaria 18 assumiu o policiamento da Praça da República e a força policial recolhe à esquadra da Rua do Bonjardim.

A partir das 17h foi levantada a prevenção nos quartéis! «Dos diferentes pontos da cidade, pelos telefones, se avisa para o Comissariado que grande número de Soldados percorriam as ruas em atitude pouco tranquilizadora e que ao passarem pelas esquadras dirigiam insultos e ameaças à policia.»

Na Rua do Bonjardim uma grande massa de Soldados de Infantaria 18, Cavalaria 9 e paisanos, assaltavam a esquadra e perseguiram três Guardas que se tinham refugiado na oficina de um carpinteiro. Quase à mesma hora cena idêntica se passava na rua Heróis de Chaves onde populares e Soldados de diferentes regimentos invadem uma ilha em perseguição de um Guarda que conseguiu escapar-lhes. «Todas as casas são violadas de sabre em punho, estabelecendo um terror enorme em dezenas de mulheres e crianças.»

Atacados uma segunda vez, os efectivos da esquadra do Bonjardim trataram de repelir o ataque e impedir o assalto disparando das janelas até ao completo esgotamento das munições. Vidros e janelas partidas, azulejos despedaçados «e até os varandins das janelas do rés-do-chão que são de ferro, foram quebrados.» Ficaram feridos sem gravidade dois Cabos e dois Guardas. Pelas 19 horas foi assaltado o Posto de Polícia nº 3 (Largo do Campo Pequeno) por grande número de populares e por Soldados de Infantaria 31 e Cavalaria 9.

Dispersada pela GNR a multidão que tinha investido sobre a 4.ª esquadra, os atacantes seguiram pela Rua do Bonjardim em direcção à 9.ª esquadra que às 19 horas contava com uma guarnição composta por um Chefe, cinco Cabos e 26 Guardas. Encontrando as ruas que ligavam a Praça da Liberdade à Praça Coronel Pacheco (Travessa de S. Carlos, Travessa do Coronel Pacheco e Rua Coronel Pacheco) onde se localizava a 9ª esquadra, ocupadas pela polícia que lhes barrava a passagem, seguiram pela Rua Mártires da Liberdade até à rua da Conceição onde se foram reagrupando «soltando clamores contra a polícia e ovacionando o Exército». Pela cidade corria célere a notícia do assalto a outras esquadras enquanto «a atitude cada vez mais irrequieta da populaça e a falta de iluminação pública, dava[m] ao local um aspecto sinistro que levou os negociantes a fecharem apressadamente os seus estabelecimentos.»

Subindo da Rua do Almada, chegou à Rua da Conceição uma força armada de Infantaria 18 comandada por um oficial e «completamente envolvida por grande multidão de díscolos que soltavam vivas ao Exército e morras à policia». Aí reunidas e misturadas, as duas massas de manifestantes seguiram com a força militar até ao Largo formado pelo encontro das duas ruas, Coronel Pacheco e Mártires da Liberdade, onde redobrou o

clamor contra a polícia. Passados alguns instantes um grupo de civis e militares «em atitude de aberta hostilidade» começou a subir a Rua Coronel Pacheco em direcção à esquadra, ao mesmo tempo que outro grupo «sempre envolvendo a força armada» subia pela Rua Mártires da Liberdade até à Travessa do Coronel Pacheco onde uma força de polícia os esperava e lhes travou o avanço de sabre em punho.

Os restantes manifestantes continuaram a subir a Rua dos Mártires da Liberdade procurando alcançar a Praça Coronel Pacheco pela Travessa de S. Carlos.

Na Travessa do Coronel Pacheco soaram entretanto os primeiros tiros de revólver e pistola disparados pela polícia ao procurar repelir a multidão que aos poucos se ia aglomerando no local. Em pânico e num ambiente de confusão geral a multidão começou a recuar em desordem encontrando na retirada a força que subia a Rua Mártires da Liberdade.²³⁹

«Soa então a hora trágica de todos estes acontecimentos: a força militar desorganiza-se, os soldados destroçando sem qualquer voz de comando, abrem fogo individual uns, outros correm a procurar abrigo e ainda outros, correndo pelas travessas irrompem na Praça Coronel Pacheco por todos os lados disparando as espingardas contra a policia. Um guarda tomba mortalmente ferido num dos passeios da Rua Coronel Pacheco, um outro a pouca distância cai também ferido e é recolhido num portal. O terror apodera-se dos civis que fogem em todas as direcções e a luta trava-se agora somente entre a polícia que, tendo recolhido à esquadra, a defend[ia] da porta e das janelas a tiros de revólver, e os soldados que das esquinas e alguns escondidos entre as plantas do jardim, alveja[vam] a polícia a tiros de espingarda. Entretanto o comandante da força, que permanecera na rua dos Mártires da Liberdade, manda fazer o toque de cessar-fogo e depois de unir e reunião (...).»

Reagrupados e novamente enquadrados, os Soldados formaram e seguiram em coluna de marcha para o quartel de Infantaria 18 enquanto os civis dispersavam tão rapidamente que tornou desnecessária qualquer intervenção das forças da GNR que entretanto tinham chegado.

Ficaram feridos por disparos de armas de fogo cinco guardas, um dos quais viria a falecer algum tempo depois vítima dos brutais ferimentos que lhe tinham sido infligidos.²⁴⁰

No dia seguinte, dia 9, não se registou qualquer ocorrência digna de menção. Ao início da noite, cerca das 20 horas, o General Comandante da Divisão Militar deslocou-se ao Comissariado para mostrar o seu desagrado pelo comportamento dos militares e assegurar que nada mais sucederia nessa noite uma vez que tinha «dado ordens apertadas aos regimentos» para impedirem a saída dos quartéis.

Pelas 21 horas o Comissariado foi informado de que estariam alguns guardas cercados por populares no Jardim Passos Manuel e no Hotel do Porto. Despachada uma força de polícia para os proteger, foi a mesma apupada e apedrejada na Rua de Sta. Catarina e no Largo de Sto. Ildefonso antes de conseguir dispersar os desordeiros com disparos para o ar. Já não havia militares entre os arruaceiros.

Na manhã do dia 10 ainda se verificariam algumas provocações a agentes policiais mas de forma isolada e de pouca importância. A população desordeira desapareceu das ruas e os militares só puderam deixar os quartéis depois de ter sido montado um serviço de rondas e vigilância capaz de impedir a ocorrência de novos casos de violência.²⁴¹

²³⁹ A polícia «estava pouco menos que desarmada, dispondo apenas de revólveres pequenos e ordinários e de um certo número deles de bom fabrico mas cujas munições, por serem muito antigas, falhavam a cada passo. É de notar que as Praças apenas levavam para a rua uma carga completa de revólver, nas esquadras é que havia reservas de cartuchos, mas tão pequenas que ficaram logo esgotadas.» O Corpo de polícia tinha também 50 espingardas *Kropatchek* para guardas de cadeia e instrução que não chegou a utilizar. *Idem*, p.27, 30.

²⁴⁰ De acordo com o relatório da autópsia sofreu os seguintes ferimentos: «tronco – lateral direita dois orifícios de bala, lateral esquerda 1 orifício de bala; membros superiores – contusão no ante-braço direito; membros inferiores – região nadegueira direita e face externa da coxa direita 17 orifícios produzidos por passagem de bala; face externa perna direita – 5 fracturas dos ilíacos com perfuração por bala; peritoneu – laceração do mesentério; fígado – laceração lóbulo direito, intestinos – com perfurações». O Policia que faleceu foi morto, segundo os depoimentos recolhidos pela Polícia Judiciária, por um Soldado de Infantaria 18 (João Moreira, nº438). De acordo com esses depoimentos, «o soldado depois de ter prostrado com um tiro o guarda n.º 336, curvou-se sobre ele e despojou-o do sabre e do revólver, (...) indo depois entrar na forma, tendo primeiro descarregado para o ar as 5 cargas do revólver.» *Idem*, pp.14-15; 31.

²⁴¹ A polícia sofreu durante este período de violência 1 morto, 9 feridos graves e 15 feridos ligeiros; as forças militares 8 feridos (tratados pela Cruz Vermelha Portuguesa); entre os civis 1 morto por bala da polícia e 36 feridos. Ao todo foram detidos pela polícia 177 indivíduos (70 dos quais enviados a tribunal).

Cerca de um mês depois, o Governador Civil de Bragança informava o Ministério do Interior que o Administrador do concelho de Carrazeda de Ansiães lhe comunicara que tinha sido assaltada a estação de caminho-de-ferro de Tua na noite de 12 de Novembro (cerca das 19h) por uma multidão de 300 a 500 pessoas que roubaram dos armazéns ali existentes 122 sacas de castanhas, 24 de batatas e 5 de nozes.

Dois dias depois era o Delegado do Procurador da República na Comarca de Serpa que relatava que naquela data «pelas 21 horas um bando de 500 pessoas [tinha feito uma manifestação] contra a carestia da farinha, dirigindo insultos, em actitude hostil aos proprietários e lavradores e versando a autoridade administrativa com insultos e ameaças; (...) este bando armado de paus e machados e composto na sua maioria de mulheres [anunciara para a noite de 15 de Novembro um nova alteração da ordem publica e assaltos a casas particulares para destruição e roubo de celeiros.» No dia 26 de Outubro tinha sido regulamentado o sistema cerealífero e a Manutenção Militar passara a ser o comprador exclusivo da produção nacional de cereais e a deter também o exclusivo da importação daquele tipo de géneros.

No dia 16 eram encontradas num quintal nove bombas esféricas carregadas e no dia 19 de Novembro o Administrador concelho de Peniche informava o Governador Civil de Leiria do lançamento nessa noite de uma bomba «sobre a casa de residência do pároco da freguesia de S. Pedro onde se achava hospedado o Bispo de Mitilene.»²⁴²

No início de Dezembro de 1916 o empenhamento governamental colocado na organização do corpo expedicionário que haveria de servir na frente europeia da Grande Guerra, contrastava definitivamente com a oposição, mais ou menos pública, de um sem-número de oficiais do quadro permanente contra a intervenção no conflito. Numa tendência que vinha em crescendo desde a declaração de guerra a Portugal em 9 de Março, a política de intervenção seguida pelo governo de António José de Almeida levantava todo o tipo de reservas em largos sectores das diversas categorias militares, em particular do Exército. A braços com uma crescente resistência em sectores hierárquicos mais seniores, o Ministro da Guerra Norton de Matos tivera que procurar apoio no seio das camadas republicanas mais jovens do oficialato onde não faltavam elementos com experiência política pública. Com o apoio destes oficiais operou-se o chamado «milagre de Tancos», onde se organizou uma Divisão de instrução; foram instituídas escolas de oficiais milicianos e de recrutas e; procurando por cobro a abusos recorrentes, foi reformulado o sistema de recrutamento, tornando-o mais rigoroso e abrangente.

No dia 3 de Dezembro um submarino alemão dispara as suas peças sobre o Funchal afundando três navios surtos no porto e causando danos materiais em diversas habitações da ilha.²⁴³ Vislumbre de uma realidade que todos julgavam muito distante do território de Portugal, a acção deste submarino provocou o pânico nas populações da ilha da Madeira e fez despertar o País para as reais consequências do envolvimento de Portugal no conflito. Quatro dias depois, a comissão executiva da Câmara Municipal de Lagos apelava ao Ministro do Interior para que fossem tomadas medidas para a defesa da cidade de modo a que se evitassem bombardeamentos por submarinos semelhantes aos ocorridos no Funchal.²⁴⁴

No campo das ameaças internas à segurança do regime e das populações, no dia 8 de Dezembro o Governador Civil de Coimbra informava o Ministério de Interior da descoberta na localidade de Abadias (Figueira da Foz), de 123 bombas explosivas numa valeta da rua por baixo de um pequeno passadiço da madeira.

Oxidadas e pesando, na sua totalidade, cerca de 203 quilogramas «As referidas bombas [eram] simples cápsulas fabricadas em ferro por meio de fusão, sendo de calibre de 0,085m, tendo as paredes da espessura de 0,006m, com um peso individual de 1,65kg. Não [estavam] acabadas. Carec[iam], para poder ser carregadas e funcionar como meio de destruição, de serem torneadas a fim de poderem receber o tufo ou tampão, fixado por meio de rosca. Podiam ser adaptadas a bombas de rastilho ou de percussão.»²⁴⁵

A Revolta de Tomar

A revolta de Machado Santos surge num contexto de grande tensão potenciada por uma insistente campanha propagandística contra o envolvimento de Portugal na guerra. Campanha que, fruto dos ensinamentos colhidos em anteriores ocorrências revolucionárias, merecia especial atenção e acompanhamento por parte dos órgãos

²⁴² ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.71/LIV.66, (721-891).

²⁴³ O relatório de ocorrências da Delegação do Funchal da Cruz Vermelha Portuguesa, menciona a existência de 4 mortos e 16 feridos. Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa, Lisboa.

²⁴⁴ Telegrama datado de 07-12-16, ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ.71/LIV.66, (721-891).

²⁴⁵ *Idem*.

policiais e militares responsáveis pela investigação e pesquisa de informações.

Machado Santos avança no mês de Outubro para a preparação da Revolução por considerar que a «União Sagrada» estava a governar em ditadura sendo por isso necessário derrubar o Governo de António José de Almeida. Tendo em conta a «asfixiante atmosfera que se respirava em todo o país» Machado Santos decidira actuar seguindo um plano onde a rapidez de acção era fulcral para o sucesso e o uso da força violenta das armas devia ser evitado a todo o custo.²⁴⁶

Em segredo, que julgava ser absoluto, estabeleceu um rede de mobilização de aderentes no seio das forças armadas mas também junto de sectores da sociedade civil onde considerava ser possível mover vontades e reunir apoio popular necessário para garantir o sucesso da empresa a que se propusera.

O ponto de partida para o movimento revoltoso seria a publicação de um falso suplemento extraordinário ao *Diário do Governo* onde constava a exoneração do Governo de António José de Almeida e a sua substituição por um executivo chefiado por Machado Santos. Pretendia-se com este documento conferir um certo «ar» de legalidade aos actos que se seguiriam ao mesmo tempo que se procurava anular o aparecimento de focos de resistência que pudessem fazer descarrilar o plano traçado.

No campo militar, Machado Santos planeava «apoderar-se de um Quartel-General divisionário [Tomar], por forma a atingir dois objectivos - por um lado ocupar um centro de comando, de onde pudesse dirigir as unidades militares, por outro obrigar o governo a utilizar, fora de Lisboa, as unidades que se mantivessem fiéis».²⁴⁷

Permanentemente vigiado pelos serviços de informações, Machado Santos partiu disfarçado de Lisboa no dia 12 de Dezembro em direcção a Tomar, num automóvel alugado por terceiros. Ao corrente das movimentações do obreiro da movimentação revoltosa, o Governo fizera deslocar para Tomar o Governador Civil de Santarém com a missão de junto das autoridades militares locais organizar a resposta à investida de Machado Santos.

O líder revoltoso entrou em Tomar cerca da meia-noite mas só na manhã seguinte, dia 13, se dirigiu, fardado, ao quartel do Regimento de Infantaria n.º 15 para dar continuidade ao plano previsto. Não obstante o estado de prevenção em que se encontrava aquela Unidade militar desde a noite anterior, Machado Santos não foi impedido de entrar no aquartelamento e por volta da hora de almoço, munido do falso *Diário do Governo*, apresentava-se como novo Ministro da Guerra aos oficiais presentes e exigia-lhes «obediência imediata às suas ordens». De todos os presentes apenas o Comandante e um punhado de outros oficiais se recusaram a obedecer sendo imediatamente ordenada a sua prisão.

Depois de ordenar a substituição da administração concelhia e a ocupação das principais infra-estruturas da cidade, Machado Santos procurou pôr em marcha as Unidades militares de Abrantes (Artilharia 8 e Infantaria 22) mas estas manifestaram-se impossibilitadas de se reunirem no Entroncamento, como pretendia, às forças de Infantaria 15 que marchariam em direcção a Lisboa. Na jovem cidade de Abrantes temia-se uma reacção às movimentações por parte das forças militares fiéis ao Governo e por isso pediam a Machado Santos ali se dirigisse com as suas forças. Em Lisboa o Presidente da República decretava o estado de sítio dando-se início a uma vasta operação destinada a deter os principais revolucionários. «A iniciativa pertencia agora ao governo (...). Enviava tropas para Tomar. Nomeia o general Tamagnini de Abreu e Silva comandante militar desta cidade. Entrega o Governo militar de Abrantes ao Coronel Abel Hipólito. Envia tropas para a Figueira [da Foz]. Manda seguir vários emissários de automóveis para o Norte do País com 100.000 exemplares com uma proclamação do Ministério da Guerra (...)»²⁴⁸

Na Figueira da Foz e em Castelo Branco as Unidades militares revoltadas (Infantaria 28 e Artilharia 8, Infantaria 21 respectivamente) ocupavam as cidades e detinham de modo arbitrário os administradores dos concelhos e todos aqueles que pudessem constituir entrave ao desenrolar dos acontecimentos.

As forças de Infantaria 15 comandadas por Machado Santos deixaram Tomar no dia 14 de Dezembro pela manhã e chegaram a Abrantes, após uma marcha forçada em condições climatéricas muito adversas, já a noite há muito tinha caído.

A Abrantes tinha entretanto chegado o Coronel Abel Hipólito que rapidamente tinha conferenciado com a oficialidade de Artilharia 8 com o objectivo de os alertar para a falsidade dos documentos apresentados por Machado Santos e para a necessidade de fazer reverter todas as acções entretanto empreendidas por indicação do cabecilha da revolta. As forças que se encontravam espalhadas pela cidade de Abrantes recolheram então a

²⁴⁶ V. AFONSO, Aniceto, GUERREIRO, Marília, “A Revolta de Tomar (13 de Dezembro de 1916)”. In *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 51, Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1981, pp. 69 - 196. V. também MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa ...*, p. 249-254.

²⁴⁷ AFONSO, Aniceto, GUERREIRO, Marília, “A Revolta de Tomar (13 de Dezembro de 1916)”..., p. 78.

²⁴⁸ *Idem*, p. 86.

quartéis aguardando a chegada de Machado Santos.

Ao entrar no quartel de Infantaria 22 Machado Santos foi prontamente informado de que a Unidade, conhecedora dos falsos pressupostos que tinham levado muitos dos seus militares a aderir ao movimento revoltoso, obedecia unicamente ao novo Governador Militar da cidade, Coronel Abel Hipólito.

Visivelmente encolerizado com estes desenvolvimentos imprevistos, Machado Santos procurou por todos meios demover os oficiais e os sargentos das suas intenções insistindo no avanço sobre Lisboa.

Sem margem de manobra e já cercado por forças de Artilharia 8, comandadas pelo coronel Abel Hipólito, Machado dos Santos rendeu-se uma vez obtida garantia de protecção para si e para as forças conspiradoras e foi conduzido ao Arsenal da Marinha em Lisboa, de onde foi transportado para o cruzador *Vasco da Gama*.²⁴⁹ Acabaria detido no palácio do Fontelo em Viseu.

«O golpe, mal organizado, falhou, mas as suas consequências seriam gravíssimas.»²⁵⁰ Abortada a tentativa de destituição do governo de António José de Almeida tudo se manteve aparentemente igual no ambiente político e social português.

1917

O Ano de Sidónio Pais

Nos primeiros cinco meses de 1917 o divórcio entre os objectivos do governo e as intenções da generalidade da população era por demais evidente e a política de guerra seguida pelo governo encontrou também crescente discordância e oposição junto das franjas mais desfavorecidas das populações urbanas que se debatiam com enormes dificuldades derivadas da carestia de vida e assumiu proporções pouco comuns nos restantes países beligerantes.

Logo na madrugada do segundo dia do ano o Comando da 8ª Divisão do Exército comunicava ao Ministério da Guerra a ocorrência em Monção (Viana do Castelo) de assaltos violentos a estabelecimentos comerciais motivados pela crescente subida de preços dos géneros de primeira necessidade, sem que no entanto se tivessem verificado confrontos com as forças militares. Causa próxima dos assaltos – um comerciante pouco escrupuloso na fixação dos preços dos géneros que vendia, levou a quase totalidade dos comerciantes da localidade a aumentar significativamente o preço do azeite.

Na mesma semana o Administrador concelho de Sintra comunicava ao Governador Civil de Lisboa a captura na madrugada de 7 de Janeiro no lugar de Sabugo (Sintra), de 13 indivíduos

«por serem os principais agitadores daquela freguesia, que no dia 28 de mês findo [tinham ido aquela] Administração protestar contra a proibição da saída de pão de Lisboa, tendo feito este protesto duma maneira ruidosa e agressiva, e tendo os mesmos indivíduos dias depois apreendido umas carroças de sacas de farinha que a Companhia Nacional de Moagens mandara de Lisboa para Pêro Pinheiro e tendo esses indivíduos dias depois dividido essa farinha pelos padeiros do Sabugo e em seguida atacado a casa de cidadãos pacíficos, partindo-lhes os vidros das janelas, desobedecendo em seguida às Praças da Guarda que ali estavam para a manutenção da ordem, apedrejando a mesma força, que teve de fazer uso de armas».²⁵¹

Nas últimas semanas do mês de Março, o Governo Civil do Porto dava a conhecer ao Ministro do Interior a ocorrência frequente de assaltos com violência sobre condutores de mercadorias que circulam do Alto-Douro para o Porto e a Câmara Municipal de Lisboa comunicava ao mesmo Ministério o roubo habitual de tampas de esgoto, cabos telefónicos, objectos metálicos de urinóis e chafarizes, postes de iluminação em metal, etc.²⁵²

A Revolta da Batata

No início do mês de Maio poucos eram os portugueses que entendiam a persistência da crise das subsistências como uma infeliz consequência do estado de guerra que se vivia. Antes a associavam directa e exclusivamente à deficiente actuação dos diversos governos e às suas pouco profícuas medidas para a debelar.

²⁴⁹ *Idem*, pp. 91-92.

²⁵⁰ MENESES, Filipe Ribeiro de - “A União Sagrada”, In ROSAS, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa : Tinta-da-China, 2009. pp. 277-286.

²⁵¹ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ73/LIV67 (13-66)

²⁵² ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ74/LIV67 (69-179, 200, 280)

A partir da segunda semana o conflito agrava-se um pouco por todo o País. No dia 13 são assaltadas as primeiras padarias em Lisboa e no dia 17 surgem conflitos em diversos concelhos do Distrito de Coimbra derivados da carestia dos géneros alimentícios (sobretudo milho e trigo). Temendo o agravamento da situação, o Governador Civil Coimbra telegrafava ao Ministro do Interior solicitando que fossem autorizadas pelo Ministério da Guerra as suas requisições de reforço de forças militares para auxílio na manutenção da Ordem Publica.

No dia 19 o início de um surto de greves em Lisboa e, em particular, a proibição pelo Ministério do Interior de um comício que a *Federação da Construção Civil* pretendia realizar no Parque Eduardo VII acabariam por funcionar como detonadores de graves acções violentas dirigidas, em especial, contra padarias, armazéns de víveres e outros estabelecimentos comerciais de venda de alimentos da cidade de Lisboa.

De acordo com o relatório do Quartel-General da 1.^a Divisão do Exército (Lisboa) os distúrbios começaram no dia 19 pela manhã no mercado da Praça da Figueira e comércios vizinhos devido ao aumento dos preços da batata (de 6\$00 para 14\$00).²⁵³

Nesse mesmo dia pelas 20 horas começaram os assaltos a mercearias em vários pontos da cidade: Alcântara, Graça, Alto do Pina, Terramotos, Campolide, Bairro Alto, e em ruas da baixa de Lisboa. Nestes assaltos os meliantes roubavam tudo o que encontravam, destruíam lojas e o seu mobiliário, arrombavam portas, partiam vidros e levavam consigo os balcões. As padarias eram impedidas pela população amotinada de laborar de cozer o pão, «atirando a massa para o chão e espezinhando-a».

Deficientemente organizadas e em grande inferioridade numérica, as forças da ordem não conseguiam impedir que os actos violentos aumentassem de volume e se espraiassem por toda a cidade. Pelas 21h10min era comunicada ao Governo Civil a ocorrência de assaltos com a participação de marinheiros à frente; uma hora depois em Campo de Ourique grupos armados atacavam as forças da ordem matando um cavalo e; pelas 5h20min as sentinelas do Arsenal eram atacadas enquanto em Alcântara despontava aceso tiroteio entre grupos de civis rivais.

A situação acalmou na madrugada de Domingo, dia 20, mas a partir das 13h «começou a sentir-se uma certa efervescência» que adquiriu um carácter mais violento na sequência da proibição pelas autoridades competentes da realização de um novo comício operário nas proximidades da Rotunda.

«As praças da GNR tiveram que intervir sendo recebidos com bombas e a tiro, donde resultou fazerem fogo e carregarem, conseguindo dispersar os grupos, os quais mais tarde constituídos se dirigiram para o Regimento de Artilharia n.º 1 a incitarem as Praças a cooperar com eles, o que não conseguiram em virtude da actitude tomada pelas patrulhas da artilharia».

Durante a tarde continuou o desassossego com grupos de indivíduos a impedir a circulação de eléctricos, táxis e viaturas particulares na Av. da Liberdade e Rua de Sta. Marta, obrigando as pessoas a apearem-se dos transportes públicos e os particulares a estacionar as suas viaturas.

O agravamento da situação, levou o Comando da 1.^a Divisão do Exército a tomar medidas mais enérgicas de segurança dividindo a cidade de Lisboa em sectores «que fica[va]m sob comando superior e vigilância do comandante da Unidade aquartelada na respectiva área do sector». Ao mesmo tempo que as autoridades militares implementavam este dispositivo de segurança, os distúrbios alastravam a toda a cidade e assumiam proporções tais que levararam à declaração do estado de sítio na Capital bem como nos concelhos limítrofes.

Pelas 19h30min do mesmo dia, no Rossio, confrontos entre populares e uma força da GNR. Em simultâneo, outros grupos de populares tentavam assaltar o Governo Civil e o Quartel do Carmo sendo repelidos pela GNR com um número significativo de baixas e detenções efectuadas. Um pouco por toda a cidade continuavam os assaltos a mercearias e a lojas de calçado enquanto as forças militares intervinham procurando dispersar os vários grupos de assaltantes. «Os acontecimentos foram diminuindo de gravidade ao passo que se foram organizando e constituindo os diferentes sectores, cujas tropas embora atacadas a tiro e bombas, repeliam com maior energia os amotinados, que em parte prendiam. Às 2h, o sossego estava normalizado e a cidade em poder da força militar». Ao longo do dia tinham sido detidos cerca de duas centenas indivíduos que foram conduzidos sob escolta para o Arsenal de Marinha e para o Forte de Caxias.

No dia 21, segunda-feira, tal como anunciado da véspera, o operariado envolvido na construção do manicómio Miguel Bombarda, ao Campo Grande, recusou-se a trabalhar entregando-se em seguida a distúrbios de toda a ordem. Intervieram nesta altura forças militares constituídas e organizadas no Hospital

²⁵³ Relatório do Quartel-General da 1.^a Divisão do Exército datado de 22 de Maio de 1917. ANTT/MI/DGAPC/1.^aREP/MÇ75/LIV67 (304-414). V. *Jornal Republica*, 20-5-17, p. 2.

Veterinário Militar e no Forte da Ameixoeira, que puseram em debandada os assaltantes, apesar de atacados ferozmente à bomba e a tiro.

Pela mesma altura em Braço de Prata, Poço do Bispo e Beato «os assaltantes atacando armazéns e depósitos, procuravam destruir e deteriorar tudo quanto encontravam, abrindo torneiras de depósitos de vinhos e azeite que chegou a pontos, nalguns sítios, de correr para o rio, atravessando a rua!». Os actos violentos assumiram tal gravidade que o Comando da *1.ª Divisão Militar* se viu obrigado a nomear um oficial do Exército, «de qualidades excepcionais de energia», para comandar este Sector entretanto reforçado com 100 homens pertencentes aos Regimentos de infantaria n.º 2 e n.º 16 e por um Pelotão de Cavalaria da GNR. As forças da Guarda Fiscal a quem pertencia assegurar a ordem no sector «foram mandadas retirar por se ter reconhecido que quase todos tinham pessoas de família envolvidas nos tumultos. Próximo das 21 horas tudo tinha acabado.

Foram detidos cerca de quatro centenas de indivíduos envolvidos nos assaltos e outros desacatos. Os géneros alimentícios que foram sendo apreendidos pela polícia cívica aos assaltantes foram mais tarde vendidos ao público e a verba apurada com a sua venda (811\$20) depositada na Caixa Geral de depósitos à ordem do Ministério do Interior.²⁵⁴

No que se refere ao número de mortos e feridos registados durante a chamada «Revolta da Batata», alguns dias depois o Governador Civil de Lisboa informava o Presidente do Ministério da seguinte contabilização: Instituto de Medicina Legal: 15 Mortos (1 Soldado do 2.º Grupo, 4.º Esquadrão da GNR); Hospital de S. José: 6 mortos (1 Soldado), 50 feridos (4 Soldados); Hospital Militar da Estrela: 1 morto (Soldado da Companhia de Reformados), 2 feridos.²⁵⁵

Na segunda metade do mês Junho, longe de acalmar, a situação voltou a piorar com a generalização das greves e motins violentos em diversas regiões de Portugal.

No dia 18 de Junho, na fronteira de Vilar Formoso elementos da Guarda Fiscal portuguesa e Carabineiros Espanhóis (Guardia Civil) entravam em confronto directo aberto. Tudo porque Guardas espanhóis tinham tentado levar para território espanhol um carro de farinha que circulava em «caminho internacional» acompanhado por duas Praças portuguesas com destino a Vilar Formoso.

Foram disparados tiros por Guardas espanhóis e feita pontaria directa aos Guardas portugueses que mantiveram a calma e não permitiram a subtração da farinha.

Esta situação terá surgido na sequência de questões relacionadas com o contrabando de farinhas que, com frequência, se fazia a partir de Fontes de Oñoro (Espanha) para Portugal, chegando os Guardas espanhóis a entrar em território português em perseguição dos contrabandistas.

No dia seguinte, em Baleizão (Beja) novo assalto a uma estação dos caminhos-de-ferro e nova intervenção das forças da ordem, mortos e feridos.

«(...) quando força da Guarda Republicana ali chegou já povo tinha levantado 97 sacos de farinha que conduziu para casa da respectiva junta paróquia exigindo regedor abrisse venda preço 12 centavos quilo. Força Guarda impediu o levantamento restante farinha que estava na estação obrigando o povo a retirar. Este foi à aldeia e voltando armado atacou guarda a tiro. Esta fez uma descarga para o ar era já noite e como os amotinados avançassem teve de defender-se fazendo descarga pontarias baixas resultando ficarem duas mulheres mortas e um homem e uma menor feridas. Farinha que estava na estação seguiu para Beja no primeiro comboio que chegou a ser assaltado antes da partida sem consequências.»²⁵⁶

Alguns dias depois, em Évora, um desentendimento à saída de uma tourada entre elementos da Guarda Republicana e populares deu lugar a uma importante alteração da ordem pública. Populares e Soldados atiraram pedras contra polícias e guardas da GNR e estes para se defenderem, dispararam a «pontarias altas». Com esta acção ficaram ainda mais exaltados os ânimos dos populares o que obrigou a nova descarga de tiros em diversas direcções tendo daqui resultado ferimentos em diversos populares. Não concordando com a intervenção das forças da ordem, Soldados de Infantaria 11 e de Cavalaria 5 dirigiram-se em grupos aos respectivos quartéis procurando armar-se para, em conjunto com os populares, assaltarem o quartel da GNR.

²⁵⁴ ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ76/LIV67 (502-716)

²⁵⁵ Relatório datado de 22 de Maio de 1917. ANTT/MÇ75/LIV67 (304-414). Os números apresentados pela CVP dão conta da existência de 12 mortos e 88 feridos. V. “A Cruz Vermelha nos Tumultos de 19 a 22 Maio de 1917”, In *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, Lisboa: Cruz Vermelha Portuguesa, 1914, p. 168-174.

²⁵⁶ Telegrama do Governador Civil de Beja para o Ministro do Interior em 20 de Junho de 1917. ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ76/LIV67 (502-716).

Os relatos dos acontecimentos dão conta da existência de um difícil relacionamento entre os militares aquartelados na cidade, muitos deles descontentes com a sua mobilização forçada para a guerra em França, e as forças da GNR, facto que terá levado o Comandante da GNR a reunir por diversas vezes com o Comandante de Infantaria 11 para tentar sanear a questão.

Nesta ocasião, temendo o escalar da violência, o Governador Civil, o Comandante da 4.^a Divisão Militar e o respectivo Chefe de Estado-Maior dirigiram-se ao quartel de Infantaria 11 para parlamentar com o seu comandante. No interior do quartel encontraram já alguns oficiais a distribuir aos soldados pólvora que tinha sido subtraída das arrecadações do quartel.

Sem que as conversações tivessem sortido qualquer efeito, à meia noite do dia 30 de Junho o quartel da GNR acabou por ser atacado a tiro de revólver e de espingarda por cerca de 150 Soldados que, comandados por alguns oficiais, tinham saído armados do quartel de Infantaria 11.²⁵⁷

Pela mesma altura em Arcos de Valdevez (Viana do Castelo) o Administrador daquele concelho informava da alteração da ordem pública em quatro freguesias. A população, armada com instrumentos de lavoura reagira violentamente após a passagem de um carregamento de milho com destino ao celeiro municipal. Segundo o mesmo Administrador tais motins não tinham razão de ser tendo em conta que não faltava tal cereal nas diversas freguesias rurais do concelho e que para além disso a Câmara Municipal vendia o dito cereal a preço inferior ao determinado pela autoridade administrativa. Em causa estaria antes a acção instigadora de elementos monárquicos liderados pelo abade da freguesia de Gondoriz uma vez que nos seus sermões aconselhava o povo a assaltar os depósitos de milho. Destas desordens terão resultado um popular morto na freguesia de Ázere e um número indeterminado de feridos.²⁵⁸

Em Aljustrel, há algum tempo que no jornal de Beja, *O Porvir*, se vinha alimentando uma campanha contra o Director das Minas de Aljustrel, «incitando o operariado à greve, se não lhe fossem atendidas certas reclamações tendentes ao aumento de salários, que o mesmo devia formular». O principal instigador da campanha era o farmacêutico Joaquim Gadanho Serra Júnior, principal dirigente do Partido Republicano Português naquela vila.

A demanda tivera início na imprensa depois dos responsáveis pela dita mina terem decidido montar uma farmácia privativa no «respectivo Montepio», deixando de se fornecer na farmácia daquele indivíduo e contratando por concurso outro farmacêutico (Unionista) da mesma localidade.

A partir do início da campanha no *Porvir* a farmácia de Serra Júnior passou a ser local de reunião de um grupo de conspiradores onde se incluíam operários descontentes e o secretário da Administração do Concelho.

No dia 27 de Junho as tensões subiram de tom na sequência do lançamento de uma bomba de dinamite para a horta da residência do Director das Minas, sem no entanto causar vítimas ou prejuízos materiais.²⁵⁹

Em Lisboa, nos dias 12 a 17 de Julho nova onda de confrontos entre grevistas da construção civil e as forças da ordem e militares. Com grande violência, tiros e lançamento de bombas, os confrontos afectaram essencialmente a Baixa da cidade e terão originado 2 mortos e 22 feridos.²⁶⁰

Em meados do mês de Agosto o Governador Civil do Porto informava por telegrama o Ministro do Interior de que os mineiros de São Pedro da Cova, sem qualquer aviso prévio «se tinham manifestado [naquela] madrugada inesperadamente em greve praticando actos de sabotagem por meio de dinamite que tiraram do depósito». Confrontados por uma força da GNR do posto de Gondomar os grevistas responderam a tiro mas sem consequências dignas de menção.

Nesta segunda metade do ano ressurgiu também, em dois momentos distintos, a agitação popular relacionada com as questões religiosas e a *Lei da Separação*, reavivadas pelas expulsões do Bispo do Porto, em finais de Junho, e do Patriarca de Lisboa, no último dia de Agosto.

Continuação de um Verão pródigo em agitação grevista, no começo de Setembro as comunicações telefónicas e telegráficas nacionais ficavam subitamente interrompidas devido à greve iniciada pelos funcionários dos correios e telégrafos a propósito de reivindicações salariais. Com o País praticamente paralisado, o governo de Afonso Costa decretou a mobilização de todo o pessoal dependente da Administração Geral dos Correios, Telégrafos, Telefones e Fiscalização das Indústrias Eléctrica e colocou-os sob a alçada do Exército em campanha, e a suprema autoridade do Ministro da Guerra. Reforçando as acções repressivas, legislou também no sentido de que todo o pessoal dos correios, telégrafos e telefones se conservasse nas estações ou postos onde prestavam serviço antes da mobilização sob pena de serem considerados desertores

²⁵⁷ *Idem, ibidem.*

²⁵⁸ ANTT/MI/DGAPC/1^aREP/MÇ76/LIV67 (502-716)

²⁵⁹ ANTT/MI/DGAPC/1^aREP/MÇ74/LIV67 (69-179, 200, 280).

²⁶⁰ “A Cruz Vermelha nos tumultos de 12 a 17 de Julho de 1917”, In *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, Lisboa: Cruz Vermelha Portuguesa, 1914, p. 193-198.

após quarenta e oito horas de ausência injustificada e de serem punidos nos termos previstos no Código de Justiça Militar.²⁶¹

Em solidariedade com os grevistas, a UON proclamou uma greve geral que a partir de 10 de Setembro passou a englobar outras classes trabalhadoras. A maioria dos lojistas encerraram os seus estabelecimentos com receio de sofrerem algum enxovalho dos grevistas mais audaciosos e as ruas de Lisboa foram ocupadas pelas forças militares que efectuaram cerca de um milhar de detenções na sequência dos confrontos provocados pelos grevistas. A greve tem também grande adesão na margem Sul do Tejo e em especial nas localidades de Almada, Setúbal, Barreiro e Seixal.

Cerca da meia-noite, na Rua Maria Pia foi lançada uma bomba de dinamite, sobre uma força de artilharia que ali passava, causando a morte a um cavalo e ferimentos ligeiros a um soldado. No dia seguinte Lisboa regressaria progressivamente à tranquilidade.²⁶²

O Golpe de Sidónio Pais

A partir de Outubro de 1917 cresce a convicção, agora também nos meandros dos meios políticos, de que só um Golpe de Estado seria capaz de travar as intenções dos Democráticos e de Afonso Costa. Na preparação do golpe de 5 de Dezembro de 1917 assumiu papel de destaque o Major Sidónio Pais, antigo diplomata em Berlim, professor universitário e político.²⁶³ Os contornos da acção conspirativa que antecede este golpe de estado estão, apesar da escassez de fontes primárias que os comprovem definitivamente, abundantemente descritas em diversas obras cuja narrativa converge na apresentação de um cenário que tem como pano de fundo a sede do jornal *A Luta* e como personagens principais, além de Sidónio Pais, Brito Camacho, militares de diversas patentes e proveniências, elementos Unionistas e outros opositores dos Democráticos.²⁶⁴ Por esclarecer estarão ainda hoje as verdadeiras razões que levaram Brito Camacho a abandonar as acções conspirativas, proibindo mesmo a sua realização, sendo no entanto plausível que tal facto se tenha ficado a dever ao excessivo protagonismo alcançado pelo inexperiente político Sidónio Pais e ao tipo de alianças que se antevia este poderia vir a promover no futuro. Seja como for, o partido Unionista, incapacitado de alcançar o tão ambicionado poder governativo e, na iminência de poder vir a ser dissolvido, avançou para a revolução e «constituiu um comité de oficiais agaloados que por lá abundavam, o qual delegando em Sidónio a tarefa perigosa das aliciações, reunia, uma vez por outra, para trocar impressões sobre a marcha dos trabalhos».²⁶⁵

Orquestrado por figuras públicas relativamente bem conhecidas e colocadas, o Golpe de 5 de Outubro obrigou a um trabalho discreto mas eficaz de angariação de apoios no seio das Forças Armadas e em especial junto dos seus escalões hierárquicos mais baixos. «Sidónio conversou com alferes, sargentos, simples marujos, etc., que lhe eram levados por civis amigos, por oficiais demitidos, por quem quisesse, enfim, contribuir para o bom sucesso da empresa». A estes militares das fileiras somar-se-ia também o apoio importante de grande número de oficiais demitidos em função do fracasso das conjuras em que foram participando²⁶⁶; dos cadetes da Escola de Guerra, «a quem seduzia a ideia aventureira de antecipar a sua hora de combatentes, afugentando a tiro um governo de quem ouviam dizer tanto mal»²⁶⁷; de grupos de civis armados e com larga experiência no manejo de explosivos, adquirida nos constantes confrontos com os carbonários da chamada «formiga-branca».

Nos primeiros momentos da revolução de 5 de Dezembro, Sidónio Pais, depois de se fardar num quarto da Rua Gomes Freire, partiu à frente de uma força de 40 homens de Cavalaria 7 em direcção à Escola de Guerra onde, sem qualquer resistência, acabou por arregimentar cerca de 400 cadetes para a sua empresa.²⁶⁸ Num súbito frenesim apressaram-se a equipar e a armar. «Arrombavam-se portas, soltavam-se brados de alegria, e

²⁶¹ Decreto n.º 3327 Diário do Governo n.º 148/1917, Série I de 1917-09-0; Portaria n.º 1078 Diário do Governo n.º 148/1917, 1º Suplemento, Série I de 1917-09-01.

²⁶² ANTT/MI/DGAPC/1ªREP/MÇ77/LIV67 (718-769).

²⁶³ Para uma leitura mais detalhada de toda a conjuntura deste período veja-se TELO, António J., *A Primeira República I, Do Sonho à Realidade*, Lisboa: Editorial Presença, 2010. Para as questões relacionadas com a participação militar portuguesa na Grande Guerra veja-se a obra de FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo, Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

²⁶⁴ Veja-se DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o Seu Consulado*, 1941, Lisboa: Portugália, pp. 158 *et seqs.* Veja-se também FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo ...*, pp.445 *et seqs.*

²⁶⁵ DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o Seu Consulado*, Lisboa: Portugália, 1941, pp. 158.

²⁶⁶ “(...) oficiais que, tocados pela tarântula política e ansiosos pela desforra do 14 de Maio e do 13 de Dezembro, em que o exército tinha sido enxovalhado, ardiam em desejos de redimir o país(...)”. *Idem*, pp. 164.

²⁶⁷ *Idem, ibidem.*

²⁶⁸ V. ROCHA, Jorge Silva, "A Escola de Guerra na Revolta de 5 de Dezembro de 1917", In COSTA, José António Carneiro Rodrigues da [et al.], *O Assalto à Escola de Guerra, 1915-2015 ...*, pp. 87-99.

os aliciados, (...) radiantes gritavam os seus vivas»²⁶⁹ À hora de jantar estava em marcha a revolução e, apesar das movimentações iniciais serem tudo menos discretas, o governo não tinha sido capaz de pôr em marcha qualquer tipo de acção para debelar a sublevação. Durante toda a noite Sidónio Pais acabou por ter também toda a liberdade para colocar em prática o seu plano e reforçar o seu dispositivo defensivo com forças que, sem qualquer oposição das forças governamentais, foram chegando ao palco principal dos acontecimentos no alto do Parque Eduardo VII. Na madrugada do dia 6 os efetivos militares revoltosos rondariam os 1500 homens provenientes de Cavalaria 7, Escola de Guerra, Artilharia 1, Infantaria 5, Infantaria 16 e Infantaria 33, além de numerosos civis.

Ao longo do dia 6 de Dezembro o curso da revolta seguiu sem que se vislumbressem grandes movimentos de forças governamentais. As forças de Sidónio consolidaram as suas posições e levantaram barricadas nos principais acessos ao núcleo central da revolta enquanto alguns navios fiéis ao governo bombardeavam as posições revoltosas e a sua Infantaria se limitava a vigiar a zona do Parque Eduardo VII.

O governo só 36 horas depois do início da revolução colocou em marcha o seu plano de contragolpe. Às primeiras horas do dia 7 colocaram-se finalmente em marcha as colunas governamentais saídas do Arsenal da Marinha que ficou sob a protecção de uma força composta por 100 marinheiros e cerca de quatro dezenas de elementos da Guarda Republicana.²⁷⁰

O grosso das forças governamentais organizou-se em três colunas de marcha. A primeira coluna tinha por missão ocupar o Campo de Santana contando para o efeito com uma força de 50 cavaleiros da Guarda Republicana e 100 elementos da Guarda Fiscal. Do Arsenal seguiram pela Rua do Ouro e Calçada de Santana; a segunda coluna composta por 60 cavaleiros oriundos de Unidades fiéis do Exército, e 80 marinheiros progrediu pela Rua da Prata em direção à Penha de França onde foi reforçada por elementos das Unidades de Sapadores e de Telegrafistas. A terceira coluna era de todas a mais poderosa sendo constituída por 100 cavaleiros do Exército, 280 elementos da Infantaria da Guarda Republicana e 280 marinheiros. Seguindo pela Rua Augusta e Almirante Reis, iria juntar-se às forças da primeira coluna no Campo de Santana.

Na zona do Rossio ficou uma força governamental destinada a garantir a segurança dos flancos das restantes forças bem como a dos itinerários de deslocamento. Faziam parte desta força 60 cavaleiros da Guarda Republicana e 100 elementos da Guarda Fiscal. Distribuídos por todas as colunas seguia também um número indeterminado de *defensores* civis. Do Tejo a artilharia naval apoiava o deslocamento das colunas governamentais com constantes bombardeamentos sobre a principal posição dos revoltosos no Parque Eduardo VII.

De acordo com os relatos, a progressão das colunas governamentais foi interrompida quer pela ação da artilharia revoltosa que disparou sobre elas à sua passagem pelo Terreiro do Paço, quer pela resistência feroz de duas centenas de civis que, a tiro e à bomba, impediram o avanço daquelas forças nas vizinhanças da Rua da Palma. Impedidos de progredir em direção aos objectivos previamente estabelecidos, as forças do Governo responderam como puderam ao ataque, retrocederam e reagruparam no Rossio para, em seguida, subirem para o Largo do Chiado e daí para o Largo do Rato.

Será a partir do Rato que as forças governamentais lançarão o único grande ataque ao reduto revolucionário. Cerca das dez horas da manhã o grosso destas forças fraccionou-se novamente em três colunas de marcha que, com as forças da Marinha na dianteira, seguiram pelas Ruas das Amoreiras, São Filipe de Neri e Brancamp.

Este ataque incidiu sobre o flanco direito dos revoltosos mas acabou por revelar-se de difícil execução em função das características dos arruamentos por onde progrediram as forças fiéis ao Governo. Ao longo de cerca de cinco horas os combates sucederam-se com períodos de maior ou menor intensidade.

Nas trincheiras ou em movimento, os cadetes da Escola de Guerra, os militares do Batalhão de Infantaria 33²⁷¹ e os civis aí presentes responderam ao ataque e procuraram impedir a progressão das forças do Governo.

Ocupando uma posição privilegiada e dispondo de abrigos que a demora na resposta governamental lhes tinha permitido consolidar, os revoltosos tinham como mais valia o eficaz uso da sua artilharia que, sob o

²⁶⁹ MARTINS, Rocha, *Memórias Sobre Sidónio Pais*, , Sociedade Editorial ABC Limitada, Lisboa: 1921, p. 20

²⁷⁰ DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o Seu Consulado ...*, pp. 166 et seqs.

²⁷¹ O batalhão de infantaria 33 (Lagos) estava em Lisboa a aguardar embarque para França e aderiu ao golpe recusando-se a embarcar.

comando do instrutor da Escola de Guerra Capitão José João Pinto da Cruz Azevedo²⁷² batia pelo fogo as posições inimigas.²⁷³

Sem artilharia no terreno e com a sua infantaria desbaratada, o comando das forças governamentais ainda solicitou reforços às Unidades de Santarém e Mafra sem que, no entanto, as mesmas tivessem feito chegar qualquer auxílio a Lisboa. Por acção de um significativo grupo de revolucionários pertencentes aos fornecedores de serviços telegráficos, todas as comunicações entre Lisboa e o resto do País tinham sido sabotadas e interrompidas. Nestas circunstâncias, a Unidade de Artilharia de Santarém não chegou a sair e a de Infantaria de Mafra, tendo saído, acabou por juntar-se aos revoltosos.²⁷⁴

Fortemente acoissadas, as forças governamentais acabaram por retirar para o Arsenal da Marinha com um registo de cerca de centena e meia de combatentes mortos (13 da Marinha) e de mais de seis centenas de feridos (cerca de 300 da Marinha).

Por toda a capital reinava então a desordem, dispondo os revolucionários de clara e ampla liberdade de manobra militar e crescente envolvimento armado da população civil.²⁷⁵

O governo capitulou finalmente. Afonso Costa foi preso no Porto e Norton de Matos e Leote do Rego abandonaram o Arsenal da Marinha e procuraram refúgio num navio de guerra inglês. Assim, os «gros galons do democratismo, todos oficiais superiores, (...) acabavam de ser vencidos por duas dúzias de Alferes comandados por um Major retirado do serviço há 15 anos». Efectivamente esta foi uma revolução que vingou nos seus objectivos militares pela acção empenhada de oficiais que tinham terminado os seus cursos na Escola de Guerra pouco tempo antes e dos seus cadetes, mas também de muitas centenas de civis que, desde o primeiro momento, aderiram à causa revolucionária. Sobre a participação empenhada e relevante dos cadetes alunos da Escola de Guerra no golpe de 5 de Dezembro de 1917 escreveu em tom épico, talvez premonitório, alguns anos mais tarde Teófilo Duarte: «Esta comparticipação dos cadetes - futuros oficiais - vai ter uma importância transcendente não só por ser uma tropa de elite, como ainda porque mais tarde, pelos anos adiante, eles serão os elementos dinâmicos que nos Regimentos arrastarão os outros seus camaradas, na luta contra o democratismo. Eles serão no futuro, a projecção ameaçadora de Sidónio Pais».²⁷⁶

Contrariando as expectativas acalentadas por muitos quanto às qualidades distintivas dos militares recrutados e formados depois da implantação da República, a nova geração de oficiais saídos da Escola de Guerra parecia enveredar por um ideal contrário à República parlamentar.²⁷⁷

Conclusão

Do rumo seguido nos meses seguintes resultou uma situação política que acabou por se desenvolver em duas fases: a ditatorial ou deembrista, até às eleições de 28 de Abril de 1918, e a sidonista, também designada de *República Nova*, resultado da legitimação conseguida nas referidas eleições. “*Sidónio Pais vem baralhar as contas, agudizando os conflitos e resolvendo-os pela força.*”²⁷⁸

Logo em 6 de janeiro de 1918 rebentou uma revolta contra o poder Deembrista levada a cabo por elementos da Armada com ligações estreitas aos *Democráticos*. Humilhados por Sidónio Pais quando fez desfilar desarmadas as forças de Marinha durante a «parada da vitória», os marinheiros desenvolveram a sua

²⁷² Em 2 de Agosto de 1918 apresentaria como Deputado o seguinte requerimento à Câmara dos Deputados o seguinte requerimento: “Requeiro à Ex.ma Câmara licença para seguir para França, a fim de no C. E. P.; desempenhar as funções correspondentes ao meu posto, funções estas que não desempenho desde 20 de Agosto de 1911 por S. Exa. o Ministro da Guerra não me deixar seguir, embora pedisse, sem ser substituído no lugar de instrutor de artilharia que desempenhei durante dois anos na Escola de Guerra. Devo dizer que apenas passei dois meses e vinte dias no C. E. P., por ter feito parte de uma missão de estado (Diário da Câmara dos Deputados, 02-08-1918, pp.4). Seria nomeado por Sidónio Pais no mês de Outubro para o cargo de Secretário de Estado dos Abastecimentos.

²⁷³ Duarte, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado ...*, p. 168.

²⁷⁴ *Idem*, pp. 175

²⁷⁵ A CVP e os Bombeiros de Lisboa trataram durante os dias da Revolta 1169 pessoas feridas e transportaram 81 indivíduos mortos para os hospitais e para a morgue. Na cidade do Porto: 21 feridos e 2 mortos; em Coimbra: 12 feridos. V. *A Acção da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha na Revolução de 5 de Dezembro de 1917*, Lisboa: Cruz Vermelha Portuguesa, 1917.

²⁷⁶ *Idem*, pp. 164

²⁷⁷ FERREIRA, José Medeiros, “O Sidonismo e os Militares”, In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol IV, Círculo de Leitores, Lisboa: 2003-2004, pp. 277 et seqs.

²⁷⁸ MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa ...*, p. 388.

acção a partir do quartel de Alcântara e do cruzador *Vasco da Gama*, fundeado no Tejo em frente ao Terreiro do Paço. Sidónio Pais ordenou a colocação de peças de artilharia em pontos estratégicos de Lisboa e, sob o seu comando directo feito a partir do castelo de S. Jorge, o cruzador rebelado foi bombardeado e a revolta sufocada.

Nos dias que se seguiram, numa acção destinada a afastar e silenciar os inimigos políticos do sidonismo, os Governos Cívicos foram instruídos no sentido de dissolverem todos os centros políticos que tivessem actuado fora dos limites legais estabelecidos aquando da sua fundação. Dissolvidos foram também todos os corpos administrativos (juntas gerais, câmaras municipais e juntas de freguesia) sendo substituídos por comissões nomeadas pelos governadores.

Nas últimas semanas de Fevereiro o Conselho de Ministros decidia-se pela realização de eleições por sufrágio directo, incluindo nesse propósito a eleição presidencial. Empenhado no apaziguamento das relações com a Igreja, o regime sidonista promovia também a alteração da *Lei da Separação do Estado das Igrejas*. Segundo o legislador, procedia-se à revisão de preceitos “violentos” e “atentatórios da liberdade de consciência e pensamento”.²⁷⁹ Eleito nas eleições de parlamentares e presidenciais de 28 de Abril, Sidónio Pais tomou posse do cargo de Presidente da República no dia 9 de Maio. No Parlamento, parlamentaristas e presidencialistas digladiavam-se em longos e pouco produtivos debates, face visível da “*manta de retalhos*” em que se transformara o regime.²⁸⁰

Nos cinco meses seguintes o ambiente conflitual interno continuou a ser difícil. No Porto as autoridades policiais desarticularam alegados *complots* anti-sidonistas, com supostas ramificações por todo o Norte do país. O mesmo se passaria em Setembro em Almada onde seria desmantelado um *complot* orquestrado a coberto das acções da *União Operária Nacional* e que teria ramificações na Figueira da Foz, Santarém e Porto.

No meio do caos, as dificuldades na obtenção de géneros alimentícios continuaram e o governo determinou a obrigatoriedade da venda de géneros que fossem excedentários para consumo próprio ou familiar dos seu detentores. Foi estabelecido o racionamento individual por senhas com quantitativos de géneros decididos e fixados administrativamente pelos Regedores das Freguesias. Por essa altura, de Norte a Sul o surto de Pneumónica, ou gripe espanhola, causava em pouco mais de dois meses cerca de três dezenas de milhar de mortos de todos os estratos sociais, sem distinção de idade ou sexo.

A partir do mês de Outubro de 1918 as investidas oposicionistas sobre o regime sidonista ganharam força. A situação política não agradava nem a *Democráticos* nem a *Evolucionistas* que continuavam a demonstrar publicamente o seu descontentamento pela forma como o governo desrespeitava as garantias fundamentais dos cidadãos mas também, pelas opções por ele tomadas relativamente à continuação do envolvimento de Portugal na Guerra. A 12 desse mês, teve lugar uma nova tentativa revolucionária em cidades como Lisboa, Coimbra, Porto, Penafiel e Évora. Em Coimbra revoltaram-se duas Unidades militares aquarteladas na cidade e em Évora militares e civis uniram esforços para tentar dominar as forças governamentais. Sobre Coimbra, marcharam forças leais da Figueira da Foz e para Évora forças do mesmo tipo oriundas da *4ª Divisão Militar*. Sidónio Pais assume pessoalmente o comando de todas as forças do Exército e da Armada e foi declarado o estado de sítio com suspensão parcial de garantias constitucionais em todo o território português, até 10 de Janeiro de 1919.²⁸¹ Da acção das forças de segurança resultou a prisão de várias centenas de elementos ligados ao Partido Democrático.

Cerca de um mês depois, a 18 de Novembro, esgotadas todas as possibilidades de negociação com o governo, a *União Operária Nacional* promoveu a organização de uma greve geral em protesto contra as difíceis condições de vida que eram impostas às populações a pretexto da conjuntura e, sobretudo, contra a prevalência da crise das subsistências. O movimento grevista acabou violentamente reprimido pelo governo com recurso a forças policiais e militares. O número elevado de prisões mas também a desmobilização que se foi operando no seio do operariado ao longo da preparação da greve fruto da assinatura do Armistício uma semana antes, levaram ao fracasso da iniciativa.

A 6 de Dezembro deu-se a primeira tentativa de assassinato do presidente Sidónio Pais, quando saía de Belém e se dirigia para uma cerimónia de condecoração dos marinheiros sobreviventes do navio *Augusto de Castilho*, afundado por um submarino alemão. De imediato a Câmara dos Deputados tomou a decisão, pouco consensual, de suspender uma vez mais as garantias até 10 de Janeiro e de manter a declaração de estado de sítio anteriormente decretada. Sidónio Pais acabaria por ser assassinado no dia 14 de Dezembro de 1918, na

²⁷⁹ Decreto n.º 3856, Diário do Governo n.º 34/1918, Série I de 1918-02-23.

²⁸⁰ SAMARA, Maria Alice, “Sidonismo e Restauração da República. Uma «Encruzilhada de Paixões Contraditórias»”, In ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2011, p. 386 et seqs.

²⁸¹ Lei n.º 832 - Diário do Governo n.º 271/1918, Série I de 1918-12-14.

estação do Rossio, em plena baixa da capital portuguesa. Nos dias seguintes, a par das longas cerimónias fúnebres, o regime sidonista definha e desagrega-se.

A descoberto ficaram todos aqueles que, «navegando ao sabor da onda» se tinham dele servido para a consecução de objectivos próprios, bem como as nunca totalmente ultrapassadas divergências existentes entre republicanos e monárquicos. “*Pouco tempo depois, o país estava à beira da guerra civil, dividido entre a “Monarquia do Norte” e a República, a Sul.*”²⁸²

O assassinato de Sidónio Pais é apenas mais uma jornada de um longo e vasto processo de degradação social que teve início muito antes dos primeiros contactos com os «ventos de guerra» e da realidade do envolvimento forçado de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Nos anos de 1914 a 1918 esse processo intensificou-se devido à conjuntura de guerra no entanto, em nossa opinião, durante esse período as condicionantes de carácter externo não chegaram a sobrepor-se ou a influenciar significativamente a já crónica condição social e o ambiente de permanente conflitualidade social que há muito tempo se vivia em Portugal fruto das penosas condições em que vivia a generalidade da população portuguesa. A Guerra acabou antes por servir de justificação para intervenções mais arrojadadas do poder político na direção da economia bem como no campo das liberdades públicas.

As dificuldades sociais, políticas e económicas existentes em Portugal nos anos que imediatamente antecedem a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o modo indefinido como foram posteriormente conduzidas pelos decisores políticos nacionais as questões relacionadas com o envolvimento de Portugal na Guerra provocaram sérias divisões na sociedade portuguesa e levaram a um extremar de posições e ao conflito frequente entre elementos dos seus diferentes estratos.

Conflito que na maior parte das ocasiões se transformou em confronto violento resultante tanto de acções espontâneas de demonstração de descontentamento, como da acção premeditada e manipuladora de entidades e organizações mais ou menos conhecidas, políticas, sindicais ou outras de cariz supostamente mais secreto. Não é possível fazer uma leitura correcta do ambiente conflitual existente no período em apreço sem procurar compreender os diversos condicionalismos internos responsáveis pela sua aceleração ou acalmia bem como as suas interligações, nem sempre imediatamente percepcionáveis.

O conflito e os confrontos violentos não foram exclusivo das comunidades rurais, à partida mais conservadoras e avessas à mudança, eles estiveram também presentes nas ruas dos principais núcleos urbanos do País, supostamente mais receptivos aos ideais republicanos, e nesses espaços acabaram por assumir frequentemente proporções de grande gravidade.

Os diferendos que durante este período opuseram republicanos a monárquicos, católicos a laicos, guerristas a anti-guerristas, germanófilos a aliadófilos, o meio rural à sociedade urbana e o operariado ao patronato, são todos eles reveladores da profunda crise que há muito tempo se tinha instalado em Portugal. Crise que afectou o normal funcionamento das instituições e que propiciou o desrespeito pelas leis e o afrontamento às autoridades. Nas suas diferentes variantes, os actos de desordem pública das populações acabaram por se transformar no meio privilegiado de interferência e condicionamento da acção do poder político

A beligerância provocou o encrespamento dos furores político-partidários e contribuiu decisivamente para o descrédito dos políticos e das instituições republicanas no entanto, como deixamos dito, mais do que a manifestações de contestação e luta contra a intervenção de Portugal na Guerra, a partir do verão de 1914 desenrolou-se em Portugal uma luta interna violenta que mobilizou as classes populares da sociedade portuguesa contra as crescentes dificuldades sentidas na obtenção de meios de subsistência e de géneros alimentícios de primeira necessidade.

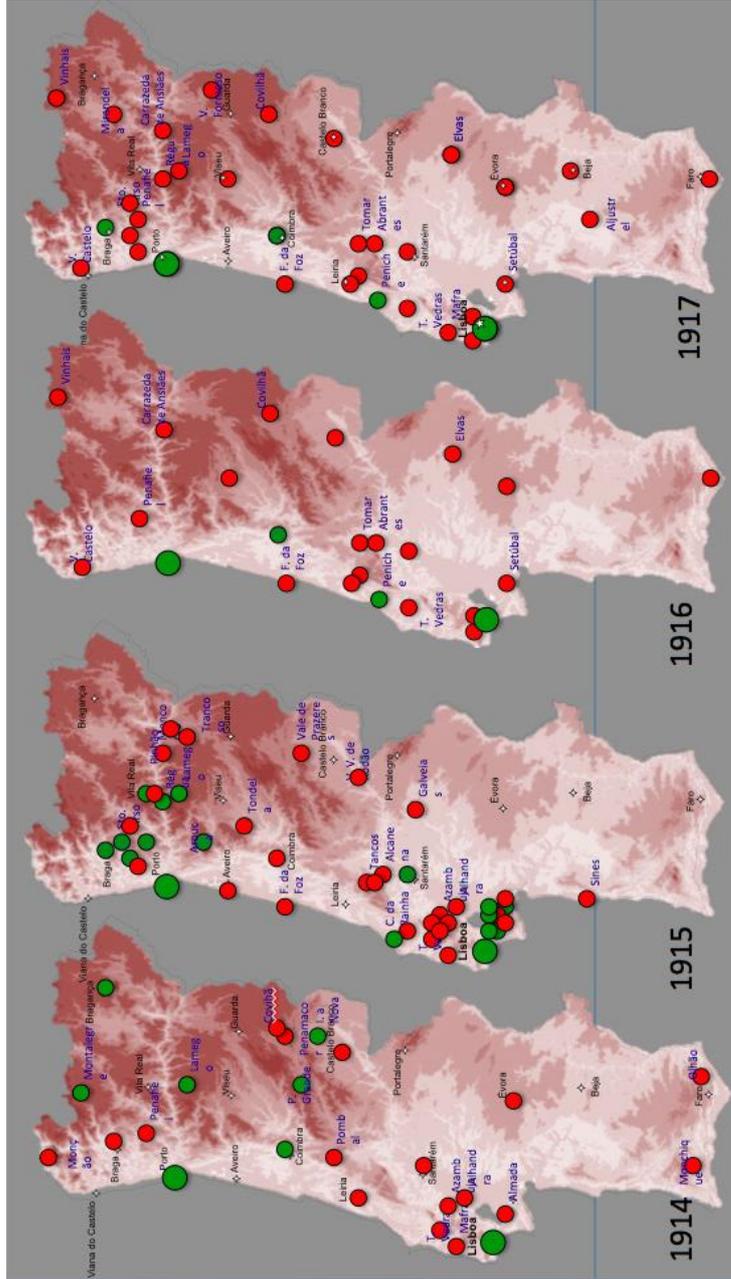
²⁸² SAMARA, Maria Alice, “Sidonismo e Restauração da República. Uma «Encruzilhada de Paixões Contraditórias...», p. 391.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Aniceto, GUERREIRO, Marília, A Revolta de Tomar (13 de Dezembro de 1916). In *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 51, Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1981, pp. 69 - 196.
- ARRIAGA, Manuel de, *A Primeira Presidência da República Portuguesa : Um Rápido Relatório*, Lisboa : Typ. A Editora, 1916.
- BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol IV, Círculo de Leitores, Lisboa: 2003-2004.
- BARROSO, Luís, “Sul de Angola – Incidências e Incidentes Fronteiriços”, In LOUSADA, Abílio Pires e ROCHA, Jorge Silva (Coord.), *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018. pp. 329-346
- Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, Lisboa: Cruz Vermelha Portuguesa, 1914.
- BRITO, José Joaquim Xavier de, *O 14 de Maio: Verídico, Esboço, Crítica e Rectificações*, Emp. Nacional de Publicidade, Lisboa: 1936.
- CARVALHO, Paulo Archer de, “Causa Monárquica”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I-A-E. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2.
- CASIMIRO, Augusto – *1914 Naulila*. Lisboa: Seara Nova, 1922.
- CHAGAS, João - *Diário de João Chagas - 1914*, Lisboa : Parceria António Maria Pereira, 1929.
- CHAGAS, João, *Portugal Perante a Guerra: Subsídios para uma Página da História Nacional*, Tip. Emp. Guedes, Porto: 1915.
- COSTA, Aires Pereira da, *História do 14 de Maio - Revolução Portuguesa em 1915*, Edição de Cláudio Pereira e M. Pinto Vieira, Lisboa: 1916.
- COSTA, José António Carneiro Rodrigues da [et al.] - *O Assalto à Escola de Guerra, 1915-2015*. Coord. António José Telo. 1ª ed. Porto: Academia Militar : Fronteira do Caos Editora, 2015. 169 p. : il. ; 24 cm. ISBN 978-989-8647-48-1
- Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I-A-E. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2.
- Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II-F-M. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2.
- DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o Seu Consulado*, Lisboa: Portugália, 1941.
- FERREIRA, José Medeiros, “O Sidonismo e os Militares”, In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol IV, Círculo de Leitores, Lisboa: 2003-2004.
- FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo, Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- FRAGA, Luís M. Alves de, *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 a 1916*, Lisboa: EDIUAL, 2012. ISBN 978-989-8191-32-8.
- FREIRE, João, *Portugal Face à Grande Guerra em 1914-1915*, Lisboa: Edições Colibri, 2014. ISBN 978-989-689-433-7.
- HENRIQUES, Mendo Castro, “Belicistas e Pacifistas na Grande Guerra - Alemães e Franceses” in *Actas XXIII Colóquio de História Militar, Da Paz à Guerra*, Lisboa: CPHM, 2015, p. 569-577.
- LIMA, Magalhães, pref. *O 14 de Maio e a Consolidação da República Portuguesa*, Empresa de Publicações Populares, Lisboa: 1915.
- LOUSADA, Abílio Pires e ROCHA, Jorge Silva (Coord.), *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, Lisboa : Comissão Portuguesa de História Militar, 2018.

- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa: Editorial Presença, 1998. ISBN 978-972-23-2334-5.
- MARQUES, Ricardo, *Portugal, 1914 : No Ano da Grande Guerra*. Rev. Rita Bento. 1ª ed. Alfragide : Oficina do Livro, 2014. 302 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia, p. 301-302. ISBN 978-989-741-128-1
- MARTINS, Rocha, *Memórias Sobre Sidónio Pais*, Sociedade Editorial ABC Limitada, Lisboa: 1921.
- MENESES, Filipe Ribeiro de - “A União Sagrada”, In ROSAS, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa : Tinta-da-China, 2009. pp. 277-286.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa ...*, pp. 191-267; MENESES, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra (1916-18)*, Lisboa: Cosmos, 2000.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa*, Lisboa: Dom Quixote, 2015. ISBN 978-972-20-5877-3.
- NAVARRO, Bruno J. - *Governo de Pimenta de Castro : um General no Labirinto Político da I República*. Rev. Helena Alves. Lisboa : Assembleia da República, 2011. 295 p. : il. ; 24 cm. (Parlamento ; 38). Bibliografia, p. 281-288. ISBN 978-972-556-582-7.
- NETO, Vitor, “Lei da Separação do Estado e das Igrejas”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II-F-M. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2. p. 635 et seqs..
- PEREIRA, Gaspar Martins, SEQUEIRA, Carla, Da «Missão de Alijó» ao «Motim de Lamego» : Crise e Revolta no Douro Vinhateiro em Inícios do Século XX , In *Revista da Faculdade de Letras. História*, série III, vol. 05, 2004, pag. 59-78.
- PEREIRA, Joana Dias, “Anarcossindicalismo”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I-A-E. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2. p. 114-122.
- PEREIRA, José Pacheco, *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal: A Greve Geral de Novembro de 1918*, Lisboa: Portucalense Editora, 1971.
- PIRES, Ana Paula - “A Economia de Guerra: a Frente Interna, In ROSAS, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa : Tinta-da-China, 2009. pp. 319-347
- PIRES, Ana Paula. *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Lisboa: CNCCR/Caleidoscópio, 2011.
- ROCHA, Jorge Silva - “Organização do Exército Metropolitano”, In LOUSADA, Abílio Pires e ROCHA, Jorge Silva (Coord.), *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, Lisboa : Comissão Portuguesa de História Militar, 2018. pp. 133-153.
- ROCHA, Jorge Silva - “Da Conjuntura Política e Social - Percepções e Revoluções”, In LOUSADA, Abílio Pires e ROCHA, Jorge Silva (Coord.), *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, Lisboa : Comissão Portuguesa de História Militar, 2018. pp. 75-92.
- ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2011.
- SAMARA, Alice, PIRES, Ana Paula, “Greves e Movimentos Grevistas”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II-F-M. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2.
- SAMARA, Maria Alice, “Sidonismo e Restauração da República. Uma «Encruzilhada de Paixões Contraditórias””, In ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2011.
- SANTOS, António Azevedo Machado, *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Lamas & Franklin, Lisboa: 1916.
- SANTOS, João António Correia dos, *Subsídios para a História Política e Militar da Revolução de 14 de Maio de 1915*, Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.
- SANTOS, Miguel António Dias, *Antiliberalismo e Contra-Revolução na I República (1910-1919)*. Coimbra: 2010.
- SEQUEIRA, Carla, “O Vinho do Porto e as Movimentações Sociais nos Anos de 1914-15”. In *Douro - Estudos e Documentos*. Volume VIII (15).
- SEQUEIRA, Carla. Da «Missão de Alijó» ao Motim de Lamego : Repercussões do Tratado Luso-Britânico de 1914 no Sector do Vinho do Porto, In *Douro : Estudos & Documentos*, vol. 12, nº. 21, 2006, pag. 77-87
- SILVA, César da, *A Revolução de 14 de Maio*, João Romano Torres & C.ª – Editores, Lisboa: 1915.
- Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha – *Relatórios Apresentados à Comissão Central Sobre os Serviços Prestados nos Dias 14, 15 e 16 de Maio de 1915 em Lisboa e Porto*, Lisboa: Casa Portuguesa, 1915.
- TELO, António José - *Primeira República*. 1ª ed. Barcarena : Presença, 2010-. p. ; 24 cm. 1º v.: Do Sonho à Realidade. - 445 p. 2º v.: Como cai um regime. - 2011. - 358 p. ISBN 978-972-23-4417-3.

- TELO, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português – Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa: Ulmeiro, 1977.
- TELO, António José, SOUSA, Pedro Marquês de, *O CEP – os Militares Sacrificados pela Má Política*, Porto: Fronteira do Caos, 2016.
- VALENTE, Vasco Pulido, pseud. - *Portugal: ensaios de história e de política*. Rev. José João Leiria. Lisboa : Alêtheia, 2009. 334 p. ; 22 cm. ISBN 978-989-622-162-1.



Distribuição geográfica dos acontecimentos
1914 - 1917